

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Ana Carolina Gelmini de Faria

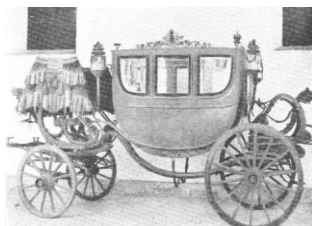
O caráter educativo do Museu Histórico Nacional:

**O Curso de Museus e a construção de uma matriz
intelectual para os museus brasileiros**

(Rio de Janeiro, 1922-1958)

Porto Alegre

2013



Imagens extraídas do Catálogo Geral - 1ª secção: Archeologia e História. (BRASIL, 1924b).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPG/Edu)**

ANA CAROLINA GELMINI DE FARIA

O caráter educativo do Museu Histórico Nacional:

O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros

(Rio de Janeiro, 1922-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Zita Rosane Possamai

Porto Alegre

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPG/Edu)**

ANA CAROLINA GELMINI DE FARIA

**O caráter educativo do Museu Histórico Nacional:
O Curso de Museus e a construção de uma matriz
intelectual para os museus brasileiros
(Rio de Janeiro, 1922-1958)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª. Zita Rosane Possamai (Orientadora) - UFRGS

Profª Drª. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos - UNISINOS

Profª Drª. Maria Helena Câmara Bastos - PUCRS

Profª Drª. Maria Stephanou - UFRGS

Porto Alegre, 17 de Abril de 2013.

CIP - Catalogação na Publicação

Faria, Ana Carolina Gelmini de
O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O
Curso de Museus e a construção de uma matriz
intelectual para os museus brasileiros (Rio de
Janeiro, 1922-1958) / Ana Carolina Gelmini de
Faria. -- 2013.
234 f.

Orientadora: Zita Rosane Possamai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Museologia. 2. História da Educação. 3. Museu.
4. Museu Histórico Nacional. 5. Curso de Museus. I.
Possamai, Zita Rosane , orient. II. Título.

Dedico este trabalho aos antigos funcionários do Museu Histórico Nacional e estudantes do Curso de Museus, pessoas que construíram a história da Museologia no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever este texto, por mais que ele esteja no início do trabalho, significa que esta jornada está terminando. Uma trajetória que foi prazerosa, envolvente e fascinante. Para este sonho ter sido concretizado, diversas pessoas contribuíram de forma significativa, às quais sou eternamente grata. Entre tantos colaboradores, gostaria de reforçar alguns agradecimentos:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e, em especial, aos docentes da linha de pesquisa História, Memória e Educação, que possibilitaram a realização deste trabalho;

À minha amiga e orientadora, Zita Rosane Possamai, pela generosidade, apoio e aprendizado cuja orientação será inesquecível. Muito obrigada pelo incentivo e inspiração.

Aos docentes que compõem a banca examinadora deste trabalho, prof^a. Dr^a. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, prof^a. Dr^a. Maria Helena Camara Bastos e prof^a. Dr^a. Maria Stephanou, que dedicaram seu tempo e atenção para somarem forças a esta investigação.

Aos funcionários do Arquivo Histórico, da Biblioteca e do Centro de Referência Luso-Brasileiro do Museu Histórico Nacional que deram toda a assistência necessária para a realização da pesquisa. Um agradecimento em especial à coordenadora técnica da instituição, Ruth Beatriz Silva Caldeira de Andrada, pela motivação de longa data para a realização dessa pesquisa.

Ao meu eterno professor Ivan Coelho de Sá, por ter aberto as portas do Projeto Memória e Preservação da Museologia no Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro de forma tão generosa e enérgica.

Aos amigos do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que sempre incentivaram esta jornada. À Ana Maria Dalla Zen, obrigada pela leitura minuciosa do trabalho no momento em que eu não conseguia ver mais nada pela frente.

Aos amigos de linha de pesquisa e de disciplinas que fortaleceram o caminhar do mestrado por meio de diálogos, questionamentos e trocas de conhecimento nas salas da Faculdade de Educação, especialmente durante as aulas de orientação da Zita. Manolo Silveiro Cachafeiro, obrigado pelos diversos documentos e referências encontrados em sebos e livrarias virtuais, tornando a pesquisa ainda mais incrível por ter esses materiais por perto.

Aos meus parceiros para a vida toda, que me apoiaram e ajudaram sem hesitar, tornando-se cúmplices deste trabalho:

- *minha querida amiga Mayara Manhães de Oliveira, que mesmo longe me deu o suporte que precisava, fazendo com que muitas viagens ao Rio de Janeiro fossem poupadas. Muito obrigado por estar ao meu lado!*
- *meu companheiro Elias Palminor Machado, capaz de escutar parágrafos e parágrafos mesmo dormindo, me incentivando a cada capítulo, acompanhando de perto todo o caminhar, sempre me oferecendo ajuda. Muito obrigado pela constante força, estímulo, motivação. Que nossa parceria seja eterna!*
- *meus pais, que com todo carinho acompanharam este processo, tornando-se parte dele diversas vezes me emprestando máquina fotográfica, ajudando nas transcrições dos relatórios... não há ninguém igual a vocês!*

A todos, o meu eterno obrigada!

A função educativa dos museus salienta-se dia a dia e os coloca no verdadeiro lugar de órgãos colaboradores da educação [grifo meu]. Deixando de ser meros depositários de velharias, os museus renascem em suas funções culturais, tornando-se, ao lado de centros de interesse geral para a história e a arte, elementos orientadores do estudo da Museologia, de modo a encaminhar jovens neste novo gênero de atividades, considerado hoje como verdadeira profissão.

(BRASIL, 1948, p.19).

RESUMO

Este trabalho se propôs a refletir sobre a história do Museu Histórico Nacional através da dimensão educativa que se fez presente nas práticas institucionais, bem como verificar, sob a perspectiva da História da Educação, a importância do Curso de Museus na construção de representações relacionadas ao caráter educativo da instituição. Compreendeu os anos de 1922 a 1958, período que abrange desde a fundação do museu e as primeiras investidas para a concretização de um curso direcionado para as suas necessidades, até a realização do Seminário Regional da UNESCO *Função Educativa dos Museus*, bem como as publicações de diplomados do Curso de Museus que tiveram como temática central a educação em museus. A investigação foi realizada utilizando-se a metodologia da análise de textos, percorrendo a trajetória do Museu Histórico Nacional por meio de documentos oficiais produzidos pelo museu; matérias de jornais; livros, artigos, relatórios e entrevista de antigos funcionários da instituição; e publicações de formados pelo Curso de Museus. Para o embasamento teórico do trabalho três áreas do conhecimento tiveram destaque: História da Educação, História Cultural e História dos Museus, dialogando com diversos autores, tais como Antonio Viñao Frago, Moysés Kuhlmann Júnior, Paulo Knauss, Roger Chartier, Pierre Nora, Ulpiano Bezerra de Meneses, Mário Chagas, Aline Montenegro Magalhães. O trabalho ressaltou que desde sua fundação o Museu Histórico Nacional teve definida sua dimensão educativa, condição subsidiada por projetos desenvolvidos pelo corpo funcional da instituição, tendo em destaque o idealizador e primeiro diretor Gustavo Barroso, personagem que fortaleceu a relevância desse museu por meio de evocações como o mote “O Culto da Saudade”. Finalizou ao afirmar que um desses projetos, o do Curso de Museus, em seu processo de consolidação foi capaz de desenvolver uma matriz intelectual no cenário museológico brasileiro tornando-se, por meio dos multiplicadores, um difusor das representações do Museu Histórico Nacional para o País.

PALAVRAS-CHAVE

Museologia. História da Educação. Museu.

Museu Histórico Nacional. Curso de Museus.

ABSTRACT

This study aimed to reflect about the history of the National Historical Museum through educational dimension that is made present in its institutional practices, as well as verify, under the perspective of the History of Education, the importance of Course of Museums in building representations related to the educational character of the institution. It encompassed the years 1922 through 1958, a period that covers from the foundation of the Museum and the first attempts at achieving a course directed to its needs, to the UNESCO's Regional Seminar on the Educational Role of Museums, as well as publications of Course of Museums graduates that had as its central theme the museum education. The research was conducted using the analysis of texts methodology, covering the history of the National Historical Museum through official documents produced by the Museum; newspaper articles, books, articles, reports and interviews of former employees of the Institution, and publications by graduates of the Course of Museums. For the theoretical foundation of the work, three areas of knowledge were highlighted: History of Education, Cultural History and Museum's History, dialoguing with many authors such as Antonio Viñao Frago, Moyses Kuhlmann Jr., Paul Knauss, Roger Chartier, Pierre Nora, Ulpian Bezerra Meneses, Mário Chagas, Aline Montenegro Magalhães. The study emphasized that since its inception the National History Museum had its educational dimension defined, condition subsidized by projects developed by the institution's functional body, featuring the founder and first director Gustavo Barroso, a character that strengthened the relevance of this Museum through evocations as the motto "O Culto da Saudade." Concluded by stating that one of these projects, the Course of Museums, in its consolidation process was able to develop an intellectual matrix in the Brazilian museum's scenery becoming, due to multipliers, a diffuser of the representations of the National History Museum for the Country.

KEYWORDS

Museology. History of Education. Museum.
National History Museum. Course of Museums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Charge “Foi fundado o Museu Histórico”	73
Figura 2 <i>Sala Trophéus</i> do Museu Histórico Nacional.....	88
Figura 3 <i>Sala Caxias</i> do Museu Histórico Nacional.....	89
Figura 4 <i>Sala República</i> do Museu Histórico Nacional.....	90
Figura 5 <i>Sala República</i> do Museu Histórico Nacional.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Dados sobre a gestão do Museu Histórico Nacional - de 1922 a 1930....	86
Quadro 2 Dados sobre a gestão do Museu Histórico Nacional - de 1931 a 1959....	93
Quadro 3 Distribuição das disciplinas do Curso Técnico proposto no Decreto nº 15.596 de 02 de Agosto de 1922.....	107
Quadro 4 Distribuição das disciplinas do Curso de Museus 1932-1933.....	111
Quadro 5 Distribuição das disciplinas do Curso de Museus a partir de 1935.....	115
Quadro 6 Distribuição das disciplinas do Curso de Museus a partir de 1944.....	121
Quadro 7 Distribuição do conteúdo da disciplina Técnica de Museus.....	136

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Tecendo diálogos entre museu e História da Educação.....	18
1.2 O que sabemos do Museu Histórico Nacional? Investigando pistas e construindo o estado da arte.....	24
1.2.1 O fundador e diretor Gustavo Barroso.....	25
1.2.2 Práticas exercidas no Museu Histórico Nacional.....	27
1.2.3 A construção de uma narrativa histórica do museu para o público.....	29
1.3 O trilhar de uma investigação: o corpus documental sobre o objeto de estudo.....	31
2 UM CORAÇÃO HISTÓRICO DA PÁTRIA: um Museu Histórico Nacional para nosso País	37
2.1 Montando um quebra-cabeça: um Brasil em cada museu.....	38
2.2 Um defensor para os <i>mudos companheiros</i> da nossa história: Gustavo Barroso e a defesa das relíquias esquecidas.....	54
2.3 O <i>Culto da Saudade</i> além da voz, ganha espaço: nasce o Museu Histórico Nacional.....	65
3 A CONSTRUÇÃO DO CARÁTER EDUCATIVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: o Curso de Museus enquanto matriz intelectual dos museus brasileiros	78
3.1 Primeiros apontamentos do potencial educativo do Museu Histórico Nacional.....	79
3.2 O esforço se concretiza: a criação e os primeiros passos do Curso de Museus.....	105
3.3 Do Museu Histórico Nacional para o País: consolidando o Curso de Museus como matriz intelectual do campo dos museus brasileiros.....	116
4 O CARÁTER EDUCATIVO DOS MUSEUS EM CENA: de uma obra didática do Curso de Museus às produções intelectuais sobre educação em museus	131
4.1 A palavra ganha força: o livro <i>Introdução à Técnica de Museus</i> como legitimador da produção científica e do profissional conservador de museus.....	132
4.2 Os diplomados do Curso de Museus e produções sobre a educação em museus no País.....	150

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICES	186
APÊNDICE A - Teses e Dissertações disponíveis no Portal da Capes e Banco de Pesquisa de Domínio Público tendo articulação com o objeto de estudo.....	187
APÊNDICE B - Mapeamento dos artigos publicados nos Anais do Museu Histórico Nacional tendo articulação com o objeto de estudo e problema de pesquisa.....	190
APÊNDICE C - Documentos consultados no Projeto Memória da Museologia no Brasil.....	191
APÊNDICE D - Esquematização da História Militar do Brasil segundo Gustavo Barroso (BARROSO,1945)	193
APÊNDICE E - Esquematização do Museu Ergológico Brasileiro segundo Gustavo Barroso (BARROSO, 1945b)	198
APÊNDICE F - Inscritos (as) e Diplomados (as) do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007)	206
APÊNDICE G - Organização dos dados sobre perfil dos museus brasileiros em 1958, extraídos do livro <i>Recursos Educativos dos Museus Brasileiros</i> (HOLLANDA, 1958)	208
ANEXOS	230
ANEXO A - Quadro referente à criação dos museus brasileiros, produzido por Chagas (2009)	231
ANEXO B - Bolsistas do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007)	232
ANEXO C - Excursões de estudo do Curso de Museus (SIQUEIRA, 2010)	234

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa realizada durante o período de Março de 2011 a Fevereiro de 2013, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha de pesquisa História, Memória e Educação, tendo como orientadora a professora Zita Rosane Possamai. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958)* é um trabalho que tem por proposta investigar a trajetória deste museu sob a perspectiva da história da educação, tendo como ênfase o Curso de Museus, a fim de analisar como este projeto contribuiu para a construção de representações relacionadas ao caráter educativo do Museu Histórico Nacional. Para este estudo, foi selecionado o período de 1922 a 1958, anos significativos para a história deste museu, sendo o primeiro o ano de criação do Museu Histórico Nacional e o início das primeiras investidas para a concretização de um curso voltado para as necessidades do museu e, o segundo ano, marcando a realização do Seminário Regional da UNESCO com o tema *Função Educativa dos Museus*, evento internacional ocorrido no Rio de Janeiro, bem como o ano de publicação de trabalhos realizados por diplomados do Curso de Museus que abordaram ou tiveram como temática central o tema educação em museus.

Formada em Museologia, o desejo de aprofundar este estudo é fruto do período em que trabalhei no Setor Educativo do Museu Histórico Nacional, experiência que me motivou a analisar este museu enquanto espaço de educação, no momento privilegiando os anos iniciais do museu, por ser um período pouco investigado nesta perspectiva. Da suposição de que o Museu Histórico Nacional possuía uma fortalecida concepção de seu caráter educativo, estando presente em seus discursos e projetos - entre eles o Curso de Museus - nasceu um problema de pesquisa, no qual convido a compartilhar nas próximas páginas desta pesquisa.

INTRODUÇÃO

Os diálogos entre a Educação e a Museologia têm um potencial inestimável e as relações entre ambos já se manifestam há tempos. No Brasil o Museu Real - instituição científica mais antiga do País, atualmente conhecida como Museu Nacional - além de ser um apoiador de atividades voltadas para a aprendizagem desde sua fundação, em 1818, enfatizou sua tendência didática em regulamento em 1916, desenvolvendo atendimentos escolares e diversos serviços que culminaram na criação de seu serviço educativo específico para os visitantes na década de 1930 (LOPES, 1997). Este é apenas um apontamento da apropriação dos museus como espaços do conhecimento, posição que implicou gradativamente no aprofundamento de estudos sobre educação, a fim de embasar estas instituições culturais enquanto ferramentas para a aprendizagem.

O Museu Histórico Nacional, fundado em 1922, também revelou seu caráter educativo desde sua criação. Tendo como objetivo a salvaguarda e a exibição da história da Nação por meio dos objetos, ao longo das gestões diversos projetos o tornaram uma referência no cenário museológico brasileiro, tais como o Curso de Museus, resultado da idealização de um ensino sistemático sobre os museus ofertado no próprio Museu Histórico Nacional, visando qualificar profissionais que trabalhassem com as relíquias históricas e artísticas.

Esta dissertação tem por intenção a valorização dos museus no âmbito dos estudos da História da Educação; assim, traça uma investigação sobre a construção do caráter educativo do Museu Histórico Nacional, no período entre 1922 e 1958, compreendendo o Curso de Museus como um dos projetos que auxiliaram na construção de uma das suas representações: a instituição enquanto *matriz intelectual* dos museus brasileiros. O período selecionado marca a inauguração do Museu Histórico Nacional e a investida de projetos com caráter educativo - como o Curso de Museus -, bem como a realização do Seminário Regional da UNESCO *Função Educativa dos Museus* - considerado um dos marcos da Museologia - e a publicação de diversos livros de diplomados do Curso de Museus que versaram sobre a educação em museus.

Como sugere Chartier (2009, p.9) recordar “não significa que a história se repita, e sim destacar que esta pode buscar conhecimentos e ajudar a compreensão

crítica das inovações do presente, as quais, por sua vez, nos seduzem e nos inquietam”. Assim, é imprescindível não permitir que as memórias das ações educativas do Museu Histórico Nacional se percam no tempo, pois estudos aprofundados podem fortalecer a instituição na reflexão de suas referências e contribuir para a construção da história da Museologia e da Educação brasileira.

1.1 Tecendo diálogos entre museu e História da Educação

Se atualmente há uma diversidade de projetos educativos em museus sendo executados e registrados, poucas investigações acadêmicas ainda são realizadas buscando analisar e problematizar as ações ocorridas na trajetória destas instituições, não sendo aprofundados estudos sobre a contribuição dos museus para a construção de conhecimentos, importância apontada por José Reginaldo Santos Gonçalves:

Os museus modernos não somente expressam como fabricam ideias e valores por meio dos quais as relações entre sociedade, grupos e categorias sociais são pensadas. Seu estudo nos dá acesso aos mecanismos pelos quais essas ideias e valores circulam socialmente, como são reproduzidos, reinterpretados e disseminados no espaço público das sociedades modernas (GONÇALVES, 2007, p.84).

Nos estudos sobre a história dos museus, diversas ciências, além da própria Museologia, colaboram nas investigações da prática museal. Gonçalves (2007) aponta que a Antropologia, a Sociologia e a História são algumas das abordagens que somam no processo de reflexão. Por ser um instrumento aplicado para usufruto da sociedade, o museu possibilita ilimitadas interfaces, e um campo de investigação que tem muito a contribuir é a História da Educação.

A História da Educação é capaz de abranger estudos que vão do ensino institucionalizado aos processos de aprendizagem e socialização, tornando-se um campo de múltiplas pesquisas (STEPHANOU; BASTOS, 2005). Embora tenha como destaque a cultura escolar, este campo permite ultrapassar este limite físico, explorando, como Dominique Julia (2001, p.11) aponta, “modos de pensar e de agir

largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades”.

Alcançar essa complexidade investigativa exigiu um processo de desenvolvimento do próprio campo, bem como importantes articulações com outras abordagens historiográficas. Vidal e Faria Filho (2005) abordam três vertentes que constituíram a História da Educação no Brasil: a primeira foi marcada pelas contribuições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX e início do século XX, que sistematizaram uma narrativa sobre a prática educacional do País; no segundo momento, os autores destacam as Escolas Normais como um cenário para o estudo da História da Educação, que percebida como uma disciplina integrava as referências teóricas com o cotidiano escolar; e o terceiro importante movimento foi conferido pela escrita acadêmica, tornando a História da Educação um campo de estudo capaz de agregar múltiplos objetos que se relacionam com a aprendizagem e as culturas escolares.

Nesse amadurecimento, é importante ressaltar a intensa relação da História Cultural com a História da Educação, percebendo-se, na contemporaneidade, forte contribuição teórica da primeira vertente para a problematização e construção da investigação dos objetos de estudo do segundo campo. Nessa perspectiva, conceitos como *representação*, *apropriação*, *saberes*, *culturas* e *imaginário* tornam-se referência para os estudos da História da Educação com ênfase nas práticas culturais (FONSECA, 2003). O verbete desenvolvido por Bastos (2006) reforça essa importante interface na significação do campo:

História da Educação: remete à memória cultural, às questões de cultura e das práticas que são engendradas no cotidiano de cada sociedade, pelo Estado, pelas instituições não-oficiais, grupos de interesse não-escolares, professores, estudantes e outros atores sociais (BASTOS, 2006, p.67).

A articulação entre História da Educação e História Cultural potencializa a investigação de objetos que congregam estes dois aspectos na sua prática cotidiana. Um destes possíveis objetos de estudo são os museus, cuja abordagem histórica permite observar o diálogo entre a vertente e o campo com o empírico.

A realização das práticas do museu, como a salvaguarda de testemunhos materiais, estimulou o pensamento científico a partir da produção e organização do conhecimento; quando os museus tornaram-se públicos no século XVIII a função social destes espaços somou-se a sua justificativa de existência (GRISPUM, 2000) e, em suas transformações, a atenção à educação passou a ser enfatizada.

Nessa perspectiva, Suano (1986, p.36) salienta que no “início do século XIX estudos sérios sobre o aprendizado, a educação e a necessidade de educar-se o maior número de pessoas possível influenciaria diretamente o museu”, situação que estimulou manifestações pontuais sobre a função educativa nos museus: no final da década de 50 do século XIX, na Inglaterra, John Ruskin - conhecido como artista e crítico de arte - sugeriu um projeto à comissão parlamentar para apresentar o acervo dos museus com visão crítica e não somente ilustrativa, atribuindo a este espaço uma função mais educativa (SUANO, op.cit.).

Auxiliando uma sociedade que cada vez mais se tornava geradora de informações, apontamentos sobre a relação museus e educação ocorreram mundialmente, sendo esta valorizada no Brasil ainda no século XIX. Como exemplo, podemos destacar três importantes experiências no País que enfatizavam esta relação: a criação dos museus escolares no final dos Oitocentos, marcando a aproximação entre os museus e as escolas a partir do incentivo da aprendizagem através da *lição de coisas*. Ainda que muitos fossem restritos a armários envidraçados, estes museus eram dotados de coleções concebidas como estratégia didática, visando estimular os sentidos, em especial, a visão, reforçando a pedagogia do olhar e uma “aprendizagem [que] deveria partir dos sentidos para chegar à intelecção, privilegiar o conhecimento do que era próximo para atingir o distante, o concreto para alcançar o abstrato” (VIDAL, 2009, p.9).

Outra experiência que enfatizou a relação museu e educação neste período foi a inauguração do primeiro museu pedagógico oficial, denominado de *Pedagogium* que, fundado em 1890, se constituía como um agregador da prática dos fazeres escolares, oferecendo por meio de suas atividades instrução profissional, exposição de conteúdos atualizados, material de ensino modernizado

em suas bibliotecas, publicações, entre outras ações em prol do desenvolvimento e reconhecimento da educação brasileira (BASTOS, 2002).

Na mesma linha, é importante também salientar como exemplo o trabalho desenvolvido pelo Museu Nacional, que durante sua trajetória enfatizou seu viés educativo. Em 1890 a instituição já registrava em documentos que as coleções eram estruturadas para “o ensinamento intuitivo da instrução pública” (VIDAL, 2009, p.7), aprimorando suas funções para o público até desenvolver um atendimento educativo específico na década de 1930 (LOPES, 1997).

Embora a função educativa dos museus estivesse em pauta, muitas instituições museais ainda eram marcadas por gestões que não valorizavam as relações entre sociedade e os bens culturais, não estimulando práticas voltadas para este caráter. Buscando reagir perante esta estagnação, nas décadas de 1950 a 1970 debates acadêmicos se aprofundaram na questão. Assim a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio do Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, promoveu a partir da segunda metade do século XX diversos encontros para se debater o tema (OCAMPO, 1987).

Um dos eventos propulsores para o embasamento do que os trabalhadores dos museus entendiam por educação em museus se deu em 1958, no Seminário Regional Latino-Americano da UNESCO, com o tema *Função Educativa dos Museus*. Realizado no Rio de Janeiro, então capital do País, teve por proposta debater sobre a função que estes espaços deveriam cumprir como meio educativo na sociedade (ARAÚJO; BRUNO, 1995). Com participantes de diferentes países, os debates promovidos foram a base de muitas práticas educativas em museus de países da América Latina.

Através da consolidação da Museologia e de seus debates teóricos os projetos desenvolvidos pelos museus passaram a enfatizar intensamente a população, em muitos trabalhos sendo conceituada como comunidade. Desenvolve-se uma corrente que incentiva que a comunidade se reconheça dentro do museu, compreendido como um território, e o utilize como instrumento de contextualização

das mudanças sociais, econômicas, culturais e de reflexão sobre suas relações no tempo e espaço.

Um dos encontros teóricos que enfatizam esta percepção culminou na Declaração de Santiago do Chile em 1972 (ARAÚJO; BRUNO, 1995), compreendendo o museu como uma ferramenta libertadora das forças criativas da sociedade e o patrimônio como fonte de aprendizagem e desenvolvimento. Estar no museu se tornaria uma experiência, a vivência de se aproximar dos bens culturais e, a partir destes, homenagear, denunciar, debater, despertar e manter viva a memória. Uma visão desta perspectiva pode ser observada através da fala de Santos (2001), que enfatiza a importância desta relação:

[...] o processo museológico é um processo educativo e de comunicação, capaz de contribuir para que o cidadão possa ver a realidade, expressar e transformar essa realidade, qualificada como patrimônio cultural (SANTOS, 2001, p.9).

Esses são alguns apontamentos da interface museu - Museologia - Educação. O estudo da história dos museus na perspectiva da análise da dimensão educativa que se faz presente nessas instituições, ou na perspectiva da Educação pelo próprio campo da Museologia, seja em seus conceitos, seja em suas formulações programáticas, pode contribuir nas investigações realizadas pela História da Educação, entendida aqui em seu sentido mais amplo. Os museus possuem uma forte singularidade: sua narrativa é priorizada por meio da materialidade, proporcionando experiências múltiplas a partir do patrimônio. As leituras propostas em suas exposições, organizações de coleções, projetos educativos são férteis fontes de estudos, fundamentadas em visões de mundo e representações a serem difundidas em seu tempo. Ulpiano Bezerra de Meneses em um dos seus trabalhos enfatiza:

[...] uma figuração nunca é apenas uma ilustração. É a representação material, o produto aparentemente estabilizado de um processo de trabalho. E é o lugar para a construção e figuração da diferença social. Entender a visualização, assim, é indagar sua proveniência e o trabalho social que ela realiza. Devem-se notar seus princípios de exclusão e inclusão, detectar os papéis que ela torna disponíveis entender o modo

como eles são distribuídos e decodificar as hierarquias e diferenças que ela naturaliza (FUFE & LAW, 1988, *apud* MENESES, 2005, p.37).

Na atualidade cada vez mais pesquisas sobre a História compreendem e defendem que a sociedade se constrói por meio de representações e práticas de natureza verbal, visual e oral (KNAUSS, 2006; MENESES, 2005; POSSAMAI, 2001; entre outros). Nesta perspectiva, as pesquisas abrem um imenso campo de estudo sobre produções e apropriações culturais, tendo como um dos destaques a dinâmica da visualidade. Os museus, narrativas inspiradas nos bens culturais, são fontes de uma escrita histórica que compõe, estigmatiza, poetiza, provoca e contempla leituras da sociedade para um público em massa. São poderosos dispositivos de reflexão, debate e inspiração; compreender a dinâmica dos museus é se aprofundar para além do que está disposto ao público, é analisar as percepções e articulações na construção de uma representação social a ser interpretada, aprendida e perpetuada, como analisa Paulo Knauss:

Se os vestígios do passado atravessaram os tempos, é porque, em grande medida, originaram-se do esforço de antigas gerações de legar uma certa idéia de seu tempo e de sua sociedade às gerações futuras. São, assim, produtos de uma operação seletiva que traduz o controle sobre as informações que a sociedade exerce sobre si mesma (KNAUSS, 2006, p.102).

A construção da narrativa histórica em museus é complexa, articulada e processual, envolvendo diversos atores que, ligados direta ou indiretamente à instituição, visam a construção de um legado do passado para as futuras gerações. Neste sentido, suas representações são dotadas de códigos para a apropriação de informações que estimulem a produção de uma leitura de mundo a partir do discurso que desejam perpetuar:

[Analisar representações] permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. [...] essas representações coletivas e simbólicas encontram, na existência de representantes individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias de sua estabilidade e de sua continuidade (CHARTIER, 2009, p.49-50).

As investigações da trajetória dos museus a partir da História da Educação é uma interface que possibilita diversos diálogos e perspectivas de análises desbravadas por poucos pesquisadores no Brasil. Porém, os trabalhos já realizados demonstram a importância destas pesquisas, aprimorando a percepção da função educativa dos museus e de seus dispositivos para tal ação, bem como a construção de representações para a apropriação de determinados sentidos sobre o mundo e o social.

1.2 O que sabemos do Museu Histórico Nacional? Investigando pistas e construindo o estado da arte

Através do breve apontamento sobre o diálogo entre museu e educação é possível afirmar a importância dos estudos da trajetória dos museus e atividades museais a partir dos conceitos que alicerçam a História Cultural e História da Educação. Estas investigações permitem voltar à atenção para a construção e transmissão de significados culturais capazes de afirmarem identidades, práticas e discursos através de sua profunda relação com o social, conexão consolidada e validada ao longo dos tempos. Segundo Chartier:

A problemática do *mundo como representação*, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estrutura, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 1990, p.23-24).

Para conhecer a trajetória do Museu Histórico Nacional, diversos trabalhos publicados colaboram de forma significativa na análise da gestão do museu, muitos investigando não só os processos, mas também os atores envolvidos na dinâmica do cotidiano institucional. Porém, até o momento, somente alguns artigos do período evidenciado pontuam o caráter educativo deste museu. Trabalhos com pesquisas

aprofundadas em fontes primárias, como dissertações e teses, ainda não foram realizados (Apêndice A)¹.

Visando articular os diferentes autores que colaboraram para a escrita da história do Museu Histórico Nacional, foi realizada uma organização concebendo três frentes de análise, sem prioridades na ordenação: *O fundador e diretor Gustavo Barroso*; *Práticas exercidas no Museu Histórico Nacional*; e *A construção de uma narrativa histórica do museu para o público*, apresentadas a seguir².

1.2.1 O fundador e diretor Gustavo Barroso

No primeiro conjunto de obras mapeado, que pretende analisar o idealizador e diretor Gustavo Barroso, quatro obras se destacam em uma tentativa de investigar a complexidade desta personagem e, em especial, sua contribuição para a história do Museu Histórico Nacional e para a área museológica.

O livro “*A imaginação museal*” de Mário de Souza Chagas (2009), fruto de sua tese em Ciências Sociais defendida em 2003 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), buscou compor o conceito de imaginação museal a partir da trajetória familiar e profissional de três personagens vinculados à história dos museus brasileiros, sendo Gustavo Barroso o primeiro analisado. Assim, o autor se propõe a pesquisar indícios das motivações que levaram Barroso a idealizar, projetar e instituir o Museu Histórico Nacional e como este desenvolveu nesta instituição os conceitos de museu, história e Nação, dando ênfase na relação de Barroso com o Curso de Museus e com uma das principais disciplinas ministradas

¹ No Banco de Teses da CAPES dezessete (17) resultados foram encontrados, ainda que muitos com relação indireta ao tema de investigação. Dentre estes resultados, quatro (04) eram teses e treze (13) dissertações, analisados ao longo do capítulo. Já no Banco de Pesquisa de Domínio Público três (03) trabalhos aproximados ao objeto de estudo foram encontrados, todos já levantados na base anterior. três (03) resultados mapeados um (01) era tese e dois (02) dissertações, analisados ao longo do capítulo. Um quarto trabalho foi mapeado nesta base, mas não possui relações com o objeto de estudo desta pesquisa – voltada para a investigação da Maçonaria. Mais detalhes das publicações no Apêndice A.

² Cabe ressaltar que, para esta investigação, as bases de dados sobre teses e dissertações brasileiras foram mapeadas utilizando como palavras-chaves os seguintes termos de indexação: Museu Histórico Nacional, Museologia, Educação em museus, Ação educativa, Gustavo Barroso.

por este: *Técnica de Museus*, considerada pelo então diretor como o cerne da formação profissional do conservador de museus.

Outro estudo relevante foi o desenvolvido por Aline Montenegro Magalhães (2009) na sua tese intitulada “*Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*”, defendida em História Social pela Universidade do Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste trabalho, a autora aborda Gustavo Barroso como um intelectual que teve a preocupação de ao longo da vida construir uma identidade e memória de si, estruturando um perfil meticulosamente desenvolvido. Além de analisar suas publicações nas revistas ilustradas e suas relações políticas, realiza um estudo sobre os Anais do Museu Histórico Nacional enquanto espaço de produção de uma escrita de si e de promoção da instituição por ele dirigida.

Um terceiro trabalho também destaca esta importante personagem da história do Museu Histórico Nacional: a dissertação de Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira (2003), intitulada “*O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em sua dissertação, a autora busca investigar o projeto de construção da memória nacional de Gustavo Barroso, analisando a história e a trajetória deste intelectual, sua sensibilidade antiquária, a idealização e implantação do Museu Histórico Nacional como prática do culto da saudade e o desenvolvimento de dois importantes projetos por meio desta instituição: O Curso de Museus e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, ações que carregaram de forma significativa a marca de seu criador.

Finalizando as obras sobre Gustavo Barroso, a tese intitulada “*No Norte da Saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*”, de Afonsina Maria Augusto Moreira, defendida em 2006 no doutorado de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), traz também à investigação termos associados às práticas de Barroso, como “Culto da Saudade”, tão marcantes em sua trajetória pessoal e profissional. A proposta da autora é analisar a construção de memórias de Gustavo Barroso por meio de suas publicações e projetos, sendo para

a autora um dos mais significativos o Museu Histórico Nacional e, por meio deste, a criação dos Anais, recurso para a palavra impressa.

Esse primeiro conjunto de textos, caracterizado como *O fundador e diretor Gustavo Barroso*, fornece uma grande contribuição tanto para os estudos deste intelectual quanto das ações que promoveu, uma vez que se percebe através destas investigações forte presença e influência em tudo que planejou e executou: nas publicações das revistas da época, nos escritos de si, na leitura de passado, na imaginação e construção de um museu histórico. Cabe ressaltar que existem ainda outros trabalhos relacionados a Gustavo Barroso, em especial sobre sua adesão ao Integralismo³, mas estes não serão aprofundados por não se relacionarem diretamente com a intenção deste estudo.

1.2.2 Práticas exercidas no Museu Histórico Nacional

A partir do levantamento realizado algumas obras se destacaram por serem estudos de práticas específicas do Museu Histórico Nacional que auxiliaram a construir e/ou enfatizar seu discurso. Dentre estes, diversos enfoques da atividade museológica são evidenciados, tais como aquisição de acervo, composição de coleções, estudo sobre museus, por exemplo.

No livro *“A fabricação do imortal”* de Regina Abreu (1996), fruto da dissertação *“Sangue, nobreza e política no templo dos imortais: um estudo antropológico da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional”*, defendida em 1990 no mestrado de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a autora analisa um caso específico de aquisição de acervo no Museu Histórico Nacional, através da doação de pertences do senador Miguel

³ Segundo Gonçalves e Amancio (2010, p.173) uma nova corrente intelectual se desenvolvia nos anos 30, transformando-se na Ação Integralista Brasileira (AIB), um novo Partido Político iniciado em 1935: “[...] o integralismo combateria um país emergido nas deficiências mundiais, em um materialismo e individualismo que só conseguiriam ser vencidos através de uma revolução espiritual, num intuito de responder a política do capitalismo liberal, responsável pelas crises decorrentes das décadas 20 e 30 do século XX e, principalmente, pelo comunismo”. As obras políticas de Gustavo Barroso tinham o integralismo como principal foco doutrinário político, discurso muito analisado na contemporaneidade pela sua posição antisemita.

Calmon du Pin e Almeida por parte da esposa Alice da Porciúncula, em 1936, observando através da política de aquisição de acervos os processos culturais e simbólicos da leitura de patrimônio, história e memória das elites da época.

A partir deste estudo de caso é possível observar um modelo de museu organizado em grandes coleções, constituídas por meio de uma forte relação estabelecida entre diretor, funcionários e doadores para a representação de personagens históricos. Nesta perspectiva, o Museu Histórico Nacional era considerado um espaço de salvaguarda dos bens que representavam o passado de glórias e de tradições do Brasil, sendo para a instituição um “compromisso de honra” tê-las sob sua proteção.

Sendo o museu investigado uma instituição com diversas ações concomitantes, uma pesquisa sobre outra prática realizada no Museu Histórico Nacional foi encontrada, demonstrando uma versatilidade pela busca da produção de um patrimônio identitário: a dissertação de Aline Montenegro Magalhães (2004), “*Colecionando relíquias... um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*”, defendida no mestrado de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresenta um departamento instituído no museu na década de 1930, idealizado também pelo presidente Getúlio Vargas, com objetivo de identificar e salvaguardar o passado brasileiro, tendo seu projeto inicial voltado para a preservação dos monumentos da cidade de Ouro Preto e interrompido pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Outro projeto, não menos importante, também possibilitou que o Museu Histórico Nacional se transformasse em uma das referências no cenário dos museus brasileiros da primeira metade do século XX: o Curso de Museus. Sendo os primórdios do Curso de Museologia no Brasil, sua concepção e desenvolvimento foram abordados na dissertação de Graciele Karine Siqueira (2009), intitulada “*Curso de Museus - MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*”, defendida no mestrado de Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Este trabalho tem por enfoque analisar os quarenta e quatro anos que o Curso de Museus foi abrigado e vinculado ao Museu Histórico Nacional,

traçando suas transformações curriculares, ideológicas, organizacionais e, nestes contextos, o perfil dos egressos.

Esse segundo conjunto de pesquisas - caracterizado como *Práticas exercidas no Museu Histórico Nacional* - contribui para a percepção da pluralidade de ações que ocorriam sob o controle da instituição. A constituição de coleções, a Inspetoria de Monumentos Nacionais e o Curso de Museus são alguns dos exemplos de projetos que ampararam o museu a autorizar sua construção de passado e fortificar a difusão de uma versão de identidade nacional.

1.2.3 A construção de uma narrativa histórica do museu para o público

Dentre os trabalhos pesquisados ainda destaca-se, para estudos sobre o Museu Histórico Nacional, materiais relativos à construção da narrativa histórica realizada pela instituição, através de trabalhos que vão ter como enfoque, em especial, seus circuitos expositivos.

Um dos trabalhos de importância neste conjunto é o livro “A escrita do passado em Museus Históricos”, de Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), produzido como dissertação no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro em 1984, que tem como proposta analisar o discurso histórico do Museu Histórico Nacional antes e após o período da gestão de Gustavo Barroso e do Museu Imperial, operando com os conceitos analíticos de *museu-memória* e *museu-narrativa*. Nesta perspectiva, o período em que o Museu Histórico Nacional foi dirigido por Gustavo Barroso tem como evidência a característica de *museu-memória*, que compreende um discurso valorizador da continuidade entre passado e presente, abnegando o tempo que se projeta ao futuro.

Outras pesquisas ajudam a aprofundar a compreensão da narrativa histórica do Museu Histórico Nacional para o público ao analisar suas práticas expositivas. A tese de Rosana Andrade Dias do Nascimento (2008), denominada “O ‘Brasil Colonial’ e a exposição do Mundo Português de 1940” e defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apresenta o estudo de uma importante participação do Museu Histórico Nacional na construção

da exposição realizada em Portugal para a celebração dos oito séculos de história dos portugueses no mundo, evento conhecido por *Comemorações Centenárias*. Exaltando os traços culturais e hábitos lusitanos no País, o diretor do museu Gustavo Barroso buscou corresponder através da exposição concebida pelo Museu Histórico Nacional tanto as expectativas do governo de Portugal como do Brasil, legitimando expressões como “filho ilustre”, escrita no convite de Portugal, ou mesmo “irmão [ou] menino da família portuguesa” termos proferidos pelo então presidente do Brasil Getúlio Vargas (NASCIMENTO, 2008, p.25).

Assim, este conjunto de trabalhos apresenta algumas evidências que contribuirão na percepção de como o Museu Histórico Nacional construiu sua narrativa para os visitantes permitindo, principalmente através de informações sobre as exposições, investigar os objetivos, as propostas, as representações e os discursos que eram apreendidos e compartilhados pela sociedade.

Os trabalhos apresentados possibilitam a percepção da importância dos estudos da trajetória dos museus, em especial na perspectiva da História da Educação. Três grupos foram criados - *O fundador e diretor Gustavo Barroso; Práticas exercidas no Museu Histórico Nacional; e A construção de uma narrativa histórica do museu para o público* - com o único objetivo de facilitar a leitura e análise das investigações realizadas, não sendo aplicada nenhuma ordem prioritária na apresentação dos mesmos.

Embora cada pesquisa, em sua singularidade, contribua como uma pista sobre as ações exercidas no Museu Histórico Nacional percebe-se a inexistência de uma investigação aprofundada sobre a dimensão educativa da instituição no período de 1922 a 1958. Neste sentido, o trabalho desenvolvido tem por objetivo investigar uma das características mais latentes da instituição: seu caráter educativo, proposta que permeou as ações realizadas pelo museu e construiu representações que reforçaram as relações do Museu Histórico Nacional com sociedade e seus pares.

1.3 O trilhar de uma investigação: o corpus documental sobre o objeto de estudo

Almejando analisar o Museu Histórico Nacional sob a perspectiva da História da Educação, diversas fontes de investigação foram consultadas abrangendo o período de 1922 a 1958. Através desta pesquisa outra possibilidade de leitura sobre a trajetória do Museu Histórico Nacional será apresentada, ressaltando por meio dos discursos e projetos como esta instituição se percebia detentora e geradora de conhecimentos, construindo ao longo das gestões representações sobre seu caráter educativo. Para Chartier (2009), o estudo das representações:

[...] permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. [...] essas representações coletivas e simbólicas encontram, na existência de representantes individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias de sua estabilidade e de sua continuidade (CHARTIER, 2009, p.49-50).

Ainda que muitos documentos estejam localizados no Museu Histórico Nacional, pesquisá-los à luz da perspectiva da História da Educação é investigar indícios, pistas dispersas em parágrafos que conduzem a novas fontes e/ou possibilitam (re) construir percepções da dimensão educativa da instituição. Cabe ressaltar que no período analisado não existia um setor ou divisão que concentrasse as ações educativas, por isso, estas informações são mencionadas nos documentos oficiais de forma dispersa. Para a realização da pesquisa quatro espaços foram visitados na busca de agrupar o corpus documental do objeto de estudo, apresentados a seguir.

a) Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional

O Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional é um dos setores de guarda e pesquisa da instituição. Diferencia-se do Arquivo Histórico por permitir consultas, em especial, na documentação relativa à memória do museu, desde sua

criação (BRASIL, 2012, doc. eletrônico). Entre esses, encontra-se os relatórios institucionais.

As informações contidas nos relatórios institucionais que contemplam discursos ou apresentam ações educativas são abundantes, embora dispersas. Ao percorrer os anos percebe-se o amadurecimento das ações institucionais e o desenvolvimento do Museu Histórico Nacional enquanto instituição cultural de referência no País.

Na década de 1920 percebe-se a preocupação dos funcionários voltada para a consolidação da instituição buscando, em especial, ampliar o espaço físico e as verbas para investimento – seja em aquisição de acervo, material de suporte, aumento do quadro funcional. Desde o primeiro relatório é apresentado a frequência de visitantes, em alguns anos a relação de escolas e visitas ilustres.

A década de 1930 foi marcada por grandes projetos, como o Curso de Museus e a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Nestes relatórios percebe-se uma maior aproximação e preocupação com o público; além da relação de escolas e visitas ilustres, destacam-se as exposições de curta duração, as novas salas expositivas de longa duração, os catálogos em elaboração, cartões (= legendas) elaborados para facilitar a visitação do público. Nos textos já descrevem percepções do público e o papel da instituição para com estes. Passam nesta década a utilizar os visitantes como justificativa de melhoramento e ampliação do museu.

Na década de 1940 percebe-se um museu amadurecido, realizando exposições relevantes, como sua participação nas Comemorações do Centenário de Portugal. Os documentos consultados descrevem a presença diária de escolas e apresentam parágrafos sobre a função educativa dos museus. O museu desenvolve catálogos comentados destas exposições temporárias para o público. Neste período funcionários da instituição defendem a visitação com os conservadores do museu, considerando-os os mais preparados a apresentar o passado da Nação. Ainda, nesta década, são lançados os Anais do Museu Histórico Nacional, disseminando em larga escala seus discursos e práticas institucionais.

Na última década analisada, 1950, a relação entre museu e público é forte e fundamentada em teorias pedagógicas vigentes, como a Escola Nova. Horários de

visitação são descritos, guias comentados são desenvolvidos e distribuídos, comemorações são realizadas com visitação de colégios. Novas arrumações são realizadas e descrevem a grande procura escolar. Novos funcionários se destacam no atendimento e aprimoramento das visitações. Estes ministram curso voltado para educação em museus, integram eventos internacionais do tema, e publicam trabalhos na área. Encerrando a década de 1950 cabe ressaltar que, em 1959, pela primeira vez aparece o termo “Serviço Educativo” no relatório anual, consolidando esta potencialidade institucional.

b) Biblioteca do Museu Histórico Nacional

A biblioteca do Museu Histórico Nacional é um importante *lócus* para investigações sobre as atividades institucionais e potencial comunicativo do museu. Presencialmente é possível ter acesso a um acervo de 56.510 itens, que abrangem tanto material relativo à produção do museu quanto acervo originário de doações particulares; além destas consultas também é possível virtualmente ter acesso a obras de referência da instituição (BRASIL, 2012, doc. eletrônico)⁴.

Através do acesso online foi possível analisar os quarenta e dois (42) volumes dos Anais publicados até o ano de 2010, sendo considerados nessa pesquisa doze (12) artigos como material empírico (Apêndice B). Cabe ressaltar que os volumes dos Anais possuem uma peculiaridade: devido a verbas escassas destinadas ao Museu Histórico Nacional nas primeiras décadas de funcionamento um grande atraso nas publicações se tornou recorrente, chegando a ter um distanciamento de até doze anos entre a construção dos textos e a efetiva publicação. Porém, quando esses iam ser impressos, os textos eram revisados e novos compilados ao volume,

⁴ O Museu Histórico Nacional por meio de projetos de difusão das publicações institucionais dispõe, com o apoio da empresa *DocPro*, uma biblioteca virtual que permite o *download* de importantes documentos da trajetória do museu. A biblioteca *online* permite a busca em cinco (05) conjuntos temáticos: (01) Anais do Museu Histórico Nacional; (02) Coleção de Indumentária; (03) Livro de Ouro do Museu Histórico Nacional; (04) Livro dos Seminários Internacionais; (05) Catálogos de Exposições e Outras Publicações do Museu Histórico Nacional. A base de dados está disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>.

dificultando a percepção do ano exato da escrita do artigo. Assim, optou-se nesse trabalho citar estas fontes pelo ano de publicação com o cuidado de nas referências mencionar o ano referente do desenvolvimento do volume.

Consultas realizadas *in loco* permitiram o mapeamento e a consulta de outros documentos imprescindíveis para pesquisa, tais como catálogos de exposição, guias do visitante (1955 e 1957), legislações, hemeroteca e livros de referência e apoio: *Introdução à Técnica de Museus - volume I e II* (1946) de Gustavo Barroso, *A idéia de criação do Museu Histórico Nacional* (1947), de Adolpho Dumans; *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (1958), de Guy de Hollanda; *Museu e Educação* (1958), de Florisvaldo dos Santos Trigueiros; *Museu Ideal* (1958), de Regina M. Real.

c) *Centro de Referência Luso-Brasileiro do Museu Histórico Nacional*

O Centro de Referência Luso-Brasileiro, conhecido como CERLUB, foi criado no Museu Histórico Nacional em 1998, integrando as celebrações dos quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Este setor tem como objetivos recolher e divulgar acervos e memórias do Museu Histórico Nacional, investigar informações sobre a história de Brasil e Portugal - bem como da comunidade lusófona - e atuar nas pesquisas desenvolvidas na instituição (BRASIL, 2012, doc. eletrônico).

Através do levantamento do estado da arte, um artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional evidenciou fontes de investigação de suma importância para esta pesquisa; o trabalho cita entrevistas de antigos funcionários do museu cedidas ao CERLUB em um projeto de comemoração dos 60 anos dos Anais, no ano 2000. As entrevistas com Dulce Ludolf e Antônio Winz foram realizadas pelo coordenador do CERLUB daquele ano, José Neves Bittencourt, e demais profissionais convidados - o museólogo Cícero de Almeida, o historiador Paulo Knauss, o arquiteto Carlos Kessel e a bibliotecária Eliane Vieira da Silva - que destacaram em seu roteiro, entre outras questões, perguntas relacionadas à visita do museu até a década de 1960. Em consulta ao CERLUB foi cedida para a pesquisa a transcrição da entrevista, composta por treze (13) laudas.

d) *Projeto Memória da Museologia no Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*

Idealizado desde a criação do Museu Histórico Nacional, o *Curso Técnico de Museus* foi instituído por decreto nº 21.129 em 07 de Março de 1932. Neste momento o curso era diretamente ligado à direção do museu, que visava à formação de profissionais para ocupar o cargo de 3º oficial do Museu Histórico Nacional (SIQUEIRA, 2009). Se tornando referência por ser o primeiro curso desta área nas Américas, gradativamente este foi se adaptando em reformas curriculares para suprir a formação de um profissional para atuar em museus de qualquer natureza.

Em 1977, embora o Curso de Museus tenha sido incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), ainda exercia suas funções nas instalações do Museu Histórico Nacional. Após dois anos, em 1979, a FEFIERJ passou a ser reconhecida como Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), sendo o Curso transferido para o campus da Urca no mês de Agosto daquele ano (SÁ, 2007).

Buscando reunir, investigar e preservar diversos fragmentos da memória da trajetória do Curso de Museologia, em 2005, sob coordenação do prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, foi iniciado o Projeto *Memória da Museologia no Brasil*, formando um acervo doado por profissionais da área; composto por fotografias, textos originais, livros, reportagens, diplomas, *currículo vitae*, cadernos de anotações, entre outros, em 2007 o projeto obtinha mais de oito mil (8.000) itens, sendo constituído por coleções que representam a história da área museológica no País (MEMÓRIA, 2007).

Em visita técnica diversos materiais relativos ao Museu Histórico Nacional e o Curso de Museus entre as décadas de 1920 a 1960 foram mapeados e analisados, contribuindo para o aprofundamento sobre as práticas educativas desenvolvidas por funcionários do Museu Histórico Nacional e profissionais formados no Curso de Museus no período analisado (Apêndice C). Os materiais pesquisados foram significativos para a execução da pesquisa, trazendo novas informações ou pistas para outras investigações.

As referências e documentos destacados tornaram-se o cerne da pesquisa, possibilitando a articulação de discursos e práticas dos agentes no período investigado. Ênfase através dessa experiência a importância de estudos aprofundados da história dos museus brasileiros através do corpus documental produzido pelas instituições ou sobre as mesmas, materiais que são capazes de corroborar concepções duradouras como também provocar rupturas de conjecturas.

A riqueza do corpus documental investigado reforçou a viabilidade de estudos sobre o caráter educativo dos museus e, nesse caso, o do Museu Histórico Nacional. Os funcionários que consolidaram essa instituição delinearam desde a criação sua dimensão educativa, tornando-a um veículo de defesa da cultura material. Faz-se necessário explorar como se deu essa construção, bem como sua consolidação no campo dos museus.

A beleza desse exercício foi a possibilidade de dialogar com diversos autores e de debruçar sobre documentos da época estudada e tecer uma investigação diferente da história dessa instituição, evidenciando agentes e projetos que disseminaram a importância da educação em museus no Brasil.

CORAÇÃO HISTÓRICO DA PÁTRIA:
um Museu Histórico Nacional para o País

Os museus retratam a trajetória cultural do homem, apresentando suas escolhas e interpretações. Para investigar o Museu Histórico Nacional é necessária uma imersão na história do próprio País, no desenvolvimento dos museus brasileiros de caráter histórico e, essencialmente, no percurso do idealizador e fundador do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, personagem capaz de revelar as principais características que a instituição adotou no período de 1922 a 1958.

2.1 Montando um quebra-cabeça: um Brasil em cada museu

Desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil os museus passaram por um longo processo de amadurecimento e transformação, marcando ao longo do século XIX e início do século XX o campo dos museus com um histórico de instituições sendo criadas, outras extintas ou até mesmo modificando seu conceito em diversas regiões do País. Concebidos como parte de um projeto civilizador, o destaque eram os museus com acervos das Ciências Naturais fundados nos Oitocentos.

Segundo Lopes (1997), os museus do final do século XIX traçavam um perfil em comum: celebrar um culto à ciência; e entre os diversos equipamentos instituídos no País, o primeiro museu criado pela corte portuguesa no Brasil não seria diferente. Fundado em 1818, o Museu Real (atual Museu Nacional), buscava identificar e propagar espécimes naturais únicos dessa parte do mundo, contemplando o modelo de museu metropolitano de caráter universal.

O Museu Real, desde sua origem, almejava tanto constituir coleções que simbolizassem o mundo quanto tornar o País representado nos museus das nações modernas, considerados modelos para a instituição. Assim, atuava como receptor dos bens descobertos nas províncias brasileiras e promovedor de intercâmbios com outras nações estabelecendo redes, constituindo e salvaguardando nesses movimentos coleções de excelência, tornando-se uma de suas referências o acervo mineralógico (LOPES, 1997).

Exercendo uma forte atuação, firmou vínculos com diversas instituições culturais e científicas do País e estrangeiras, podendo ser citada a Academia de Belas Artes e as Escolas Militar e de Medicina - no Brasil - o British Museum e o

Horto Botânico de Sydney, por exemplo, bem como atuou como incentivador das atividades de ensino, ora pela atuação dos diretores e funcionários como professores, ora pela disponibilidade dos laboratórios e doação de materiais, sendo até idealizada a criação de uma escola de Ciências Naturais no museu. Lopes (1997) apresenta o primeiro registro encontrado sobre a contribuição do Museu Real com o ensino regular, datado de 1822:

O então Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva franqueou o museu ao Ten. C. João da Silva Feijó, do Corpo de Engenheiros e lente de 'História Natural e Zoológica e Botânica' na Academia Militar, para lá 'serem feitas as demonstrações práticas de espécimens de História Natural' um dia por semana (LOPES, 1997, p.75).

O Museu Real atuou de forma isolada até o início da segunda metade do século XIX, tornando-se a referência de museu brasileiro. Entretanto, a partir de 1860 o panorama dos museus dedicados à história natural se intensificou, surgindo diversas experiências com enfoque local. Entre estes, pode-se destacar o Museu Paraense (1866 - atual Museu Paraense Emílio Goeldi), Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1883 - extinto em 1890), o Museu Paulista (1894 - também conhecido atualmente por Museu do Ipiranga), e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul (1903 - atual Museu Julio de Castilhos) entre outros que colocavam, através de suas coleções, pesquisas e publicações o País no cenário museológico em perspectiva internacional (LOPES, 1997). A concepção do papel do Museu Paraense, concebida pela Associação Filomática - que tinha por objetivo criar um museu de história natural - em documento sobre o estatuto da associação, publicado no Jornal Amazonas em Setembro de 1866, caracteriza a intenção destes novos espaços culturais:

A instrução pública deveria ser a missão do museu, definido como um 'estabelecimento para instrução popular'. Nesse sentido, além da mostra de produtos naturais e objetos indígenas, o museu deveria 'instituir lições' de geografia, hidrografia, etnografia, história do Brasil e do Pará, e 'preleções sobre a história natural'. Essas seriam as áreas de atuação do museu, cujas atividades se concentrariam na formação e exposição de acervos, na oferta de cursos e palestras e na montagem de uma biblioteca especializada naqueles assuntos (SANJAD, 2010, p.54).

Embora os museus de Ciências Naturais estivessem em evidência, a construção de museus com outras abordagens também é identificada no Brasil a partir dos Oitocentos, como os de caráter histórico. Segundo o museólogo Mário Chagas (2009), a partir da revisão do livro organizado por Guy de Hollanda em 1958, do século XIX até o início da década de 1920, vinte e dois (22) museus foram criados neste período (Anexo A); destes, algumas instituições tinham o papel de salvaguardar bens e memórias de marcos comemorativos ou, de forma ainda mais restrita, sua própria história dentro do cenário nacional. Deste período é possível salientar o trabalho pioneiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Museu Militar do Arsenal de Guerra (1865), o Museu Naval (1870) e o Museu Paulista (1894), que tendo à frente o diretor Affonso Taunay no período de 1917 a 1945 assume o papel de escrever a história do País sob o ponto de vista paulista (ANHEZINI, 2003)⁵.

Além desses casos, vale destacar que alguns museus acondicionavam acervos tidos como históricos ainda que não fosse a temática abordada pela instituição, tornando-se depositários de um espaço que ainda estaria por ser concebido; como exemplo, pode-se ressaltar o Museu Nacional, que chegou em 1920 a inaugurar uma sala denominada *Pedro II* (LOPES, 1997). Portanto, planejar espaços dedicados à história do País não era uma intenção inovadora, embora em alguns casos colocá-los em prática pudesse ser um ato de difícil concretude.

Nesse momento, cabe ressaltar o importante papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, produtor de uma história nacional que, segundo Abreu (1995, p.12), será ecoada no Museu Histórico Nacional – ambas instituições construíram a gênese do País calcada “numa tradição de civilização e progresso, onde o retrato da Nação surgia como desdobramento nos trópicos de uma civilização branca europeia”.

⁵ Segundo a autora Afonso de Taunay já em 1917 ocupava uma posição privilegiada no cenário intelectual, sendo sócio dos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e de São Paulo e professor da Escola Politécnica e da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, circulando por grupos e espaços que debatiam a construção de uma história do Brasil.

Para legitimação desse discurso, os suportes materiais eram percebidos como importantes testemunhos que construía visualmente as representações da história nacional. Nesta perspectiva, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a sua fundação tinha o intuito de salvaguardar “cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna” (BITTENCOURT, 2005, p.199), concepção transmitida aos seus sócios na procura de documentos nas províncias a serem remetidos à sociedade central do Rio de Janeiro.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi considerado um órgão autorizado a “organizar um monumento da glória nacional”, segundo trecho proferido no ato de constituição do instituto pelo seu secretário perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa (BITTENCOURT, 2005, p.199); coube ao instituto reunir os “sinais do passado” que remetessem à história da pátria exercendo, como aponta Le Goff (2003, p.525), uma “escolha efetuada [do passado] quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores”.

Assim, ao criar seu museu em 1842, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro destinou-se à função de recolher “produções úteis”, contribuindo no objetivo do instituto de promover a “civilização dos patricios”, intenção exposta pelo mesmo secretário. Trecho da carta do sócio desembargador Rodrigo de Souza e Silva Pontes, de 1842, retrata o perfil esperado do museu:

[...] para cabalmente preencher toda a amplitude de sua instituição, precisa de criar um museu, em que não só colija os produtos naturais do país, mais ainda e principalmente quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria usos e costumes dos habitantes do Brasil. (PONTES, 1842, apud BITTENCOURT, 2005, p.200).

Se o desejo era destacar a civilização, a indústria e os costumes, esse não será o principal discurso no primeiro momento do museu. Não que não ocorressem doações de acervos com este viés, mas com a valorização das viagens exploratórias, números significativos de remessas contendo acervos naturais eram encaminhados ao museu, dotando-lhe de um perfil de gabinete de história natural

para uso de sócios e do governo. O historiador Manoel Salgado Luís Guimarães (1988) salienta que este momento é um reflexo da definição das bases físico-geográficas que o projeto nacional se sustentará. Tornara-se também crescente, ainda nos Oitocentos, a entrada de objetos relacionados à etnografia.

É interessante observar no artigo de Bittencourt (2005) que as remessas com acervos de ciências naturais decaem significativamente após 1860. Segundo o autor, dificilmente os interesses pela riqueza da pátria cessariam; ele atribui este sintoma à consolidação do Estado Imperial e, conseqüentemente, à reorganização e à criação de repartições públicas, em especial dois eventos: a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - que instituiu uma agência específica para gerência dos recursos existentes dirigidos à esfera econômica - e a transferência do Museu Nacional do Ministério do Império para o Ministério da Agricultura no final da década de 1860.

A relação que foi instituída entre o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro após o evento descrito acima é um fato importante a ser salientado. Ladislau Netto, o então diretor do Museu Nacional, tornou-se ativo membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e passou a realizar transferências frequentes de acervos de uma instituição para a outra. Mas não eram quaisquer acervos, mas objetos históricos, compreendidos por Ladislau Netto distantes da proposta do Museu Nacional, encontrando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um espaço conveniente para a salvaguarda. E é neste raciocínio que fez a seguinte negociação: “Proponho que as amostras de produtos naturais que se acham no Instituto Histórico sejam permutadas com objetos de interesse puramente histórico que existem no Museu Nacional” (NETTO, 1844, apud BITTENCOURT, 2005, p.205).

A proposta foi aceita pelo Instituto. Assim, as coleções do museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passaram a representar o colecionismo antiquário⁶,

⁶ Segundo Ricardo Benzaquem de Araújo (1988) os antiquários foram constituídos por colecionadores de antiguidades que, no século XVII, passaram a se relacionar com os fragmentos do passado mais preocupados com a verdade factual do que o valor moral dos ensinamentos que poderiam ser proporcionados, valorizando o objeto autêntico. A autora Aline Montenegro Magalhães (2004, p.60) salienta que intelectuais envolvidos com projetos de construção do passado nacional vão se apropriar

baseado nos fragmentos da história para valorizar o passado da pátria, os predecessores, a importância da colonização.

Além do museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os museus militares criados ainda nos Oitocentos - Museu Militar do Arsenal de Guerra (1865) e Museu Naval (1870) - possuíam objetivos bem delineados: constituir-se enquanto marcos comemorativos da força heroica da Nação através de troféus e relíquias de sua história. Segundo Chagas (2009, p.69), “eles se inscrevem no conjunto de narrativas épicas que pretendem atualizar o panteão nacional e povoar a memória com gestos singulares e heroicos”.

Através do artigo produzido por José Neves Bittencourt (1997) é possível caracterizar estes museus a partir da trajetória do Museu Militar do Arsenal de Guerra. Para alguns autores como o conservador Antonio Pimentel Winz, autor do livro “A História da Casa do Trem” (1962), o Museu Militar ganhou uma importância relevante na história do País por ser uma das primeiras instituições especializada em estudos históricos. No cenário militar brasileiro, teve destaque ao dotar seus objetos de valor comemorativo, além do “papel pedagógico” já encontrado em outras unidades militares, como a Escola de Tiro, que segundo Bittencourt (1997) recebia armas modernas e exemplares de teste a fim de torná-las amostras para aprendizes.

Bittencourt (1997) ao buscar compreender a motivação da criação do Museu Militar relaciona o fato à data de 1850, momento em que o Estado alcança a consolidação que mais tarde iríamos reconhecer como “Estado Imperial”, marcado pela prosperidade econômica e afirmação do projeto político das elites – levando, conseqüentemente, à fundação de monumentos. Através do regulamento do museu de 1865 é possível traçar o perfil de seu acervo:

Art.1º. Haverá no Arsenal da Corte uma ou mais salas onde serão depositados:

1) As armas de todas as espécies, notáveis por qualquer circunstância ou por sua antiguidade e singularidade de fabrico, ou por terem sido tomadas ao inimigo, troféus e relíquias.

da prática antiquária para comprovar experiências individuais e/ou coletivas que “desse conta de um passado comum a uma ‘comunidade imaginada”.

- 2) Reparos, viaturas, bocas de fogo, projéteis e instrumentos de artilharia, de qualquer calibre ou espécie, também notáveis pelas circunstâncias acima referidas.
- 3) Equipamentos e outros objetos notáveis por sua antiguidade ou pelos fatos que comemoram.
- 4) Modelos ou amostras de armamento, equipamento e objetos de qualquer espécie de uso dos Exércitos estrangeiros, invenções e melhoramentos (BRASIL, 1865, apud BITTENCOURT, 1997, p.212-213).

No documento referido acima, dos artigos 5º ao 9º, o regulamento explicita como estes acervos deveriam ser expostos, ressaltando a distinção dos inimigos, destaque dos troféus nacionais, exposição de armas na vertical, exibição das bandeiras em armários envidraçados, confecção de rótulos que historicize a existência e o significado destas relíquias, por exemplo. Porém, para Bittencourt (1997) não era previsto que esta organização fosse exibida a qualquer público, sobrepondo acima de qualquer papel - como o pedagógico - o de ser um espaço comemorativo. Esta intenção é observada no 13º artigo do regulamento:

A sala será franqueada a espectadores, pessoas de distinção, nacionais ou estrangeiras mediante permissão do Quartel-Mestre General, podendo ser autorizada a exposição franca para todas as pessoas que se o Ministério da Guerra o julgar conveniente (BRASIL, 1865, apud BITTENCOURT, 1997, p.212-213).

Cabe ressaltar que, embora fosse uma instituição que as autoridades atribuíam importância e respeito, passou ao longo de sua trajetória por diversas dificuldades devido à escassez de verbas. Em parte do trecho do relatório do Ministro de Guerra do ano de 1872 percebe-se a situação em que o museu se encontrava:

A criação de um museu especial, onde se encerrasse em si os troféus nacionais, e todos os espécimes e modelos de meios de guerra usados até o presente, é ideia digna de mais desenvolvimento, e conveniente não só à instrução militar, como à conservação de objetos credores do respeito e veneração, ou simplesmente curiosos.

Infelizmente, o museu militar está ainda longe do que deveria ser. Não passa por ora de um depósito em que sem ordem nem classificação arranjaram-se panóplias, enfeixaram-se bandeiras e reuniram-se peças de fardamento e equipamento, umas de épocas já remotas, outras tomadas aos Paraguaios [sic] tudo isso metido numa sala baixa, úmida e que não pode absolutamente ser procurada por quem tenha motivo

particular para ir visitá-la (BRASIL, 1872, apud BITTENCOURT, 1997, p.217-218).

O Museu Militar do Arsenal de Guerra foi um espaço de memória destinado a ser um reflexo do fortalecimento do Exército na história do Brasil. Mesmo com pouca documentação encontrada até então, Bittencourt (1997, p.238) conclui que o Museu, a partir de seu acervo, foi “uma tentativa articulada de mobilizar a memória da instituição no sentido de consolidar uma tradição”. Em 1893 o Arsenal de Guerra ganha uma moderna instalação na ponta do Caju, transferência que se concluiu em Novembro de 1902. O seu museu não teve a mesma sorte. É possível que em 1893 este se encontrasse fechado e, no período deste trâmite, as intituladas relíquias permaneceram encaixotadas no antigo prédio, entre elas o famoso canhão “El Cristiano”⁷, um dos símbolos da guerra do Paraguai. Esses objetos permaneceram nesta condição até 1922, quando Gustavo Barroso evidencia-os em seu projeto de museu, tornando-se a partir deste ano importantes representantes da coleção do Museu Histórico Nacional.

Nesse cenário relacionado ao campo dos museus - no qual as instituições museológicas voltadas para o acervo de Ciências Naturais tinham destaque e projetos de museu que organizassem e celebrassem a história do País eram postos em prática - é importante salientar também a existência de exposições de caráter temporário, vinculadas a grandes eventos e/ou instituições, que tinham importante papel de divulgar o Brasil em âmbito nacional e internacional. Ainda nos Oitocentos podemos destacar duas mostras: A *Exposição Antropológica* de 1882 realizada pelo Museu Nacional, e a *Primeira Exposição Pedagógica* de 1883, vinculada ao Congresso da Instrução⁸.

⁷ O canhão “El Cristiano” é considerado um “arquitroféu militar brasileiro”. Fundido no Paraguai a partir dos sinos existentes de suas igrejas, compôs a artilharia do Humaitá, cenário de uma das maiores batalhas navais ocorrida na Guerra do Paraguai (BITTENCOURT, 1997). No ano de 2010 o canhão ganhou destaque na mídia pela solicitação do governo paraguaio de ter novamente a posse deste troféu de guerra brasileiro, situação até então não consolidada (DESANTIS, 2010).

⁸ Cabe ressaltar que, de acordo com Vidal (2009), o Congresso da Instrução não chegou a se realizar, mas, mesmo com o impasse, a *Primeira Exposição Pedagógica* se manteve.

É interessante observar que ambas as exposições, embora tivessem enfoques diferenciados, se aproximavam na tentativa de apresentar as pesquisas avançadas realizadas no País e atuais tendências incorporadas pelo mesmo. Segundo Andermann (2004) a *Exposição Antropológica*, que durou três meses, foi um grande convite para conhecer e explorar a figura indígena através das classificações da história natural e da história nacional, mas também para reafirmar o Museu Nacional enquanto entidade geradora de pesquisas – rivalizada por instituições como a Academia Imperial e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na representação do passado nacional. As palavras do autor permitem constituir o perfil desta exposição, de impacto internacional, que teve mais de mil visitantes:

Com o intuito de despertar a imaginação dos visitantes com uma experiência de substituição da liminaridade iniciática, a Exposição Antropológica empregou, de uma maneira inovadora, uma gama variada de disciplinas visuais. As imagens formaram uma parte do aparato de emolduração dos objetos indígenas como significantes de uma estrutura invisível supostamente situada num escalão mais alto da verdade. Da mesma forma em que a estratégia de disposição do material oscilava entre diferentes estéticas expositórias e discursos disciplinários, assim também as representações visuais da Exposição Antropológica se estendiam através de numerosas formas e gêneros visuais, desde as estátuas de Deprès às pinturas e fotografias que documentavam e também integravam a exposição (ANDERMANN, 2004, p.150-151).

A *Primeira Exposição Pedagógica*, realizada em 1883 com duração de dois meses, também possuía objetivos bem definidos. Composta por treze salas, a mostra se constituiu por expositores de colégios brasileiros e fabricantes nacionais e internacionais de móveis e materiais didáticos, apresentando diversos objetos relacionados ao universo escolar: livros, carteiras, globos terrestres, materiais de laboratórios, além de acervos e documentos enviados por outras nações. Segundo a pesquisadora Diana Vidal:

Inserida nesse circuito, a Exposição do Rio de Janeiro de 1883 se oferecia como vitrine às inovações pedagógicas. Vinha no bojo das mudanças que se operavam no ensino elementar brasileiro, com a reforma da instrução pública implementada, em 1879, por Carlos Leôncio de Carvalho, um dos organizadores do evento. Pela primeira vez o método de lições de coisa era indicado para uso nas escolas oficiais, facultando ao Governo criar, em seu apoio, bibliotecas e

museus pedagógicos nos lugares onde existissem escolas normais (VIDAL, 2009, p.2).

Cabe ressaltar que o incentivo do uso da materialidade no ensino estimulou neste período a criação de diversos museus escolares, muitas vezes constituídos por armários envidraçados que, ao apresentar coleções relacionadas aos conteúdos ministrados, promoviam o que Vidal (2009, p.9) conceitua como *pedagogia do olhar*, “privilegiando a visão como estratégia didática, [...] [repousando] sobre os olhos os critérios de credibilidade”.

Porém, mesmo com a proliferação dos museus escolares, um espaço destinado a refletir sobre a escola e as inovações pedagógicas ainda estava a se fazer presente. Nesta perspectiva é fundado o Pedagogium, um museu pedagógico, “centro impulsor de reformas e melhoramentos de que necessitava a educação nacional, [...] expondo o que de mais moderno houvesse quanto aos métodos e ao material de ensino” (BASTOS, 2002, p.278).

O Pedagogium, fundado em 1890 e situado também na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, possuía dezessete seções que abrangiam desde acervos que representavam a educação escolar até espaços de interação com professores, tais como biblioteca fixa e circulante e cursos práticos. Um dos grandes destaques eram suas exposições, sejam as de caráter permanente - que apresentavam o que havia de melhor da instrução brasileira, visando revelar que o País não estava tão atrasado nos processos de ensino - ou as com curta duração - como as exposições escolares anuais, que apresentavam os avanços nas escolas em uma determinada temporalidade (BASTOS, 2002).

Embora fosse um grande projeto, a autora aponta que o Pedagogium teve uma institucionalização instável, marcada por ameaças de extinção, falta de definição orçamentária e localização, e dependência política, situação que se agrava com o falecimento de seu fundador, Benjamin Constant. Após dois anos de sua criação, publicações defendiam a permanência da instituição. Sendo modificada sua estrutura por meio de regimentos, seu papel enquanto centro de estudos e de informações do ensino do País tornava-se cada vez mais distante e, em 1897, o Pedagogium passaria a ser administrado pela Prefeitura do Distrito Federal,

municipalizando-se. Em 1898 foi extinto e no mesmo ano reaberto. Permanecendo em uma condição instável e tendo suas funções ainda reduzidas, em 1919 torna a ser extinto, sendo parte de suas funções retomadas com a criação do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP) em 1937 (BASTOS, 2002).

A virada de século trouxe antigas questões para serem refletidas: Qual a identidade do Brasil? Que imagem construir da Nação? Como se representar internacionalmente? O Brasil era capaz de se inserir em um contexto dito moderno e civilizado? Buscando identificar respostas os objetos contribuíram para o delineamento de construções que correspondessem a estes questionamentos e, nesta perspectiva, dois movimentos ganharam força no campo dos museus: a resignificação de algumas instituições antes voltadas para o conhecimento enciclopédico a partir das coleções de história natural, passando a fortalecer as leituras históricas de identidade regional/ nacional; e a realização de grandes eventos celebrativos de abrangência nacional e internacional, em especial duas exposições de grande relevância neste processo: a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922.

O início do século XX marcou a transformação de alguns museus que passaram a construir uma identidade voltada para a memória nacional, seja através de personagens ou por episódios históricos. Duas instituições se destacaram neste movimento: o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, que neste processo passou a se denominar como Museu Julio de Castilhos, e o Museu Paulista.

O Museu do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1903 na cidade de Porto Alegre, se em um primeiro momento privilegiou seções voltadas para a história natural, tornou-se através de iniciativas do governo um dos instrumentos para manter ativa a memória do líder político Júlio de Castilhos. Esta decisão acarretou grandes transformações na trajetória do museu: ao vincular a instituição ao patriarca gaúcho em 1905, esta ganhou um caráter memorialista, levando à ampliação da 4ª seção - ciências, artes e documentos históricos - através de acervos vinculados ao líder republicano rio-grandense, a transferência da sede para a casa de Castilhos e a alteração do próprio nome do museu (SILVA, 2011). Assim, o Museu Júlio de Castilhos passou a reforçar a evocação de um herói, mecanismo característico dos

museus históricos por longo tempo, considerado atualmente por teóricos como Ulpiano Bezerra de Meneses (1992) não mais como característica, mas sim objeto de conhecimento.

Mas foi nos anos de 1920 que a perspectiva histórica foi ganhando força no Museu Júlio de Castilhos, culminando ao longo das décadas na predominância do acervo histórico de caráter regional nessa sede e a criação de novos museus em Porto Alegre para abrigar as coleções de arte e zoobotânica antes salvaguardadas na instituição. O início deste perfil foi potencializado por meio de dois eventos: a incorporação da seção histórica do Arquivo Público e as estreitas relações com o recém-criado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), processo que alcançou seu ápice na década de 1950 com a redistribuição das coleções citadas (NEDEL, 2005).

O Museu Paulista, fundado em 1894, também sofreu uma grande transformação no período da gestão de Affonso de Taunay (1917-1945). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Taunay incorporou para si uma perspectiva singular deste círculo de intelectuais paulistas: “a história de São Paulo é a própria história do Brasil” (TAUNAY, 1913, apud BREFE, 2005, p.64). Assim, visou à construção de uma historiografia capaz de evidenciar personagens e episódios paulistas que consolidaram uma unidade nacional, e encontrou no Museu Paulista um cenário capaz de compor a história paulista e nacional visualmente, tendo como um dos balizadores o mito do bandeirante. Este projeto se consagrou em 1922, ano do Centenário da Independência, no qual o Museu Paulista entrou na programação de São Paulo como uma das grandes atrações ao culto do passado nacional de caráter paulista, chegando a contagens de 35.000 a 50.000 visitantes no dia 07 de Setembro de 1922 (BREFE, 2005).

Mas a virada do século também trouxe com ela a possibilidade de rememorar alguns dos importantes fatos históricos da história do País que pelas datas incentivaram celebrações por completarem centenário. Nesta perspectiva, a primeira metade do século XX foi marcada pela organização de exposições de grande impacto nacional e internacional.

A Exposição Nacional de 1908 foi um grande passo no estímulo à modernização do País. Idealizada no Congresso de Expansão Econômica por sugestão da imprensa e consentida pelo Congresso Nacional, palácios foram construídos para abrigar 11.286 expositores brasileiros e 671 portugueses em celebração do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Tendo sido visitada por mais de um milhão de pessoas, Pereira (201[0?]) analisa que a exposição trouxe o desafio do Brasil se colocar diante de si, construindo seu espaço em uma cultura cada vez mais globalizada e complexa:

A Exposição Nacional de 1908 foi a sétima exibição nacional realizada no Rio de Janeiro. Ela representou o auge, mas também o início do questionamento de um processo classificatório de países cujos parâmetros haviam sido construídos a partir de um conceito eurocêntrico de cultura. Por outro lado, ao comemorar o centenário da Abertura dos Portos ao livre comércio, ela celebrava a própria cultura capitalista e industrial que firmara suas bases durante o século XIX.

Entretanto, ela marca também uma inflexão ao propiciar a realização de um inventário do país não para ser exibido para fora de suas fronteiras, mas para os próprios brasileiros. É a partir desse “Brasil em exposição” que o país passa a ser visto de dentro e uma visão “interna” também começa a ganhar forma e, mais do que isso, a definir com mais clareza políticas consequentes para o país e suas cidades e regiões (PEREIRA, 201[0?], p.14).

Os palácios nacionais construídos buscavam através de seus traços arquitetônicos destacar a importância dos Estados da Federação e das instituições públicas representadas - como a Empresa de Correios e Telégrafos - e, em suas mostras, revelar aos visitantes as conquistas nacionais na área das indústrias, comércio, agricultura e artes. Assim, a Exposição Nacional de 1908 celebrou o processo de entrada do País nos moldes da civilização e modernidade almejados, inserindo-se na tendência “cidade-mostruário”, no qual a cidade tornava-se um espetáculo com suas construções e exposições voltada para si mesma, sendo a grande atração do evento (ELKIN, 1997).

Outra data marcante a ser celebrada foi o Centenário da Independência. Um evento decisivo a ser exaltado em grandes magnitudes. No Rio de Janeiro, então capital do País, a atração principal deste evento foi a Exposição Internacional do Centenário da Independência, inaugurada oficialmente em 07 de Setembro de 1922,

comemoração importante para a construção de uma memória coletiva e projeção nacional.

Percorrendo a trajetória das exposições internacionais, iniciada em 1851 em Londres, Kuhlmann Júnior observa a importância destes eventos culturais enquanto meios de apresentação da civilidade das nações representadas. A proposta era propagar a comprovação de que as nações participantes rumavam ao desenvolvimento em todas as atividades humanas, distribuídas na Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro, por exemplo, em 22 grupos das mais diversas temáticas – tais como *Educação e Ensino*, *Indústrias diversas*, *Forças de terra e mar* e *Esportes* (KUHLMANN JÚNIOR, 1996).

Segundo Kuhlmann Júnior (1996) as exposições internacionais eram concebidas como *verdadeiras festas didáticas* e tinham papéis bem delineados - a Exposição Internacional de 1922 tinha por objetivo promover uma leitura de Brasil próspero e ordeiro. Espaços de discursos a serem apreendidos pela sociedade, as exposições internacionais eram escolas de civismo, colaborando para a construção da imagem de um Estado moderno, apresentando tudo o que diz respeito à atividade humana, em especial bens industriais e novos inventos como facilitadores da vida (PESAVENTO, 1997).

A concepção da Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 esteve vinculada desde sua primeira indicação a projetos de urbanização da capital, envolvendo a derrubada do Morro do Castelo, a realização de aterros, desenvolvimento de ruas e avenidas e a construção de um monumento que celebrasse a Independência do Brasil (KESSEL, 1998). As palavras do prefeito do Rio de Janeiro em 1920, o engenheiro Carlos Sampaio, demonstram como a exposição e as transformações do Rio de Janeiro estavam conectadas:

[...] nos devemos preparar para comemorar o Centenário da Independência: e eu não vejo que melhor forma possamos dar a essa comemoração, do que realizando obras de saneamento, de instrução, de assistência, de embelezamento, que, completadas com uma exposição internacional no próprio local em que estejamos realizando as obras do arrasamento, possam mostrar ao estrangeiro, que ainda não nos conhece, de quanto somos capazes (SAMPAIO, 1920, apud KESSEL, 1998, p.233).

A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 teve desde sua inauguração oficial até o dia 02 de Julho de 1923 um total de 3.626.402 visitantes. O circuito possuía 80 edificações, construídas por conta do governo federal, governos estrangeiros e de expositores particulares nacionais e internacionais (LEVY, 2010).

Cabe destacar que, além dos circuitos temáticos, as exposições internacionais realizavam programações paralelas. Na exposição internacional de 1922 ocorreram jogos latino-americanos durante o centenário. Uma das atividades mais frequentes eram os Congressos - nacionais e internacionais - sobre os mais diversos assuntos, sendo divulgados nos grupos temáticos. A Educação era um dos temas mais tratados, pois, além do cotidiano escolar, a temática atravessava os mais diferentes grupos em uma perspectiva social, sendo considerado um dos alicerces para o progresso da Nação. Assim, diversos sujeitos, como políticos, médicos, religiosos, militares, donos de escolas, professores, engenheiros, entre outros, debatiam em suas especialidades a Educação como construtora da sociedade moderna (KUHLMANN JÚNIOR, 1996).

Nessas trocas de conhecimentos, diversas propostas pedagógicas foram abordadas ao longo da trajetória das exposições internacionais, desenvolvendo e apresentando nas exposições novos métodos e materiais que Kuhlmann Júnior denominou de “pedagogia do progresso”, capaz de determinar novas concepções arquitetônicas, disposição de espaços, dinâmicas de grupos, ações escolares cotidianas, modos de expor e explorar os objetos, desdobrando-se em aprendizados como a *lição de coisas*⁹ (KUHLMANN JÚNIOR, 1996). Mas é interessante pontuar que nem todos percebiam estas exposições como cenários de propostas pedagógicas. Pesavento (1997, p.123), ao pesquisar o período, ressalta que conservadores e críticos da época apontavam que estes eventos de grande porte

⁹ Segundo Kuhlmann Júnior as lições de coisas foi uma proposta de aprendizado do final do século XIX e início do século XX, estimulando o aprender a partir da percepção dos sentidos e do contato com os objetos: “inspirado em Pestalozzi e Froebel, visava à ‘educação dos sentidos’, por meio da difusão de informações as mais variadas sobre meios de vida e processo produtivos” (1996, p.200). Possamai (2012, p.3) também nos elucida em relação ao conceito: “Substitui-se o ensino livresco, calcado nas palavras pela observação das coisas, a lição das coisas. Substitui-se o método dedutivo pelo método indutivo, dando maior possibilidade ao aluno de desenvolver sua intuição”.

estavam cada vez mais limitando o caráter pedagógico “de instruir, de fazer conhecer o novo, de vulgarizar o conhecimento científico e abrangê-lo em todos os seus ramos e facetas, em uma verdadeira preocupação enciclopedista” em valorização do lúdico e do entretenimento, fortalecendo cada vez mais o espetáculo da modernidade.

No ano de 1922 a Exposição Internacional do Centenário da Independência foi, em conjunto com a participação paulista através da Semana de Arte Moderna, eventos marcantes que estimularam, embora por abordagens diferenciadas, um modernismo vinculado ao nacionalismo que ecoou em diversos debates ao longo da década¹⁰.

Além do culto à Nação, uma das grandes contribuições das exposições de grande porte realizadas na primeira metade do século XX foi a predisposição de suscitar temáticas que animaram os debates intelectuais sobre a escrita da história do País. Segundo Elkin:

[...] sem falar no tamanho, custo e duração, as Exposições Nacional de 1908 e Internacional do Centenário diferiam das precedentes devido à celebração que era feita à história nacional. As exposições do Segundo Reinado eram realizadas como preparatórios para as feiras mundiais realizadas pelas potências europeias e pelos EUA, e vazavam uma fé otimista no progresso, bem como confiança no futuro melhor que este traria ao Brasil. Na virada do século XIX, tal fé não havia desaparecido, mas tinha sido acrescida de um sentimento, que vigorava entre as elites nacionais, de que a modernização dependia de certa reverência ao passado nacional (ELKIN, 1997, p.124-125).

Entre esses intelectuais, um tornou-se elemento-chave na defesa de um novo espaço de longa duração destinado à salvaguarda das evidências do passado, referências da história e da consolidação da identidade nacional: Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, o defensor das relíquias esquecidas.

¹⁰ Autores como Motta (1992) ponderam aproximações e distanciamentos entre o projeto da Exposição Internacional do Centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna. A partir de sua produção, a autora Ruth Levy (2010) analisa: se por um lado buscavam uma leitura moderna do Brasil tendo por viés a nacionalidade, por outro o modernismo de São Paulo visava a “montagem de um discurso de deslegitimação da capital federal como cabeça da nação, criando uma representação simbólica, onde São Paulo = nação e Rio de Janeiro = anti-nação” (LEVY, 2010, p.28).

2.2 Um defensor para os *mudos companheiros* da nossa história: Gustavo Barroso e a defesa das relíquias esquecidas

A virada do século XX e a presença de conceitos como modernidade, civilidade, ordem e progresso, exigiram do Estado o delineamento de um projeto cultural brasileiro. O diagnóstico, identificação de uma memória coletiva e projeção de uma identidade nacional couberam a personalidades que compartilhavam o campo intelectual.

Nem todos os homens são aptos a exercer a função de intelectual. Sérgio Miceli em sua coletânea de publicações intitulada *Intelectuais a Brasileira* (2001) analisa que ser um intelectual ao longo da Primeira República exigia uma soma de fatores que caracterizava este indivíduo, como as redes de relações familiares e pessoais fundamentadas às suas origens pessoais, a tonalidade política e, gradativamente, diplomas escolares e universitários. Ainda assim, a representação do ser intelectual se singularizava e consolidava pela autodefinição de serem porta-vozes do conjunto da sociedade, tornando-se idealizadores de projetos de concepção da cultura brasileira. Nesta perspectiva, um seletivo grupo que circulava na elite brasileira passou a representar os interesses da Nação e a construir representações sobre o País:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990,p.17).

No Brasil os intelectuais da virada para o século XX formavam um grupo determinante nos apontamentos e decisões políticas, econômicas, culturais e sociais do País. Não é surpreendente observar que quando pesquisadores analisam documentos relacionados a eventos culturais de grande porte, como a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922, percebe-se que suas reivindicações se originam da imprensa e da opinião pública liderada por estes agentes. Segundo Elkin (1997, p.121-122), estes e outros

projetos culturais desenvolvidos, como o Museu Histórico Nacional, iam para além das celebrações à história nacional, “refletiam como as elites políticas e culturais do Brasil viam seu próprio futuro e concebiam seu passado”.

Os intelectuais da primeira metade do século XX, com ênfase nas décadas de 1920 a 1940, envolveram-se intensamente com o problema da identidade nacional e das instituições (PÉCAUT, 1987). Inseridos nas classes mais abastadas, os intelectuais consideravam que organizar a Nação era a vocação da elite, conseqüentemente deles, bem como reivindicar uma *ciência do social*: em jogo estavam projetos que contribuiriam cultural e politicamente, em concomitância, auxiliando o Estado na construção da sociedade: “forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1987, p.15). Nessa perspectiva, estes agentes passam a atuar como a pesquisadora Mônica Pimenta Velloso denomina de *mosqueteiros intelectuais*, que “munidos pelo instrumental cientificista buscam remodelar o Estado, lutando contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos” (VELLOSO, 1987, p.2).

Segundo Pécaut (1987) os intelectuais brasileiros possuíam três perfis que definiam suas características: o de advogado, o de engenheiro e o de homem da cultura, assumindo neste conjunto a tendência autoritária, a visão técnica e a busca pela ciência; somada a estas, o engajamento político também se tornou um atributo inerente: através dos discursos e práticas era possível identificar as filiações partidárias do intelectual.

Os compromissos dos intelectuais com seu território não são recentes; historicamente é possível observar perspectivas e objetivos destes agentes de acordo com a demanda sócio, política e econômica de sua época. Segundo Velloso (1987), a virada do Regime Imperial para a República foi marcada por intelectuais que se atribuíam enquanto guias do processo de modernização da sociedade brasileira. Na década de 1920, as análises da autora apontam para uma mudança de comportamento:

Na década de 20, quando se fazem sentir os efeitos críticos do pós-guerra, com a derrocada do mito cientificista, o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacional. A busca de nossas

raízes, o ideal de brasilidade, passa, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. [...] Os intelectuais se julgam os indivíduos mais capacitados para conhecer o Brasil. [...] Fica clara, portanto, a constituição da identidade desse grupo, que, historicamente, sempre buscou distinguir-se do conjunto da sociedade. Seja através dos ideais da ciência ou da racionalidade (geração de 1870), da arte ou intuição (geração de 1920); imbuídos de vocação messiânica, senso de missão ou dever social, os intelectuais se autoelegeram sucessivamente consciência iluminada do nacional (VELLOSO, 1987, p. 02-03).

É interessante observar que os intelectuais se consagravam neste período como elite dirigente, passando a se posicionar como uma “força social” a prestar um serviço antes de tudo político, tornando-se importantes contribuintes na constituição de uma ordem nacional:

[...] os intelectuais dos anos 20, muitos dos quais haviam recebido uma formação jurídica, não estavam inovando quando se erigiram, sem outro mandato a não ser por conta própria, e sob outras formas, a função de uma elite que soube colocar-se a serviço do Estado nacional no século XIX (PÉCAUT, 1987, p.24).

Os projetos desenvolvidos por esses intelectuais almejavam definir a unidade cultural do País; porém, engana-se quem suponha que suas abordagens destinavam-se a uma mobilização contra uma perspectiva oficial, “estava absolutamente fora de questão um patriotismo que prevalecesse sobre o Estado. Ao contrário, o Estado nacional deveria criar as condições para o sentimento nacional” (PÉCAUT, 1987, p.55). Assim, surgiu neste cenário um forte vínculo, no qual os intelectuais aderiram a uma “ideologia de Estado”, enquanto o Estado incorporou a “ideologia de um governo intelectual”, parceria selada enquanto os intelectuais se mantiveram precisos com sua vocação nacional.

Embora Pécaut (1987) enfatize os anos 1920 a 1940 como o período de exaltação do “caráter brasileiro”, ele salienta que na década de 1910 o processo de transformação dos intelectuais em agentes políticos já era constatado e, a partir de 1915, o nacionalismo invade a cultura brasileira - em especial na literatura - tendo como o símbolo da “mutação em curso” o ano de 1922 pelos eventos citados no capítulo anterior.

Dos diversos intelectuais que marcaram este período, Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, mais conhecido como Gustavo Barroso, se singularizou pela forte campanha que travou em defesa das relíquias esquecidas: os objetos, compreendendo-os como representações de um nacionalismo vinculado à tradição e à memória. Por meio de mais de uma centena de livros publicados - romances, poesias, livros de memórias, entre outros - de produções textuais em revistas e jornais e de sua trajetória enquanto intelectual é possível percorrer sua vida construindo o perfil que será característico de seus projetos culturais e políticos.

Para Chagas (2009) uma nostalgia romântica sempre acompanhou a vida desta personagem. Em suas memórias descritas, a vida cearense é um misto de lembranças da família e dos objetos que o cercavam e davam forma ao cotidiano. Para Barroso, “a saudade é a maior testemunha da verdade” (BARROSO, 1939, *apud* CHAGAS, 2009, p.77), e narrá-la teria o poder de recuperar o passado, tentativas que este irá executar em diversas publicações, buscando rememorar a própria vida. Gustavo Barroso vinculou sua própria história a um conceito que irá determinar seus projetos e justificar seus discursos: a saudade.

Nascido em 29 de Dezembro de 1888 no litoral cearense, Gustavo Barroso vinha de uma família tradicional com prestígio social, mas sem abundância econômica. Seu pai, Antônio Felino Barroso, era escrivão em Fortaleza. Sua mãe, Ana Guilhermina era alemã, uma moça letrada filha do engenheiro e doutor em Filosofia Gustavo Guilherme Dodt, que veio ao Brasil realizar trabalhos especializados e se fixou com a família em Fortaleza. Do casamento entre Antônio e Ana nasceram três filhos, sendo Gustavo Barroso o último, pois, após uma semana de vida, perdeu a sua mãe. Seus irmãos foram mandados para os cuidados dos avós maternos em São Luís do Maranhão. O caçula, por ser muito jovem, foi criado pela avó octogenária e irmãs de seu pai, que já passavam dos sessenta anos (GIRÃO, 1959).

É interessante observar que seu pai fazia parte do círculo de intelectuais de Fortaleza que, mesmo distante da capital Rio de Janeiro, acompanhou a transição do regime monárquico para o republicano, contribuindo para debates sobre o sistema vigente e a cultura regional, fundando com Capistrano de Abreu a Academia

Francesa do Ceará (OLIVEIRA, 2003). Embora Barroso revelasse em seus livros de memórias uma insatisfação com um perfil descompromissado da vida por parte do pai, segundo ele sem ambições e preocupações, valorizou a figura do homem culto apegado à tradição, lembrando seus ensinamentos em seu livro *Coração de Menino*:

Os nomes das ruas duma cidade, meu filho, refletem a sua vida e resumem a sua história. É um erro, senão um crime, mudá-los a cada passo, sobretudo para homenagear individualidades passageiras. Destrói-se a tradição que deve ser sagrada porque é a alma de uma Pátria. Não pode haver pátria sem tradição (BARROSO, 1939, apud OLIVEIRA, 2003, p.25).

É do período de infância que Barroso já justificava seu apego à tradição. Chagas (2009) ao analisar as treze primeiras linhas deste seu primeiro livro de memórias¹¹ observa que tudo o que o autor descrevia ao seu redor - a casa, os parentes, os objetos - era velho, antigo e conservador, circunstância que o sensibilizou “a compreender o passado e retirar dele lições para a vida inteira” (p.75). Ao longo do texto acima citado Barroso salienta um apego aos objetos que compartilharam de sua infância, evidenciando desde pequeno um desejo colecionista: “[...] não compreendia que se pusesse fora um objeto que houvesse servido à casa muito tempo, [...] entendia que aquele servidor inanimado merecia uma aposentadoria silenciosa” (BARROSO, 1939, apud OLIVEIRA, 2003, p.26).

Do contato com os familiares também se construiu outra forte característica de Barroso: o apego às “coisas militares”. Gustavo Barroso conviveu muito próximo dos hábitos militares pelos exemplos do pai, oficial da Guarda Nacional da Província, e o padrinho e primo, voluntários na Guerra com o Paraguai. Envolto a relíquias de guerra - Barroso em seus escritos disse que havia objetos militares expostos na sala de casa - este contato direto se personificou mais tarde em projetos que buscaram promover os heróis do Brasil e seus feitos de forma disciplinada, construindo um passado de glórias fundamentado nas preciosidades do passado e no culto dos grandes heróis (CHAGAS, 2009). Mesmo se refletindo em um forte desejo, a

¹¹ Gustavo Barroso publicou uma trilogia de memórias: *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *Consulado da China* (1941).

oposição da família de Barroso em seguir uma futura carreira militar acabou despertando um interesse deste pelas Letras - mesmo que fosse através das leituras sobre temas relacionados à guerra e à aventura.

Segundo Oliveira, as experiências passadas, selecionadas por Barroso em suas memórias, exaltam uma saudade de si mesmo, mas também de uma imagem a ser lembrada pelo outro:

O forte interesse pelas coisas e costumes de sua terra natal, a vocação para a carreira militar, o gosto pelo colecionismo são traços presentes em sua experiência memorialística a partir da qual Barroso prefigurou o intelectual e escritor regionalista, o historiador interessado pelas tradições militares e o conservador-museólogo que viria a sistematizar um conhecimento aplicado aos objetos reunidos em coleção; justamente as realizações pelas quais escolheu ser lembrado, Através de uma dupla construção, Gustavo Barroso selecionou os caminhos a serem percorridos, estendendo os fios pelo labirinto da memória, sinalizando as passagens principais a serem seguidas (OLIVEIRA, 2003, p.23).

O ingresso na Faculdade de Direito, como era esperado por sua família, deu-se em 1907 no Ceará, sendo concluído, em 1912, no Rio de Janeiro. De acordo com Moreira (2006), este período será de estreita relação com a mídia. Embora sua primeira matéria tenha sido realizada um ano antes de seu ingresso à faculdade, intitulada *O Descobrimento da América* no jornal *A República* - vinculado ao governo do partido vigente - sua contribuição nos demais anos foi nos jornais oposicionistas, como o jornal *Unitário* e o *Jornal do Ceará*; também participou de grêmios literários, grupos de estudos e desenvolvimento da oratória. Cabe ressaltar que foi no *Jornal do Ceará* que Barroso assinou uma matéria pela primeira vez como João do Norte, pseudônimo que o acompanhou em sua vida profissional entre tantos outros como Nautilus, Jotaenne, Cladio França (BRASIL, 1958).

Ainda em Fortaleza Barroso iniciou suas publicações em jornais do Rio de Janeiro, como na "Revista *A Careta* a partir de 1907, dando prosseguimento na *Tico-Tico* no ano de 1908, órgão da imprensa nacional" (MOREIRA, 2006, p.10). Em 1910 um de seus artigos no *Jornal do Ceará* sofreu interferência. Esta posição da redação foi considerada por Barroso o suficiente para deixar o órgão, bem como sua cidade, como descreveu em trecho do seu livro *Consulado da China*:

Ao raiar o ano de 1910, deixei a redação do 'Jornal do Ceará'. Escrevera um artigo de fundo sob o título *A derrocada*, mostrando a triste situação a que chegara o país no regime do avacalhamento e da corrupção. Manuel Sátiro, que substituíra o velho Agapito dos Santos, seu sogro, na direção do órgão oposicionista, entendeu de fazer-lhe algumas modificações, enxertando-lhe trechos elogiosos à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Não concordei. Discutimos. Ele não quis que o artigo saísse e em tese, com o que havia escrito, sim com as referências pessoais ao futuro presidente. Recusei-me a ceder e preferi retirar-me (BARROSO, 2000, p.204).

Aos 22 anos Barroso mudou-se para o Rio de Janeiro, desapontado com o ocorrido no *Jornal do Ceará* e atraído pela atmosfera política, econômica e cultural característica da capital. Moreira (2006) analisa o contexto em que Barroso buscou se inserir em sua nova jornada:

O começo do século XX foi apresentado pelo crescimento populacional de grandes cidades, como Rio e São Paulo, decorrente da migração nacional e estrangeira. Dentre os diversos segmentos econômicos marcados pelo crescente processo de industrialização, destacou-se o jornalismo, com suas novas técnicas no processo de impressão. Assim, houve uma expansão dessa atividade, tanto no que se referiu ao número de exemplares, ao público leitor, quanto ao corpo funcional dos jornais (MOREIRA, 2006, p.11).

Formando-se no Rio de Janeiro, Gustavo Barroso teve como primeira profissão na capital a docência, atuando com indicação do intelectual cearense Antonio Sales no Ginásio de Petrópolis e, posteriormente, na Escola de Menores da Polícia. Na capital, investiu na aproximação com intelectuais cariocas que já estabelecera contato ainda em Fortaleza, como Olavo Bilac, e conterrâneos, como Capistrano de Abreu (MAGALHÃES, 2009).

Passando a frequentar o circuito cultural do Rio de Janeiro, como as rodas literárias e os cafés, e tornando-se reconhecido pelos intelectuais da capital, Barroso encontrou atividades junto à imprensa e investiu na construção de uma identidade e memória de si, estruturando um perfil meticulosamente desenvolvido. Magalhães (2009) observa que em suas publicações nas revistas ilustradas e nas suas relações políticas, Barroso realizou duas operações: a produção de uma escrita de si e a promoção de seus projetos idealizados.

De acordo com Magalhães (2009) a faceta de escritor garantiu a Barroso posição de destaque na imprensa, consolidando sua imagem e tornando-se um canal importante para expressar a defesa salvacionista do passado. Gustavo Barroso teve uma atuação tão significativa na Revista *Fon-Fon*, incorporado à redação de 1916 a 1933, que vários pseudônimos foram criados para representar uma diversidade centrada, na realidade, em sua figura. Para cada pseudônimo, um estilo de matéria.

Ao analisar esta pluralidade singular a autora metodologicamente apresenta a produção de Barroso na Revista *Fon-Fon* em quatro conjuntos de escritos: *reflexões, digressões e desabafo*s, análises que exploravam o culto ao passado e às tradições frente ao aceleração do País em nome do progresso e da vida moderna; *trocas literárias e autopropaganda*, notas sobre publicações que recém circulavam no meio literário, tornando-se um espaço importante de trocas, propaganda e sociabilidade; *amizades e hostilidades*, páginas que eram destinadas para elogios a personalidades importantes do período ou canal para trocas de conflitos com outros escritores, em especial o *Correio do Ceará*; e *vida pública e vida privada: os dois lados do intelectual*, tendo a revista espaço para registros imagéticos do homem bem relacionado nos círculos políticos e intelectuais, mas também um pai presente e envolvido com o cotidiano da família (MAGALHÃES, 2009).

Já na Revista *O Cruzeiro*, onde trabalhou em meados da década de 1940 e anos 1950, “Gustavo Barroso seria o historiador a revelar segredos e mistérios da história que a maioria do público não conhecia. Apostava-se neste aspecto como maior atrativo da coluna” (MAGALHÃES, 2009, p.163), apresentando a tradição da história como *mestra da vida*¹², um exemplo a ser seguido pelos leitores.

Além de atuar na imprensa da capital, trabalhando também em outros jornais de relevância nacional como o *Jornal do Comércio* de 1913 a 1919, Gustavo

¹² A expressão de Cícero “*Historia Magistrae Vitae*” - História como mestra da vida - ressalta o papel da História como disciplina capaz de ensinar às futuras gerações o passado por meio dos grandes homens e fatos. A autora Berenice de Oliveira Calvacante aprofunda o conceito da expressão: “a história deveria ser conhecida porque fornecia um repertório de exemplos políticos, religiosos, jurídicos e, sobretudo, morais e éticos. Os temas abordados, preferencialmente às guerras e batalhas, propiciavam aos historiadores oportunidade de registrar ações virtuosas. O que importava era a imortalização desta ‘verdade ética’” (CAVALCANTE, 2012, doc. eletrônico).

Barroso, ao longo de sua carreira na década de 1910, ocupou diferentes cargos que o legitimaram enquanto intelectual brasileiro e mais, contribuíram para consolidar uma rede de relações nacionais e internacionais. Em curtas linhas, ainda no período de estudos no Rio de Janeiro ocupou cargo de professor na Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal e no Ginásio de Petrópolis como citado anteriormente, assumiu o cargo de secretário da Superintendência da defesa da Borracha em 1913, ocupou no retorno ao Ceará em 1914 o cargo de Secretário do Interior e da Justiça e, posteriormente, posto de deputado federal representando a bancada cearense.

Retornando à capital casou-se com Antonieta Labouriau, tendo com ela dois filhos. Sem ter conseguido reeleição, assumiu em 1918 a secretaria do Boletim Comercial e Consular do Ministério das Relações Exteriores e, em 1919, a secretaria da delegação brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes. Deste ano até 1922, foi nomeado inspetor escolar do Distrito Federal (CHAGAS, 2009). Cabe ressaltar também sua adesão, em 1912, ao Partido Republicano Conservador (PRC), permanecendo até 1918, uma vez que sua trajetória ao longo da vida teve uma forte aproximação com as configurações e debates políticos da época¹³.

Entre as diversas publicações escritas por Gustavo Barroso um artigo realizado no *Jornal do Comércio* em 22 de Dezembro de 1912 tornou-se um discurso indissociável do autor, pois evidenciou não só a percepção deste intelectual sobre a relação da sociedade e suas tradições - segundo Barroso marcada pelo descaso com as relíquias e os costumes - mas também pela expressão utilizada no próprio título, *O Culto da Saudade*, expressão que representará sua campanha pela preservação da memória e da história. O trecho abaixo da reportagem aprofunda o discurso de Gustavo Barroso:

¹³ Segundo Magalhães (2009), Gustavo Barroso, para além de um intelectual desejava ser um político. A autora descreve em seu trabalho que é possível ter contato com as primeiras notícias sobre sua atuação no Movimento Integralista por meio dos recortes de jornais colecionados por Barroso, mais precisamente em notas escritas na Revista *Fon-Fon* publicadas a partir de Julho de 1933, o que disserta sobre sua posição política: “defendendo o Integralismo como único caminho para salvação política e espiritual do povo brasileiro, que, segundo suas palavras, encontrava-se em crise entre o liberalismo em declínio e o comunismo em ascensão” (MAGALHÃES, 2009, p.178). Sobre sua atuação na Ação Integralista Brasileira (AIB): “Ao ingressar na AIB, em 1933, Barroso tornou-se logo um ideólogo da doutrina, ocupando rapidamente um posto no topo da sua rígida hierarquia organizacional” (MAGALHÃES, 2009, p.188). Suas ideias antissemitas aprimoradas dentro da AIB ganharam espaço no mercado editorial, publicando diversos livros contendo uma narrativa de caráter “apologético, intolerante e propagandístico” (MAGALHÃES, 2009, p.206).

O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. [...] O Rio não tem mais tradições. [...] Paris, com toda a sua refulgência e atração, nunca perdeu os velhos hábitos. [...] Não há cidade europeia que não festeje uma data histórica, anual ou centenária. [...] Ouro-Preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. [...] Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração. [...] Faça um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional, recordando a fundação da cidade por Mem de Sá com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o préstito que levou Tiradentes a forca da Lampadosa; todo o mundo rirá da *mascarada*. Nunca mais se livrará do ridículo. O Culto da saudade ainda não é para nós. (BARROSO, 1997, [snt]¹⁴).

Através do discurso publicado no artigo *O Culto da Saudade*, Moreira (2006) observa que Gustavo Barroso travou uma oposição tradição *versus* modernidade, indo contra um forte discurso de remodelação, dinamismo, recharacterização das grandes cidades brasileiras, em especial na capital, que se transformavam por meio de projetos voltados às reformas urbanas no início do século XX ou pelas campanhas de modernidade e progresso de outros intelectuais brasileiros.

Gustavo Barroso em defesa de seu esforço pela preservação da memória e da história se sustentou em experiências de outros países como modelos de apropriação de suas tradições: a partir de capitais europeias, como Paris, enfatizou a relação modernidade e tradição como um modelo a ser seguido; a partir dos Estados Unidos, argumentou que em um País jovem era possível se encontrar políticas públicas de preservação, buscando enfraquecer a condição de o Brasil ser um País novo como justificativa ao descaso com o passado e suas relíquias (MOREIRA, 2006).

Segundo Oliveira (2003) Gustavo Barroso desenvolveu no *Culto da Saudade* um mote pela construção da memória nacional, baseada na valorização emotiva, construindo uma “alma da pátria” que pudesse ser sentida e revivida pela evocação do passado. Esta proposta se pautava em uma sensibilidade e prática antiquária,

¹⁴ As matérias de jornal pesquisadas se encontram rasuradas, não sendo possível indicar a página das reportagens.

atribuindo aos objetos valor de autenticidade e de representação enquanto vestígios, operação que este desenvolvia desde a infância pelo seu espírito colecionista - garimpando objetos da própria casa. Magalhães (2004) analisa como os objetos se tornaram elementos-chave para a consolidação desta expressão:

O *Culto da saudade* deveria ser um ritual sagrado e oficializado, no qual os cidadãos reverenciariam os heróis nacionais, a exemplo da devoção dos fiéis católicos aos santos. As relíquias, neste ritual, assumem papel semióforo fundamental. Por terem entrado em contato com algum vulto ilustre ou estado em “grandes acontecimentos”, recebiam uma aura de sacralidade, que ligava os vivos aos mortos pela afetividade. Nessa relação com o passado não havia lugar para a razão ou a crítica, pois as emoções deveriam inundar essa experiência de se conhecer o que não mais existia (MAGALHÃES, 2004, p.29).

O artigo *O Culto da Saudade* publicado no *Jornal do Comércio* foi reproduzido no capítulo *Tradições* do livro *Ideias e Palavras*, publicado em 1917 por Barroso, e em outras matérias assinadas em seu nome ou com pseudônimo.

Com esse mote, passou a revindicar e idealizar projetos que tinham por objetivo à construção de diferentes lugares de memória¹⁵ que legitimassem os vestígios do passado enquanto documentos históricos, valorizassem a tradição do País e colocasse o *Culto da Saudade* em prática. Não tendo oportunidade de consolidar alguns e amadurecendo outros, conseguiu em 1922 fundar o Museu Histórico Nacional, um espaço de memória que como Nora (1987, p.24) conceitua “é a memória que dita e a história que escreve”. Neste caso, em especial, a memória evocada por Gustavo Barroso.

¹⁵ Segundo Pierre Nora (1981) os lugares de memória ganham efeito a partir de três planos: o material, o simbólico e o funcional, agindo simultaneamente. Segundo o autor “o que os constitui é um jogo de memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. [...] Lugares portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel” (NORA, 1981, p.22).

2.3 O Culto da Saudade além da voz, ganha espaço: nasce o Museu Histórico Nacional

Gustavo Barroso, considerado intelectual brasileiro de importante repercussão em diversas áreas da cultura, como as Letras¹⁶, publicou em 22 de Dezembro de 1912 um artigo no *Jornal do Comércio* que consagrou o início de uma forte campanha em favor dos objetos gloriosos e da tradição: *O Culto da Saudade*. Nesta matéria o autor terminou seu texto com as seguintes palavras: “O culto da saudade ainda não é para nós” (BARROSO, 1997).

Barroso, assinando esse artigo como João do Norte, se por um lado denunciou o descaso com o passado, por outro corroborou o discurso como justificativa para a idealização e implementação de projetos de salvaguarda das relíquias históricas, construindo um estilo de escrita alarmista que manterá ao longo de sua vida.

Em sua trajetória, Gustavo Barroso realizou grandes projetos profissionais em diversas áreas do conhecimento. Mas um deles, em especial, permitiu constante aprimoramento por Barroso até o seu falecimento, em 1959, e alicerçou outras iniciativas idealizadas por ele: o Museu Histórico Nacional. Para compreender a intenção e os caminhos enveredados por Barroso para a fundação e consolidação desta instituição cabe analisar outras propostas engavetadas que singularizaram e legitimaram o perfil desta instituição.

No ano anterior à publicação do artigo *O Culto da Saudade*, mais precisamente em 25 de Setembro de 1911, Barroso publicou na edição vespertina do *Jornal do Comércio* o artigo intitulado *Museu Militar*. Neste, o autor evidenciou uma importante falha do País: todas as nações possuíam seus Museus Militares, instituições que guardam as tradições guerreiras, os progressos do armamento e

¹⁶ Gustavo Barroso após tentar quatro vezes, conseguiu em 08 de Março 1923 ser eleito como terceiro ocupante da cadeira dezanove da Academia Brasileira de Letras. Durante sua vida contribuiu em diversos cargos, como o de tesoureiro logo após seu ingresso e o de presidente da Casa nas gestões de 1932-33 e 1949-50. Sendo o mais jovem membro quando foi eleito pela Casa, tendo 34 anos, proferiu no seu discurso de posse: “Se mais de uma vez bati em pura perda à vossa porta, resta-me o consolo de que nunca me inscrevi sozinho e sempre tive fortes adversários a combater. São infinitamente mais saborosas as vitórias difíceis” (BARROSO, 1923).

motiva o culto a glórias passadas. Porém, segundo o autor, no Brasil a estes testemunhos foram reservados o descaso, a destruição e o esquecimento (BARROSO, 1911, apud DUMANS, 1945).

Como exemplo de um museu militar expressivo, Gustavo Barroso citou o Museu dos Inválidos, localizado na França. Segundo ele, ao longo de salas, salvaguardadas em armários envidraçados, brilhavam as armas dos heróis. Não cansou em citar os diversos acervos expostos: arqueiros, espadas, sabres, punhais, alfanjes, colubrinas, adagas - acompanhados com adjetivos como luzentes, nobres, riquezas e perfeições -, objetos estes que para o autor eram capazes de compor uma história inteira e evocar recordações memoráveis.

Além dos objetos e adjetivos, Gustavo Barroso também fez questão de situar em sua leitura do acervo do Museu dos Inválidos os antigos proprietários destes bens, passando por Henrique II, general Hoche, Napoleão e outros. Suscitar os “guerreiros esquecidos” era um dos mecanismos que Gustavo Barroso defendia na construção da memória nacional (BARROSO, 1911, apud DUMANS, 1945).

Para enfatizar sua fala, Barroso não ficou preso a só um exemplo. Evidenciou instituições da Espanha, Portugal e Inglaterra que em diversas salas públicas contribuía para a construção da história de sua pátria. Quando refletiu sobre a salvaguarda da história militar do Brasil por meio de relíquias Gustavo Barroso foi enfático:

E nós? Nós ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias da história. Nunca possuímos um Museu Militar digno desse nome e nossas esquecidas recordações guerreiras andam esparsas por mil lugares ou já desapareceram com o caruncho do tempo. [...] Jamais se cuidou de guardar uma só que fosse [espadas] e as abandonaram à destruição e ao desaparecimento. Procuremos religiosamente as nossas relíquias para guardá-las com carinho e legá-las aos nossos descendentes” (BARROSO, 1911, apud DUMANS, 1945, p.385-386).

Buscando demonstrar o descaso com os objetos militares, Barroso elucidou diversos artefatos espalhados pela cidade sem contextualização e veneração: a espada de Francisco Solano Lopes em uma caixa envidraçada ao canto de uma sala do Colégio Militar, bandeiras de tropas na Igreja da Cruz dos Militares. A partir da

denúncia, o autor iniciou uma campanha em favor destes bens materiais, incentivando remexer arquivos, pequenos museus abandonados e estabelecimentos militares com o objetivo de agrupar as “velhas relíquias num só lugar, reagindo energicamente contra o nosso proverbial descaso e nossa proverbial preguiça nesse assunto” (BARROSO, 1911, apud DUMANS, 1945, p. 386).

Barroso salientou que a história do Brasil possui diversos momentos militares memoráveis e que, às vezes, lembramos de alguns conflitos e episódios, tais como a Guerra Holandesa e as campanhas do Prata, “da gauchada brava que invadiu o Uruguai e com a cavahada a morrer de fadiga horas e horas combateu em India Muerta” (BARROSO, 1911, apud DUMANS, 1945, p.387). Mas para ele o triste era que ainda que nos lembremos de tudo não havia possibilidade de demorar os olhos em uma relíquia desses tempos. Nesta perspectiva, sugeria a criação de um Museu Militar para o País:

Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os numes ideia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templos de Acaia (BARROSO, 1911, apud DUMANS, 1945, p. 387).

Ao analisar a idealização de um Museu Militar por Gustavo Barroso, Moreira (2006, p.201) observa que seu projeto desejava favorecer o (re)conhecimento da história militar, por meio de eventos e personagens, “aproximando presente e passado através dos objetos”. Assim, Barroso buscava construir uma narrativa histórica partilhada, identificada pela tradição e pelo passado exemplar, possibilitando o museu esta evocação através dos objetos.

Para ter mais propriedade sobre o tema, Gustavo Barroso realizou diversos estudos sobre a história militar. Além da defesa pela história e pelos objetos, seu entusiasmo também era relacionado a questões pessoais, em especial o incentivo familiar não recebido para se dedicar a uma carreira militar:

Apesar de não ser militar, são militares os pendores do meu espírito, que seguiu, contrariado pelas circunstâncias, rumos diversos dos que almejava. Desde minha mocidade me dediquei ao estudo e ao

comentário de nossos fastos guerreiros, em todos ou em quase todos os aspectos. Durante muitos anos me tenho entregue à patriótica e muitas vezes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares (BARROSO, 1945a, p.402).

Nessa perspectiva, Gustavo Barroso iniciou uma pesquisa intensa sobre a história do Brasil, intensificando-a ao longo de sua vida, com ênfase na trajetória e episódios militares, indo contra uma geração que parecia se envergonhar da bravura dos soldados e glórias conquistadas, segundo suas palavras (BARROSO, 1945a).

A partir de suas investigações publicou ao longo da vida diversos livros, tais como *Tradições Militares* (1918), *A guerra de Lopez* (1928), *O Brasil em face do Prata* (1930), *História Militar do Brasil* (1935), entre outros; Barroso construiu um aprofundado conhecimento, possibilitando-o desenvolver uma operação historiográfica da campanha militar no País, esmiuçada por ele em uma esquematização publicada nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1945. Dividida em doze tópicos (Apêndice D), salientou a vasta história militar brasileira - desde a organização das forças armadas até indumentária e músicas militares - enfatizando a necessidade de mais estudos especializados que, para além de serem repositórios de informações, reforçassem o valor histórico, social e tradicional das Forças Armadas. Segundo o autor, “a esquematização engloba todos os aspectos da organização e do funcionamento dos elementos armados que ajudam a construir o Brasil e defenderam através de quatro séculos os destinos de nossa civilização” (BARROSO, 1945a, p.416).

Do artigo que publicou em 1911, pela defesa de um museu da história militar brasileira, Gustavo Barroso amadureceu sua campanha pelas relíquias esquecidas e ampliou suas abordagens. Em 1921, Barroso publicou uma matéria na *Revista Ilustração Brasileira* que, pelo título, conduz diretamente o leitor ao seu objetivo: “Museu Histórico Brasileiro”. Reforçando um discurso antes limitado a um tipo específico de acervo, o autor novamente em tom denunciativo apresentou o contexto da preservação de objetos representativos da história do País, apontando uma “apatia governamental” pela salvaguarda destes, propiciando a dispersão, a venda e a exportação dos bens históricos:

Nada se guarda. Nada se conserva. Um pouco caso criminoso. E isto não vem do fato de ser o Brasil uma nação nova, ainda em formação, caldeando-se na fusão de muitas raças. Não. Os Estados Unidos são mais eivados de cosmopolitismo do que o Brasil. Entretanto, possuem museus, conservam costumes e uniformes, fazem cortejos históricos, realizam festas nacionais e guardam com carinho, mobiliadas como eram outrora, as casas de Washington, de Grant e de Longlellow (BARROSO, 1921, apud DUMANS, 1945, p. 390-391).

Baseado no descaso dos objetos, Barroso passou a defender a criação de um museu histórico capaz de evocar o passado através das relíquias salvaguardadas. Para este feito, reforçou a necessidade de um pequeno gesto governamental, entregue a uma pessoa capacitada a reunir estes bens e promover uma organização ativa deste acervo, operação idealizada pelo autor na criação de um museu, como se observa em suas palavras:

Entretanto, ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico, no qual se pudessem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que este representa. [...] A esperança, porém, dum Museu Histórico no Brasil não sorri a ninguém que se preze de ter um pouco de inteligência. Não temos sido educados no Culto da Saudade. Não o poderemos ter tão cedo (BARROSO, 1921, apud DUMANS, 1945, p. 389-391).

Ao longo da matéria Gustavo Barroso apresentou, por meio da citação de acervos dispersos em instituições e sua defesa pela preservação desses - tais como o trono do Imperador, feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios, canhões de fortes, entre outros - o perfil de museu histórico que o brasileiro se encontrava carente: com ênfase nas temáticas política e militar. Assim, anunciava um projeto que estimaria o objeto pelo valor histórico de testemunho do passado, sendo estes bens capazes de representar a constituição do passado nacional.

Segundo Adolpho Dumans, em artigo publicado em 1941 nos Anais do Museu Histórico Nacional, neste período atuando como secretário da instituição, as festividades do Centenário da Independência, em 1922, evidenciaram ao governo que existiam lacunas profundas da representação da história nacional, demonstrando a “falta de um departamento oficial que reunisse, com objetivo cívico

e cultural, metodicamente, tudo aquilo que lembrasse um fato, que marcasse episódios das nossas glórias do passado” (DUMANS, 1941, p.212).

Assim, motivado pela campanha enveredada por Gustavo Barroso nos jornais e revistas, Dumans apontou em seu artigo que o então presidente Epitácio Pessoa fundou o Museu Histórico Nacional por meio do decreto nº15.596 de 02 de Agosto de 1922. Para exercer o cargo de diretor desta instituição o presidente convidou no dia 21 do mesmo mês Gustavo Barroso, no momento redator-chefe da *Revista Fon-Fon* e Inspetor Escolar do Distrito Federal e, de acordo com o autor, o idealizador do projeto:

A criação do Museu Histórico Nacional pelo Presidente Epitácio Pessoa foi simples ato material. O ilustre homem de estado recebeu a inspiração dessa criação daquele mesmo que ele convidou para dirigi-la, o Dr. Gustavo Barroso. A este pertence, na verdade, a ideia da fundação dum Museu Histórico no nosso país, destinado a guardar e expor as relíquias do nosso passado, cultuando a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens (DUMANS, 1945, p.384).

Cabe ressaltar que a inclusão do termo “nacional” ao museu histórico idealizado por Gustavo Barroso não foi uma ação improvisada; o termo identifica a Nação pelo que é próprio da sua história, possibilitando a evidência das singularidades e, por esta via, a construção de identidades coletivas. Krzysztof Pomian (1991) analisa que esta percepção do nacional se desenvolveu nos museus europeus amplamente no século XIX, em especial a partir do projeto de Alexandre Lenoir com o Musée des Monuments Français, fundado em 1795. Nesta perspectiva Pomian (1991) explica que de uma abordagem nacional que buscava um caráter universal - como o British Museum ou o Musée Du Louvre - outros projetos de museus nacionais passaram a almejar a especificidade da Nação e de sua trajetória ao longo do tempo, potencializando a ideia de que cada Nação constrói a si mesma. É nesta segunda abordagem que o Museu Histórico Nacional do Brasil foi idealizado por Gustavo Barroso que teve a partir de 1922, em paralelo às Comemorações do Centenário da Independência, a possibilidade de colocar sua campanha em prática.

Ainda no mês da fundação do Museu Histórico Nacional, mais precisamente em 24 de Agosto de 1922, Gustavo Barroso concedeu entrevista ao Jornal *A Pátria*, saudando o ato do governo e apresentando as perspectivas da instituição:

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigia seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. (BARROSO, 1922, apud DUMANS, 1941, p. 212).

Da fundação do Museu à inauguração somaram-se três meses. Duas salas do antigo edifício do Arsenal de Guerra foram cedidas provisoriamente, pois no período o restante do edifício estava abrigando o Pavilhão das Grandes Indústrias da Comemoração do Centenário da Independência de 1922, ocupação que se estendeu até Julho de 1923. Em 12 de Outubro de 1922 o Museu Histórico Nacional foi aberto com duas seções: a Primeira Seção voltada para temáticas da História, preservando e apresentando ao público preciosidades patrióticas, que nos anos iniciais ocupou as duas salas reservadas ao museu sob os títulos *Da Colônia à Monarquia* e *Monarquia à República*. A Segunda Seção, destinada às coleções de Numismática, Filatelia e Sigilografia, foi a título provisório estruturada na Biblioteca Nacional.

De 13 de outubro a 31 de dezembro de 1922, visitaram a Primeira Seção 6.422 pessoas, 80 em média diária (BRASIL, 1923). Barroso justificou que maior seria a frequência se o jogo das circunstâncias não relegasse ao Museu Histórico Nacional um canto do Arsenal de Guerra, quase inacessível ao público. A Segunda Seção, provisoriamente instalada na Biblioteca Nacional, foi neste mesmo espaço de tempo frequentada por 135 pessoas, dado que Barroso enfatizou na importância de reunir as coleções em um mesmo edifício. Mesmo interrompendo o serviço de catalogação que vinha sendo realizado à espera da definitiva organização da instituição, Gustavo Barroso quantificou o acervo identificado e documentado no primeiro ano: 643 objetos na Primeira Seção e 24.420 peças na Segunda Seção (BRASIL, 1923).

A fim de compor o acervo do Museu Histórico Nacional Gustavo Barroso realizou uma triagem em diversas instituições brasileiras que possuíam em suas

coleções objetos históricos, em especial acervos relacionados às forças armadas e ao período monárquico. Esta incumbência iniciada em 1922 foi apresentada minuciosamente no Catálogo de 1924, o primeiro do museu. Entre as instituições visitadas e efetivadas transferências: o Antigo Museu de Artilharia, Arquivo Nacional, Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, extinto Museu Militar, Casa da Moeda, Museu Nacional, Escola Nacional de Belas Artes, Antigo Arsenal de Guerra, Biblioteca Nacional, Biblioteca do Exército, Ministério de Guerra, por exemplo (BRASIL, 1924b).

Além das transferências, é importante ressaltar as ofertas particulares e dádivas de governos e estrangeiros. Estabelecer vínculos com a elite para aquisição de acervos era uma das possibilidades para se construir uma narrativa da História do Brasil que estimulasse os cidadãos a serem “conscientes do dever cívico de amar e respeitar a pátria [...] [tornando-se], acima de suas diferenças, brasileiros” (ABREU, 1996, p.183). Segundo Regina Abreu, negociações como a analisada em sua pesquisa entre Gustavo Barroso e Alice da Porciúncula demonstram uma relação de “generosidade” pautada na reciprocidade, no qual o diretor do museu oferecia a possibilidade rara de transcender a própria morte ao inserir uma memória individual em um processo de construção da história nacional enquanto, em contrapartida, o doador confiava à instituição relíquias consideradas preciosidades históricas (ABREU, 1996).

Porém, nem todos percebiam a criação do Museu Histórico Nacional como uma necessidade primeira. Ao contrário, críticas somadas às dificuldades de organização da instituição e diminuição de verbas para aquisição de acervos somaram-se ao que Gustavo Barroso no Relatório Anual de 1922 denominou de Crise da Primeira Idade:

[...] uma grita despeitosa, levantada por propugnadores de supressão do MUSEU. Contumazes em veicular pelos jornais oposicionistas (Correio da Manhã e Noite) notícias tão maldosas quanto falsas, pretenderam até embair folhas simpáticas aos governantes (Dia e Gazeta de Notícias), impingindo-lhas também. Pivot da campanha intriguista, intervalada de 11 de Dezembro de 1922 a 12 de Janeiro de 1923; representar o MUSEU mero “pretexto para empregos”, montantes em despesa a “200 contos”... E ainda outros contos, igualmente fantásticos, como o das

centenas destinadas a compra de objetos históricos. Irradiadas balelas tais, formou-se um ambiente hostil, mesmo fora e além desta capital, a ponto da administração paulista, honesta e suspicaz, erguer-nos simples informes, relativos a existência, na civilizada Piratininga, de relíquias patrióticas, apressando-se em fundar ali um pequeno MUSEU HISTÓRICO, anexo ao do Ipiranga, por que não fossemos adquiri-las todas, de chofre, com o ouro fabuloso (BRASIL, 1923, p.3).

A charge de Kalisto intitulada “Foi fundado o Museu Histórico”, publicada na *Revista D. Quixote* em 1922, reforça as críticas recebidas por Gustavo Barroso e seu projeto de Museu Histórico, satirizando a figura de Barroso fardado com o uniforme da guarda nacional conduzindo uma carroça lotada de quinquilharias, garantindo seu poder de transformar objetos em vestígios históricos:

Figura 1

Charge “Foi fundado o Museu Histórico”



Fonte: KALISTO, 1922, apud MAGALHÃES, 2010, p.338.

Legenda: “Foi criado o Museu Histórico, sendo nomeado para dirigi-lo Gustavo Barroso”.

“Gustavo Barroso: O que se pode arranjar por ahí (sic.) não é rigorosamente histórico, mas não há dúvida: eu escrevo lendas a propósito e ellas (sic.) ficam sendo...”.

Alguns críticos da época satirizaram a busca incessante por acervos históricos e até mesmo a criação do museu como “pretexto de emprego”. Mas Gustavo Barroso, promovendo uma pressão intensa ao governo, conseguiu através do decreto nº15.793 de 10 de Novembro de 1922 a ocupação de todo o Arsenal de Guerra, passando em definitivo para o Ministério da Justiça que o superintendia. Embora ainda ocupasse o espaço com outras instituições, como a Revista do Supremo Tribunal, em 1924, pelos registros do catálogo, de duas salas o Museu Histórico Nacional passou a ocupar vinte e dois (22) ambientes. Gustavo Barroso analisou este sucesso no Relatório Anual de 1923, encaminhado ao Sr. Dr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, agradecendo não só o espaço, mas também os suportes utilizados na Exposição do Centenário da Independência:

Entra, felizmente, a repartição que dirijo num período de labor tranquilo e organização definitiva, vencidos obstáculos que não foram poucos nem pequenos. Logo após sua criação pelo governo passado, espalhou-se no Congresso a má idéia de negar-lhe verba. Esta Diretoria teve, então, de explicar os fins patrióticos da instituição.

[...] V. Ex., sr Ministro, deve estar lembrado da insistencia com que agimos junto de vossa autoridade na defesa do teto para o Museu Histórico. E é do meu dever fazer notar aqui, que encontrei em V. Ex. grande apoio e solícitude.

[...] Deu-lhe V. Ex. a parte que ficou livre do antigo prédio do arsenal e mesmo dependencias que outros serviços públicos cobiçavam. Depois enriqueceu as suas salas com a generosa cessão dos melhores mostruários envidraçados da Exposição que findava (BRASIL, 1924a, p.1).

As primeiras vinte e duas (22) salas concebidas por Gustavo Barroso e sua equipe propuseram uma rememoração histórica e patriótica intencional (BREFE, 2005). Nomes de ambientes como *Sala das bandeiras*, *Sala Osório*, *Sala da Constituinte* corroboraram a reverência aos símbolos, heróis e episódios do passado. A construção desta representação histórica é, como Stephen Bann propõe, uma poética histórica: “isto é, uma série de procedimentos retóricos que ajudaram a dar conta do prodigioso desenvolvimento da conscientização histórica” (1994, p.18).

Nessa perspectiva, o Museu Histórico Nacional teve como evidência a característica que a pesquisadora Myrian Sepúlveda dos Santos atribui de *museu-memória*, compreendendo um discurso valorizador da continuidade entre passado e

presente, abnegando o tempo que se projeta ao futuro. Assim, os objetos eram compreendidos mais que exemplos, ao entrar no museu passavam a ser considerados as amostras do passado capazes de refletir um simbolismo para além da materialidade. Segundo Santos, a validação desta construção era coletiva: “Esta memória dos objetos é resultado não só do discurso dos diretores e amigos do museu, como da própria sociedade que o aceita” (2006, p.48).

Myrian Sepúlveda dos Santos (2006, p.34) ressalta que o museu idealizado por Barroso não tinha por objetivo representar um Brasil dinâmico, projeto que diversas frentes buscavam apresentar; sua proposta estava situada dentro de uma “linha nacionalista e militarista típica dos museus europeus da década de 1920”. O Museu Histórico Nacional para o seu primeiro diretor não tinha por missão fundamentar novas construções de Nação, ao contrário, a singularidade da instituição se fortalecia por evocar um passado já existente, e neste, cultuar suas autenticidades.

Um projeto idealizado por Gustavo Barroso, mas não concretizado, ajuda a compreender o perfil destinado ao Museu Histórico Nacional ao longo de toda sua gestão. Trata-se do Museu Etnológico Brasileiro. Para Barroso era necessário o desenvolvimento dos estudos folclóricos, bem como a organização de representações da cultura popular e de tradição do povo. Em artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1945 chega a dividir os possíveis setores das regiões características do Brasil: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul, Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa. Apresenta no mesmo artigo quinze eixos temáticos do que classificou de intermináveis estudos, desde arte da habitação à arte funerária (Apêndice E). Porém, estes acervos não estariam na operação historiográfica de Barroso legitimados a serem reconhecidos como documento histórico no Museu Histórico Nacional. Oliveira (2003) analisa essa distinção da cultura material, embora ambos tivessem como objetivo a preservação da tradição:

Diferentemente do Museu Histórico Nacional, os objetos não são contextualizados levando-se em conta sua procedência, seu dono, não são interpretados inscritos na temporalidade, não são associados a eventos históricos, antes, contudo, eles parecem soltos num tempo

irrecuperável e não datado, pertencem a todos e a ninguém, não contam uma história, mas revelam aspectos pitorescos, funcionam, nas palavras de Barroso, como 'um cartão de visita para o estrangeiro' (OLIVEIRA, 2003,p.43).

A ampliação do Museu Histórico Nacional não foi reflexo de sucessivos apoios governamentais, nem de significativos recursos financeiros para manutenção e desenvolvimento do mesmo. Ao contrário, através dos relatórios e artigos publicados nos Anais o diretor e a equipe deixam claras as dificuldades de organizar o museu e abri-lo ao público. Segundo Dumans (1945) o museu vegetou “com verbas escassas” no governo de Artur Bernardes e Washington Luís, sobrevivendo neste período graças às generosidades particulares que possibilitaram compra de mobiliários, obras internas, reparos no edifício, restaurações e limpezas. Segundo o próprio funcionário, foi na gestão do presidente Getúlio Vargas que a situação do museu melhorou significativamente:

No governo do Dr. Getúlio Vargas, a situação mudou por completo. S. Exa. Tornou-se o Grande Protetor do Museu Histórico, prestigiando-o e dando-lhe meios para atingir o alto ponto do desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como Administrador, S. Exa. tem contribuído pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento (DUMANS, 1945, p.393-394).

Ainda assim é possível observar em relatório que compreende a gestão do último ano de vida Gustavo Barroso intensas dificuldades que o Museu Histórico Nacional ainda passava, relatando que a instituição esteve franqueada à visitação pública de terça a domingo, porém, prejudicada pela escassez de vigilantes, tendo que manter cerca de dois terços do museu fechado ao público (BRASIL, 1960).

Este capítulo teve por objetivo apresentar um projeto de história do Brasil construída por meio da cultura material. É possível observar a trajetória dos museus brasileiros como um grande quebra-cabeça que, além de se representar por diversas coleções, mantiveram diversas parcerias que possibilitaram a construção

da Nação por diferentes vias (POMIAN, 1991): ora por uma concepção universal através dos museus de história natural, ora pelas instituições de caráter histórico, evidenciando os grandes episódios, personagens e instituições do passado.

Para a concepção desses projetos, foi possível observar que intelectuais brasileiros assumiram a incumbência de denunciar, idealizar propostas e pô-las em prática. Nos anos 1920, pode-se utilizar a figura do Gustavo Barroso como um exemplo de intelectual capaz de concretizar suas convicções em um mote a ser aderido pelo povo brasileiro, lançando a campanha do Culto da Saudade em veículos de comunicação e concebendo projetos para a preservação das tradições e relíquias do passado. Este perfil não se resume só a figura de Gustavo Barroso, é possível encontrar em intelectuais de diversos períodos, como Affonso de Taunay nos anos 1910, idealizando a história paulista e projetando-a em sua gestão no Museu Paulista; na década de 1920 com José Mariano defendendo a criação de um museu histórico com caráter de templo da Nação (BREFE, 2005) e Mário de Andrade na década de 1930 idealizando uma instituição nacional de proteção ao patrimônio (LEMOS, 1981).

Através da campanha do Culto da Saudade e de artigos denunciativos, somado ao contexto do Centenário da Independência em 1922, o presidente Epitácio Pessoa fundou o Museu Histórico Nacional e nomeou Gustavo Barroso como diretor da instituição. Este passou a conceber um *coração histórico da pátria*, potencializando objetos em documentos históricos, legitimando um museu histórico para o nosso País.

O Museu, além de um valor histórico e comemorativo teve desde sua inauguração uma dimensão educativa pautada na instrução pública, vertente que se intensificou em diversos projetos concebidos por Gustavo Barroso e equipe ao longo de suas gestões. A dimensão educativa bem como as ações consolidadas são temáticas analisadas no próximo capítulo, em especial, um projeto singular no campo dos museus brasileiros: o Curso de Museus.

**A CONSTRUÇÃO DO CARÁTER EDUCATIVO
DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:**

**o Curso de Museus enquanto
matriz intelectual dos museus brasileiros**

O Museu Histórico Nacional, desde sua criação, apresentou em seus projetos a dimensão educativa da instituição, estando compromissado com a educação pública por meio do Culto da Saudade. Uma das ações colocada em prática foi o Curso de Museus, que visava formar profissionais especializados para o trabalho nos museus, traçando um perfil de diplomados muito singular. Esses, titulados como conservadores de museus, passaram a integrar as instituições museológicas brasileiras e estabelecer uma *matriz intelectual do campo dos museus brasileiros*.

3.1 Primeiros apontamentos do potencial educativo do Museu Histórico Nacional

Clarice Nunes (1992, p.151), em seu artigo intitulado *História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos* descreve: “[...] a nova história se apresenta através de uma multiplicidade de objetos antes impensados” e nesta perspectiva, a História da Educação retoma antigos objetos de estudo e acolhe novas perspectivas.

Entre os novos horizontes que se ampliam a partir da interface História da Educação e História Cultural, as investigações no campo dos museus têm muito a contribuir na reflexão sobre as práticas educativas promovidas no Brasil, explorando os múltiplos usos destes espaços sob o viés do caráter educativo idealizado pelas instituições, perspectiva até então pouco aprofundada nas investigações destas áreas, bem como pela própria Museologia.

[O] conjunto de certezas abalou-se progressivamente, deixando o campo livre a uma pluralidade de abordagens e de compreensões. [...] Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meada das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 1991, p.176-177).

Uma recente dissertação realizada por Marcelle Regina Nogueira Pereira (2010a) no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST), denominada *Educação Museal: entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*, contribui para aproximarmos o campo dos museus com a História da Educação. A autora baseia seu trabalho a partir de duas terminologias que se encontram presentes na história dos museus, apropriadas em artigos, relatórios e projetos desenvolvidos por diversas equipes ao longo da trajetória das instituições museológicas: *dimensão educativa* e *função educativa*.

Em um primeiro momento pode parecer que ambas as expressões sejam sinônimos, porém, a autora promove um exercício reflexivo que evidencia as singularidades e objetividades entre ambas. Ao explorar o primeiro conceito - *dimensão educativa*, compreendida como “qualidade e o caráter próprio de determinados institutos museais no que se refere à educação e lazer (extensão, volume, grau de potência)” (PEREIRA, 2010, p.20) - a autora fundamenta e desenvolve sua análise a partir de duas publicações: Stocking Jr. (1985) e Chagas (2005).

Stocking Jr. (1985), na publicação *Objects and Others* aborda que nos museus estão em jogo pelo menos quatro dimensões: a dimensão do tempo, da história ou das memórias; a dimensão do poder; a dimensão da riqueza; e a dimensão estética. A partir destas dimensões Chagas (2005) em palestra realizada no *MAST Colloquia - Museu: instituição de pesquisa* e transformada em artigo intitulado “Pesquisa Museológica”, além de identificar as dimensões apresentadas por Stocking Jr. e as funções básicas do museu (preservar, pesquisar e promover), acrescenta outras duas dimensões ao debate, com ênfase na perspectiva educativa: dimensão do conhecimento ou saber e dimensão lúdico-educativa. Para o autor “os museus têm desejos de ensinar e de funcionar como suportes de conhecimento” (CHAGAS, 2005, p.59) e as dimensões educativas que permearão estes projetos possuem características singulares de acordo com as transformações históricas que estas instituições atravessam.

Buscando construir uma interpretação da história das práticas educativas em museus no Brasil, Pereira (2010a) aprimora e propõe novas abordagens que partem das dimensões apresentadas por Chagas (2005), desenvolvendo cinco possíveis ramificações: dimensão educacional contemplativa; dimensão educacional cívica; dimensão educacional democrática; dimensão educacional escolar e dimensão socioeducativa dos museus.

É possível traçar características próprias de cada dimensão educativa proposta por Pereira (2010a): a dimensão educacional contemplativa percebe o museu como centralizador dos saberes acumulados, instrumento de produção e apresentação de conhecimentos; na dimensão educacional cívica, o museu torna-se um espaço a serviço dos ideais de progresso e civilidade; a dimensão educacional democrática propõe museus mais acessíveis e tendo novos papéis sociais a serem prestados para a sociedade, distanciando-se do caráter elitista; a dimensão educacional escolar, influenciada pelo movimento da “Escola Nova”, estimula e orienta algumas práticas educativas em museus visando alcançar metas educativas escolares; e a dimensão socioeducativa dos museus potencializa estas instituições com iniciativas voltadas para questões sociais e a preocupação com a formação do cidadão (PEREIRA, 2010a).

A partir da dimensão educativa projetada pelos museus, inerente a sua missão e finalidade, estes são capazes de desenvolver sua *função educativa*, que “faz referência às três funções básicas atribuídas a todo e qualquer museu na atualidade: a preservação, a investigação e a comunicação”, vinculando a prática educativa ao processo de institucionalização do museu (PEREIRA, 2010a, p. 21), ou seja, estrutura funcional que possibilita o exercício educativo de forma organizada com objetivos definidos (institucionalização das práticas educativas realizadas).

O Museu Histórico Nacional, a partir da proposta de Pereira (2010a) se enquadra na perspectiva da dimensão educacional cívica, utilizado até mesmo como exemplo na dissertação da autora, se apropriando de diversos autores que versam sobre a trajetória desta instituição, como a pesquisadora visitante do museu Ângela Telles:

A atuação do museu não se restringia ao papel de agência informal de educação pública. A repartição chega a reivindicar o papel de verdadeira assessoria, no que concerne ao uso cívico-pedagógico dos símbolos históricos. [...] O Museu Histórico Nacional, neste momento, cumpre a função de guardião e difusor da memória nacional que, no Império o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinham desempenhado. [...] Os servidores do Museu Histórico Nacional parecem, decididamente, preocupados em marcar o lugar da instituição como agência educativa, mas sem pretender abdicar do papel de difusores dos valores cívicos ligados à Nação. (TELLES, 1997, p.199-200).

O caráter educativo do Museu Histórico Nacional sempre foi pontuado como uma das justificativas de sua existência. Diretor e equipe da instituição declaravam constantemente este viés como o valor do trabalho cotidiano, dos projetos desenvolvidos, da contribuição da instituição para o público visitante, compreendendo o museu enquanto profusão de civismo. O decreto de criação nº15.596 de 02 de Agosto de 1922¹⁷ ressaltou esse compromisso educativo:

[...] será da maior conveniência para o estudo da História da Pátria reunir objetos a ela relativos que se encontram nos estabelecimentos oficiais e concentrá-los em museu, que os conserve, classifique e exponha ao público e, enriquecido com os obtidos por compra ou doação ou por legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado (BRASIL, 1946, p.3).

Através do discurso abaixo se percebe que esse compromisso não se limitava a documentos oficiais da instituição, era propagado nas falas do corpo funcional, em especial do diretor, exemplificado em reportagem do Jornal *A Pátria* em 24 de Agosto do mesmo ano:

O Museu Histórico Nacional não será somente um organismo receptor, um depósito de coisas históricas. [...] Não, ele será também um organismo vivo, como um coração histórico da Pátria, que pulsará e derramará pelo país o interesse e o amor pelo Culto da Saudade, quer publicando seus anais, documentos, peças de erudição, trabalhos

¹⁷ Um dos acessos ao decreto de criação nº 15.596 de 02 de Agosto de 1922 é pela publicação intitulada *Legislação*, uma compilação de documentos referentes à instituição publicada em 1946 pelo Ministério da Educação e Saúde.

notáveis, cópias, fotografias, enfim, tudo quanto se relacione com a História, quer revivendo em cursos especiais, em conferências públicas, em leitura e outros meios de publicidade as nossas melhores tradições, [...] além do que farão, naturalmente, os seus visitantes, as suas coleções (BARROSO, 1922, apud BRASIL, 1989, p.5).

Cabe ressaltar que esse projeto educativo acompanhou o desenvolvimento não só do Museu Histórico Nacional, mas também de outras instituições que se preocupavam com a identificação e significação de uma história de caráter nacional, como o Museu Paulista. Estes dois museus conferiam à materialidade um valor pedagógico, capaz de estimular o imaginário popular e, ao museu, a exaltação como lugar de instrução pública, promovendo a difusão de identidades a serem compartilhadas: “os museus tornaram-se, então, templos profanos de exaltação da Nação, onde cada cidadão podia experimentar o sentimento de pertencer a uma dada identidade nacional” (BREFE, 2005, p.49). Sobre a construção museográfica operada por Affonso de Taunay do Museu Paulista a autora observa:

A invenção do passado nacional, com uma origem determinada, marcos históricos precisos, heróis e símbolos memoráveis, apresentava-se naquele momento da história de São Paulo como poderoso instrumento pedagógico capaz de forjar uma identidade nacional intrinsecamente comprometida com os interesses das elites políticas e intelectuais paulistas (BREFE, 2005, p.118-119).

No caso do Museu Histórico Nacional, o idealizador e diretor Gustavo Barroso deu o tom do compromisso educativo da instituição, considerado “lições práticas de história nacional” (BRASIL, 1926, p.5), sendo a causa defendida e desenvolvida pelos diversos funcionários, promovendo uma educação com “fim prático, visando principalmente à formação da consciência patriótica” (ABREU, 1996, p.182). A presença de Barroso, seu conhecimento sobre o museu e projetos idealizados reforçavam a imagem de defensor dos vestígios do passado, bem como estimulava o comprometimento da equipe nas ações enveredadas. Dulce Cardozo Ludolf, antiga conservadora do Museu Histórico Nacional, discorre sobre Gustavo Barroso em entrevista cedida no ano 2000 à equipe de pesquisadores do Centro de

Referência Luso-Brasileiro e convidados, pelo projeto de comemoração dos 60 anos dos Anais do Museu Histórico Nacional:

Gustavo Barroso era uma pessoa que tinha presença muito forte, inclusive ele comparecia ao Museu diariamente, então só isso já era muito importante, e estava sempre voltado para o interesse das coleções do Museu e ligado sempre à Academia Brasileira de Letras, ele saía daqui e ia para a Academia, mas não faltava o Museu e conhecia muito bem. Eu me lembro que uma vez ele fez uma observação muito interessante. Eu estava estudando coleção portuguesa e o Barroso falou assim para mim: - Existe uma peça lá naquela coleção que é a única no mundo. Então ele conhecia as coleções, ele sabia o que tinha dentro deste museu, tinha conhecimento destas coleções (LUDOLF, 2000, entrevista).

Para Barroso e equipe constituir as coleções do Museu Histórico Nacional era considerado uma ação de viés educativo. Adquirir, incorporar, classificar, exibir um acervo exigia um tempo dos funcionários recorrentemente descrito nos relatórios anuais, divididos em pesquisa de acervo, construção de etiquetas, arrolamento e organização dos ambientes expositivos, visando a apresentação de salas “melhoradamente e acrescidas de novas relíquias históricas [que] dão ao visitante uma impressão de real belleza (sic) e apurado bom gosto” (BRASIL, 1937, p.6).

Se a operação museográfica proposta por Barroso teve como um de seus elementos a memória, buscando evocar emoções através do *Culto da Saudade*, a investigação e apresentação do acervo nas salas expositivas corroboravam um segundo elemento, o compromisso científico, desenvolvido por meio de pesquisas realizadas pela equipe do museu visando promover a construção desta memória baseada em disciplinas e operações metodológicas. Este processo também se encontrava aparente no Museu Paulista, como analisa Brefe (2005, p.86):

O museu era, naquele momento [início do séc. XX, mais precisamente década de 1920], lugar de difusão do conhecimento histórico não porque aí se fazia história por meio dos objetos (que seria hoje o grande desafio dos museus históricos), mas porque ele expunha e narrava versões da história produzidas de acordo com os moldes, métodos, temas e concepções da ‘ciência histórica’ daquela época.

Segundo Reis (2003), ao analisar o catálogo de 1924 que apresenta a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional, esta teria uma “marca barrosiana” profunda, pois carecendo, neste primeiro momento, de equipe especializada, o mesmo organizou, desde 1922, o circuito expositivo de acordo com seu conhecimento, presente nos títulos das salas, que neste momento se baseava na periodização do passado nacional; na disposição das vitrines a orientar a circulação e a destacar acervos e estabelecer conjuntos narrativos; no circuito induzido por meio de passarelas; nas informações específicas dos objetos transmitidas através de cartões designativos (etiquetas), que continham a informação do bem cultural e sua procedência, desenvolvendo um conhecimento que será disseminado aos futuros profissionais - tema que será investigado no próximo capítulo. Cabe ressaltar que em 1924 o museu é aberto ao público inclusive aos finais de semana e feriados (BRASIL, 1925). Bittencourt (2001, p.14) analisa essa primeira exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional:

O trânsito através das salas mostra, antes de tudo, um evidente culto à tradição pela via da materialização do passado. É claro que os grandes vultos eram reconhecíveis dentro dos blocos de objetos, e que uma série de objetos pode estar relacionada a uma virtude ou valor nacional: por exemplo, os objetos referidos à escravidão se encontram expostos na “Sala da Abdicação e Exílio”, como que indicando a generosidade e a humanidade do imperador Pedro II e de seus parentes e colaboradores (são diversas as referências à princesa Isabel e aos “dois Rio Branco”).

Do período de 1922 a 1930, primeira fase da gestão de Gustavo Barroso, o Museu Histórico Nacional ao momento que se estruturava recebia público, sendo evidenciadas nos relatórios as visitas escolares e ilustres. É possível obter um panorama de visitação através dos dados descritos nos documentos oficiais da instituição nas 1ª Seção - História e 2ª Seção - Numismática. Cabe ressaltar que estes valores ao serem somados, podem ocasionar visitantes contabilizados em duplicata:

Quadro 1
Dados sobre a gestão do Museu Histórico Nacional - de 1922 a 1930

ANO	1ª SEÇÃO	2ª SEÇÃO	OBSERVAÇÕES
1922	6.422	135	Período de 11 de Outubro a 21 de Dezembro de 1922.
1923	16.763	1.172	Até dia 02 de Julho, pois fecha para reinstalações.
1924	-----	1.183	Somente aberto ao público em Setembro de 1924. Dado de frequência referente à exposição de medalhas, aberta ao público a partir de Julho do mesmo ano.
1925	7.826	-----	Citação de visitas de estrangeiros (destaque para os norte-americanos e argentinos). 2ª Seção fechada ao público.
1926	6.854	-----	Citação de visitas de estrangeiros (excursões – destaque para os uruguaiois e argentinos); Começam a destacar as escolas que visitaram a instituição no decorrer do ano.
1927	6.067	2.212	Citação de visitas de estrangeiros (destaque para uruguaiois e argentinos); Citação de escolas que visitaram a instituição no decorrer do ano.
1928	6.208	2.333	Salientam a visita do Snr. Presidente da República, Dr. Washington Luiz, do Diretor do Museu Histórico de Buenos Aires e dos Arquitetos Argentinos, assim como de estrangeiros, notadamente dos nossos vizinhos do Prata. Citação de escolas que visitaram a instituição no decorrer do ano.
1929	4.668	1.728	Destacam as escolas que visitaram a instituição no decorrer do ano, com apresentação de quantidade de aluno por escola somando, segundo o relatório, no total 701 estudantes.
1930	6.778	2.765	Segundo relatório, os visitantes estrangeiros foram ao museu em número considerável, bem como as visitas de turmas de alunos de vários estabelecimentos. Elaborado um guia para os visitantes, visando suprir provisoriamente a falta do “Catálogo Geral”, em elaboração.

Em novembro de 1930 Gustavo Barroso foi destituído do cargo de diretor do Museu Histórico Nacional por ordem do presidente Getúlio Vargas. A motivação teria sido o apoio publicamente divulgado de Barroso à candidatura de Júlio Prestes nas eleições do mesmo ano. Neste momento, foi convidado para dirigir o museu o historiador Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

Rodolfo Garcia era historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embora tenha exercido uma breve gestão, do final de 1930 a 1932, suas ações foram de grande significado para a consolidação do Museu Histórico Nacional, como as contribuições aplicadas na organização das exposições e a efetiva implantação do Curso de Museus.

Segundo Magalhães (2004, p.43) Rodolfo Garcia modificou o conceito das salas de exposição de longa duração. Se em um primeiro momento estas estavam fundamentadas na periodização do passado nacional proposta por Barroso, Garcia consolidou a “prática de escrever narrativas com os objetos”. As salas ainda correspondiam a períodos e acontecimentos históricos, mas os personagens a serem cultuados ganharam destaque em detrimento das coleções que as classificavam. “O circuito feito pelos visitantes passa a seguir uma lógica na qual a trajetória biográfica dos “heróis” confunde-se com a história do Brasil”.

É no período de gestão de Rodolfo Garcia que Bittencourt (2001) destaca a primeira exposição de curta duração do museu, denominada *Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação 1831-1931*. Segundo o pesquisador, a contribuição atribuída à mostra é a busca de um revisionismo histórico factual, operação realizada utilizando “o método de crítica documental [que Garcia] já vinha se especializando” (2001, p.13), trazendo para o primeiro plano não o período que abrangia os acervos, mas sim os atores que eram representados pelos vestígios do passado ao “lançar mão dos objetos como forma de chegar aos fatos” (2001, p.15).

Em novembro de 1932, por intervenção do Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, Gustavo Barroso é restituído à direção do Museu Histórico Nacional, cargo que manterá até seu falecimento em 1959.

É interessante observar que Gustavo Barroso, ao retornar ao museu, não só deu continuidade às modificações de Rodolfo Garcia, mas imergiu na operação historiográfica proposta por ele, passando a compor salas expositivas fundamentadas não só nos grandes heróis que se tornavam um exemplo e ideal para o presente, mas também doadores e personagens ilustres de seu tempo, como a *Sala Getúlio Vargas*. Observando o caráter educativo das exposições realizadas no segundo momento da gestão de Barroso, Pereira (2010, p.40) aponta que

“a formação da consciência cívica seria realizada por meio da construção de narrativas expositivas com ênfase nos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos de principais vultos do passado glorificado do País”. Magalhães (2004) também analisa estas exposições a partir da perspectiva educativa almejada pela instituição:

A mensagem pedagógica implícita na organização das exposições, possibilitada pela distância temporal e o envolvimento do visitante com o lugar e os fragmentos do passado, é a de que o passado dos reis, militares e nobres era tranquilo e magnífico; como se não tivesse havido conflitos e diferenças sociais. Esse aspecto romântico da narrativa museográfica tendia a confortar a sociedade. Relacionava-se aos projetos de unidade nacional almejada pelo Estado e pelas elites, que partiam da reinvenção do passado no presente, como se fosse possível viver um “conto de fadas” que a História reservava a todos, num tempo de incertezas, insatisfações e angústias, provocadas pela aceleração da história, por suas rupturas e transformações (MAGALHÃES, 2004, p.50).

Através da análise das salas expositivas do Museu Histórico Nacional, Magalhães (2004) propõe um exercício importante de problematização, tecendo considerações sobre o caráter educativo que a instituição construiu ao longo da primeira metade do século XX:

Figura 2

Sala Trophéus do Museu Histórico Nacional



Fonte: BRASIL, 1924b, [snt].

Figura 3

Sala Caxias do Museu Histórico Nacional

Fonte: BRASIL, 1955, p. 24.

Segundo a pesquisadora, poucas mudanças na incorporação e disposição dos acervos são possíveis de serem observadas entre as duas salas de exposição. As fotografias revelam a mesma disposição na organização da sala, das vitrines, bem como os acervos de grande porte. Porém, o discurso historiográfico de articulação dos objetos, evidenciado por meio dos títulos, altera significativamente a proposta da dimensão educativa: se na *Sala dos Trophéus* de 1924 estava sendo posto como objetivo destacar “as lembranças das batalhas vitoriosas”, a *Sala Caxias* de 1955, ao se dedicar a um herói militar construiu outra representação dos mesmos vestígios materiais a ser apropriada pelo público, evidenciando a personagem por meio das campanhas militares e o orgulho patriótico, valorizando a análise do conjunto e não mais dos objetos isoladamente (MAGALHÃES, 2004).

Partindo do exercício proposto por Magalhães (2004), é possível também apresentar novos agrupamentos de acervos para a construção de narrativas mais enfáticas:

Figura 4

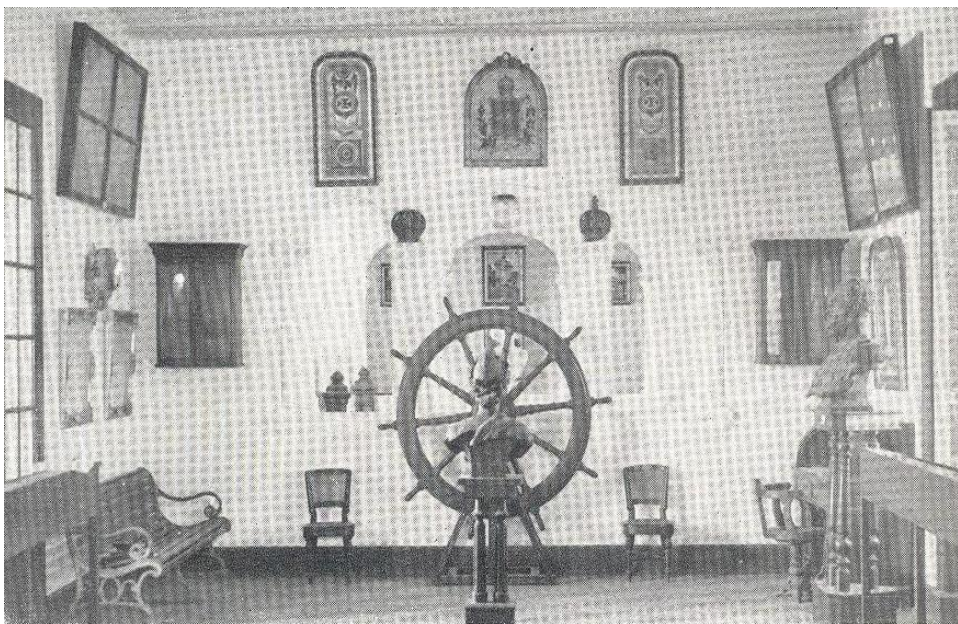
***Sala República* do Museu Histórico Nacional**



Fonte: BRASIL, 1924b, [snt].

Figura 5

***Sala República* do Museu Histórico Nacional**



Fonte: BRASIL, 1955, p. 30.

Nas duas fotografias acima é possível observar a construção da narrativa se adequando ao discurso promovido pela instituição no primeiro e segundo período de gestão de Gustavo Barroso. A *Sala da República* organizada na década de 1920 representava este período com ênfase na abordagem militar. Seria errôneo afirmar que não houvesse representações de personagens históricos, em especial por meio das poses pintadas, mas estes se equilibravam frente a outros acervos que contextualizam o período, como uniformes militares, cartas de saudação ao Brasil emitida por diversos presidentes de outros países por ocasião ao Centenário da Independência, plantas territoriais, armas e fragmentos de pólvora, entre outros vestígios, nos quais se somavam em 177 bens apresentados nesta sala (BRASIL, 1924b).

Observando a imagem da *Sala da República* apresentada ao público da década de 1950, tem-se em evidência bustos e “reliquias” que corroboram a exaltação dos heróis evidenciados, estrategicamente centralizados na sala, como a roda do leme do vapor “Alagoas” (que em 1924 era exibido na *Sala Abolição e Exílio*). Segundo o Guia do Visitante de 1957, segunda edição do material, a Sala da República “expõe objetos variados pertencentes a líderes do movimento republicano e a fatos históricos da República” (BRASIL, 1957, p.31).

Nessa perspectiva, Godoy e Chagas (1995) analisam a trajetória do Museu Histórico Nacional dividindo o período que abrange as gestões de Gustavo Barroso e de Rodolfo Garcia em dois momentos: o primeiro, de 1922 a 1940, denominado *Construção do Museu e Reinvenção do Passado Nacional*, no qual as práticas exercidas pelo museu visavam recuperar a tradição para colocá-la a serviço da moderna Nação brasileira, e de 1940 a 1967, designado como *Cristalizando Ideias: A Casa do Brasil*, momento no qual Barroso após consolidar projetos promovidos pelo museu buscou “sistematizar algumas de suas ideias no campo da Museologia e História” (1995, p.41).

Investindo no reconhecimento do potencial do Museu Histórico Nacional e de seu caráter educativo, Gustavo Barroso inicia uma campanha no relatório anual de 1935: reconhecer e intitular a instituição como a *Casa do Brasil*, argumentando que “na sua estática - como o único museu histórico federal - e na sua dinâmica - como

estabelecimento universitário de aperfeiçoamento dos estudos conexos com a história nacional - a esta Repartição cabe de direito o nome da Casa do Brasil” (BRASIL, 1936, p.10).

Apropriando-se deste conceito em discursos e publicações, Barroso constrói uma aura em torno da potencialidade do Museu Histórico Nacional, apropriada pela imprensa da época:

A Casa do Brasil

Para os turistas estrangeiros que não conhecem ainda as indagáveis e gloriosas tradições do nosso imenso e querido Brasil, para o indivíduo inteligente e oriundo de qualquer país; mesmo para o brasileiro estudioso e patriota que deseje instruir-se e orientar-se sobre a inexcusável grandeza de sua pátria, é imprescindível uma visita ao nosso Museu Histórico Nacional - A Casa do Brasil - visita essa que será utilíssima, porque incontestavelmente trará conhecimentos preciosos com tudo que se relaciona com as incontáveis relíquias históricas dos nossos avoengos, desde as remotas eras coloniais (ORNELAS, 1935, [snt]).

Os curiosos passam ao largo do Museu Histórico Nacional

Museu Histórico não é lugar para curiosos. É casa de pesquisadores e pessoas que desejam aprender. A função principal de um Museu não é a de satisfazer à curiosidade pública. Mas a de ensinar alguma coisa às pessoas que o visitam.

Suas atribuições estão longe de se resumirem na exposição de mostruário de objetos históricos. O trabalho de pesquisa está em plano superior. A curiosidade, pura e simples, vai desaparecendo das salas dos Museus Históricos.

O escritor Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, defende este conceito. E diz mais: “Se a instituição que dirijo fosse apenas um conjunto de mostruários e exposições, ele não estaria dentro de suas reais finalidades. O objetivo do museu é muito profundo”. (OS CURIOSOS, 1956, [snt]).

Embora o Museu Histórico Nacional no período da segunda gestão de Gustavo Barroso se consagrasse como um dos principais museus brasileiros, a antiga conservadora da instituição, Dulce Cardozo Ludolf, pontua em entrevista cedida ao Centro de Referência Luso-Brasileiro e convidados que em relação aos dias atuais o museu era pouco visitado, reflexo de iniciativas que ainda não eram

recorrentes às instituições museológicas, como divulgações e contatos sistemáticos com escolas:

[...] eu entrei hoje aqui e vi uma enorme nuvem de estudantes é uma coisa fantástica, agora naquela época realmente era muito pouco visitado, a não ser que houvesse uma data, um acontecimento no Museu, e que atraísse [...]. Acho que foi uma fase também que os museus não tinham em sua estrutura física setores assim dedicados a essa divulgação, ou em contato com escolas e isso só se fez muito posteriormente, quer dizer era um museu tranquilo, mais de pesquisas, de eventos, de datas, eram comemoradas datas importantes (LUDOLF, 2000, entrevista).

Gustavo Barroso já evidenciava a necessidade de divulgações recorrentes em relatório anual de 1939, com ênfase de ampliar o número de visitação do museu:

[...] o movimento de visitantes aumentaria se fizéssemos uma publicidade maior, e se mostrássemos tudo o que possuímos. Infelizmente, nos dias mais próprios a visitação (domingos e feriados) só uma pequena parte do Museu é franqueada, por falta de pessoal que se encarregue da vigilância das salas. Este aspecto da vida administrativa do Museu tem sido, várias vezes, focalizado pela direção aos poderes competentes, até agora sem resultado (BRASIL, 1940, p.3).

No período de 1931 a 1959, através dos registros nos relatórios anuais, é possível mapear a frequência nas 1ª Seção - História e 2ª Seção - Numismática. Cabe ressaltar que estes valores ao serem somados, podem ocasionar visitantes contabilizados em duplicata:

Quadro 2

Dados sobre a gestão do Museu Histórico Nacional - de 1931 a 1959

ANO	1ª SEÇÃO	2ª SEÇÃO	OBSERVAÇÕES
1931	9.250	-----	Grande número de visitação estrangeira. Sem dados da Seção de Numismática.
1932	11.069	4.671	Justifica através do público a necessidade de ampliação do espaço.
1933	14.334	3.369	Dificuldade de atendimento por falta de recursos e equipe.

1934	17.671	-----	Sem dados da Seção de Numismática.
1935	18.793	16.273	Evidencia escassez de pessoal em relação a procura pelo museu.
1936	18.930	8.829	Algumas salas reabertas ao público.
1937	9.397	2.297	Dado de até 23 de Julho, pois o museu encerra suas atividades públicas no decorrer do segundo semestre devido a roubo na instituição.
1938	-----	-----	Fechado ao público. Remanejamento de obras.
1939	11.838	4.504	Ano marcado por duas visitas ilustres: presidente Getúlio Vargas e Ministro Gustavo Capanema.
1940	15.955	14.718	Segundo relatório, visita quase diariamente de escolas.
1941	17.317	14.339	Sobre análise da Exposição nas Comemorações Centenárias de Portugal: "podendo ser calculado em mil pessoas por dia".
1942	-----	-----	Sem dados da Seção de Numismática.
1943	22.307	7.411	Visitas na Seção de Numismática acompanhadas por conservador.
1944	24.296	5.995	Modificação de algumas salas, "prendendo mais a atenção dos visitantes".
1945	24.402	5.013	Entre as atribuições do serviço do Museu Histórico Nacional: "Incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional".
1946	31.026	5.648	"Não entram nesse computo os alunos de colégios, escolas e outros estabelecimentos similares, nem as tripulações de navios e outras corporações".
1947	-----	-----	Não encontrado relatório anual e setorial.
1948	30.123	4.295	Análise sobre a função educativa dos museus, valorizando o profissional especializado.
1949	23.807	6.745	Visitas nacionais e estrangeiras, bem como escolas.
1950	21.074	5.678	Furto no museu: aproveitaram a grande fluxo de escolas que visitavam o circuito expositivo. Salas fechadas por falta de funcionários: desagrada o público.
1951	-----	6.952	Perda de ritmo das atividades do museu por falta de verba.
1952	26.447	5.338	Grande procura de escolas primárias, secundárias, superiores e professores de vários Estados, bem como diretores de museus.

1953	24.720	11.762	Visitas como “verdadeiras aulas de História e Artes, acolhidas sempre com muito entusiasmo por esses grupos ilustres”. Sigrid Porto de Barros, aprovada em concurso em 1950, começa a desenvolver estudos e visitas voltadas para o público escolar e consultas particulares.
1954	7.966	4.738	Fechado a partir de Junho para arrumação.
1955	40.127	-----	Sem anotação da Seção de Numismática. Guarda advertido.
1956	30.336	-----	Sem dados da Seção de Numismática. Sigrid de Barros apresenta no I Congresso Nacional de Museus o trabalho “O Museu fala à Infância”.
1957	25.623	-----	Sem dados da Seção de Numismática. Salientam que algumas visitas levam à doação de acervos.
1958	20.139	-----	Sem dados da Seção de Numismática. Realização do Curso de Organização dos Museus Escolares, promovido a pedido do INEP. Participação no Seminário Regional da UNESCO.
1959	22.079	-----	Sem dados da Seção de Numismática. Aparece no relatório o subtítulo Serviço Educativo. Falecimento de Gustavo Barroso.

Embora seja difícil precisar o número de visitantes anualmente, vale destacar o esforço da equipe do Museu Histórico Nacional em colocar a instituição em evidência ao potencializar esse espaço como propulsor do conhecimento da história do país. Em consequência a esse estímulo percebe-se a cada ano um fluxo intenso de visitação que, observado ao longo da trajetória institucional, constitui-se um aumento expressivo de público.

Sendo considerada uma importante instituição no contexto brasileiro, com o título de Casa do Brasil, o Museu Histórico Nacional foi convidado a conceber exposições para além do espaço físico do museu, como a sua participação em Portugal na celebração dos oito séculos de história dos portugueses no mundo, evento conhecido por *Comemorações Centenárias*.

Para atender ao convite de participar deste evento, o Brasil selecionou algumas instituições capazes de representar a memória nacional. O Museu Histórico Nacional foi um destes, junto ao Museu Nacional e o Museu Paulista, por exemplo. Sendo Gustavo Barroso incumbido de dirigir o programa da exposição denominada

Brasil Colonial, localizada no pavilhão dos Portugueses no Mundo, um dos que integravam a mostra intitulada *O Mundo Português*, o intelectual decidiu desenvolver uma proposta expositiva só com acervo do Museu Histórico Nacional, tendo por objetivo contar a história de Portugal na Colônia Brasileira e o Brasil Colonial na História de Portugal, apresentando bens que eram referências do culto ao passado (NASCIMENTO, 2008).

Possuindo seis salas, Barroso buscou estabelecer uma narrativa que sustentasse dois momentos temáticos, especificado por ele como *Pavilhão do Mundo Português* e *Pavilhão Brasil Independente* (sendo o último apenas uma sala destinada ao espaço do primeiro). A partir dos 594 objetos apresentados neste circuito, uma expografia foi desenvolvida a valorizar a representação da herança portuguesa na construção do Brasil, no qual os objetos foram agrupados por subtemas para potencializar a compreensão de fatos expostos, tais como: as lutas para manter a unidade e proteger a Coroa Portuguesa, os guerreiros do passado, a genealogia do Brasil no tronco lusitano. Exaltando os traços culturais e hábitos lusitanos no País, Barroso correspondeu tanto as propostas de “participar das festas como um filho ilustre”, expressão escrita no convite de Portugal, ou mesmo como “irmão [ou] menino da família portuguesa” termos proferidos pelo então presidente do Brasil Getúlio Vargas (NASCIMENTO, 2008, p.25).

Para além do espaço físico do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso também consolidou importantes projetos nos preceitos promovidos pela instituição: a salvaguarda e evidenciação de relíquias relacionadas à tradição do País, referências de ensinamentos a serem herdadas pelas futuras gerações. Nesta perspectiva, na década de 1930, Barroso estabelece uma relação muito próxima com o governo de Minas Gerais, iniciando uma campanha pelos vestígios dispersos do passado.

Tendo o apoio do governo, Barroso institui em 1934 a *Inspetoria de Monumentos Nacionais*, iniciativa vinculada estruturalmente ao Museu Histórico Nacional como departamento. Segundo Magalhães (2004) é possível observar as ações da Inspetoria de Monumentos Nacionais como uma prática colecionista que corroborava a escrita do passado produzida dentro do Museu Histórico Nacional, legitimando o caráter educativo da instituição. Ouro Preto, cidade que para Barroso

era o berço da Nação pela riqueza de história e tradição autênticas, elevada à categoria de monumento nacional em 1933, passou nas primeiras décadas do século XX a ser o grande cenário de discursos e iniciativas de salvaguarda, inclusive nos anos de 1928 a 1929 com consultorias prestadas por Barroso. A Inspeção de Monumentos Nacionais foi instituída com um único administrador, o diretor do Museu Histórico Nacional:

A regulamentação da Inspeção de Monumentos Nacionais no Museu Histórico Nacional, aprovada pelo Ministro da Educação e Saúde, Washington Pires, e pelo Presidente Vargas, converge para os interesses de controle do passado nacional do diretor da *Casa do Brasil*. Gustavo Barroso, já considerado uma autoridade, no que tange ao conhecimento das antiguidades nacionais, passava a ocupar um cargo estratégico para difusão de suas concepções e estabelecimento de relações políticas. Segundo a legislação, não havia espaço para outros profissionais nesse campo, nem mesmo era prevista uma remuneração para o Inspetor, o que, na ótica de Barroso, era um fator favorável para o reconhecimento de seu trabalho, uma vez que não implicaria em ônus para os cofres públicos. [...] Este argumento de não cobrar pelos serviços prestados, além de servir de amparo para o patriotismo e amor à pátria também pode ser entendido como uma forma de “agredir seus opositores”, ao acusá-los de uma “prática burguesa que onerava os cofres públicos” (MAGALHÃES, 2004, p.77-78).

A Inspeção de Monumentos Nacionais centrou seus esforços em trabalhos de mapeamento, restauração e preservação dos monumentos da cidade de Ouro Preto como, por exemplo, pontes e chafarizes. “Pode-se considerar que a primeira iniciativa de Gustavo Barroso à frente da Inspeção foi a formação de um documentário iconográfico relativo aos monumentos nacionais” (MAGALHÃES, 2004, p.93), evidenciando o diagnóstico dos bens a serem conservados/restaurados. Durante a execução dos trabalhos de salvaguarda o departamento passou por dificuldades decorrentes de fatores naturais, como as chuvas, e de embates locais, como o travado com o diretor do Instituto Histórico de Ouro Preto. Mesmo diante destas circunstâncias, Barroso avaliou em artigos e relatórios o importante papel da Inspeção, bem sua importância em direção ao *Culto da Saudade*:

Dessa sorte, a velha capital mineira não teve mais que recear a invasão do mau gosto e do modernismo, continuando a guardar a sua fisionomia típica de outrora. [...] Não há no mundo toda uma dúzia de cidades que, assim, tenham permanecido imutáveis, fiéis à sua saudade (BARROSO, 1943, p.346-347).

Segundo Magalhães (2004), embora todo o empenho em salvaguardar os monumentos de Ouro Preto, a atividade do departamento do Museu Histórico Nacional teve uma breve duração, compreendida entre 1934 e 1937, quando o mesmo é extinto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), promovendo nova direção na preservação patrimonial do País. Nesta perspectiva, Barroso perde apoio governamental para dar prosseguimento ao seu trabalho tendo, de acordo com a pesquisadora, encerrado as atividades quando era apenas o começo.

As pesquisas de acervo realizadas pela equipe do Museu Histórico Nacional para dar subsídio às exposições, bem como os projetos externos realizados pela instituição, tornavam o museu cada vez mais reconhecido nacional e internacionalmente. O desejo de dar voz a estas práticas era cada vez mais enérgico.

Desde sua fundação, foi previsto em regulamento a publicação dos Anais do Museu Histórico Nacional, sendo este um espaço para os próprios funcionários - que eram denominados como conservadores - realizarem trabalhos sobre suas dinâmicas museográficas¹⁸. É interessante observar que o desejo por uma publicação científica própria era notoriamente justificado: instituições como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi já tinham uma sistematização de periódicos que os inseriam nas discussões e contribuições na construção de conhecimento em perspectiva internacional, tornando-se espaços culturais de referência no Brasil para os pesquisadores estrangeiros (LOPES, 1997).

Porém, embora previsto desde 1922, o primeiro volume só foi lançado em 1941, sendo relativo ao ano de 1940; as defasagens entre a edição do volume e a

¹⁸ A ação museográfica abrange tarefas básicas de um museu, compreendendo as atividades de coleta, conservação, investigação, interpretação e exibição dos objetos em salvaguarda na instituição (NOBLE, 1970, *apud* MENSCH, 1992).

real publicação se tornaram recorrentes até o ano de 1964, ainda divulgando artigos que foram escritos em 1953, devido à obrigatoriedade de espera na lista de atendimento da Imprensa Nacional, editora do periódico. Em 1976 foi suspensa a publicação, retornando somente em 1995. Os Anais se tornaram um canal fundamental para a construção da história institucional do museu, do culto ao passado e do reconhecimento das realizações de Gustavo Barroso, reconhecido como um instrumento de disseminação das concepções museológicas desenvolvidas pelo museu e, conseqüentemente, da perspectiva e potencial educativo que a equipe idealizava em suas ações.

Cabe ressaltar que a consolidação do Museu Histórico Nacional, bem como os debates e experiências cada vez mais especializados para o âmbito do museu, somado a episódios históricos e novas tecnologias¹⁹, aprimoravam os debates, percepções e atendimentos com viés educativo. Através dos artigos publicados nos Anais do Museu Histórico Nacional três profissionais da equipe se destacam em reflexões sobre a relação museu e educação: Nair Moraes de Carvalho, Sigrid Porto de Barros e Dulce Cardozo Ludolf.

Nair Moraes de Carvalho teve sua trajetória na instituição intimamente ligada à temática da Educação: em 1935 iniciou no Curso de Museus, formando-se em 1936. Em 1937, foi nomeada interinamente para o cargo de Conservadora do Museu Histórico Nacional. Em 1944, tornou-se a primeira coordenadora do Curso de Museus, função que exerceu por 23 anos (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

Em 1945 Nair preconizou uma viagem técnica aos museus dos Estados Unidos no período de 19 de Novembro de 1945 a 21 de Fevereiro de 1946 sem ônus para o Governo, tendo por objetivo conhecer o funcionamento das instituições

¹⁹ A Segunda Guerra Mundial e as novas tecnologias, como o cinema e a televisão, problematizaram a disseminação da informação, e os profissionais de museus também traziam estas temáticas para o debate. Em artigo intitulado *A mensagem cultural dos museus* Sigrid Porto de Barros, funcionária do Museu Histórico Nacional, analisa: “Os anos que se seguiram à segunda Grande Guerra Mundial, revelaram um mundo perplexo, diante das rápidas transformações de ordem social e política; de um vertiginoso progresso da técnica, do aproveitamento e exploração de novas formas de energia. [...] Como poderão sobreviver, culturalmente, os museus numa era atômico-espacial, se continuarem a enfileirar suas coleções como raridades valiosas, num puro espírito de Casa das Maravilhas? (BARROS, 1964, p.218-219) [atribuído ao ano de 1952].

americanas, em especial sobre a gestão de acervos, enfatizando a organização, catalogação, exposições e práticas educativas (CARVALHO, 1946).

A partir de suas experiências, Nair analisou que os museus americanos estavam amparados de condições técnicas para a plena execução de seus trabalhos. Resguardados pelos recursos advindos das esferas federal, estadual e municipal, além de iniciativas privadas ou de entidades coletivas, os estudos e a implantação de projetos voltados para a qualidade das instituições proporcionavam uma ampla infraestrutura visando à salvaguarda do acervo e a fruição do visitante. Porém, em relação ao conhecimento das modernas técnicas do campo dos museus, o Museu Histórico Nacional em nada perdia aos museus americanos, ao contrário, uma atividade o singularizava: o Curso de Museus (CARVALHO, 1946).

Porém, em relação a programações e materiais disponibilizados para o visitante, os museus americanos ofereciam uma ampla relação de aprendizagem e lazer sendo, em suas palavras, espaços de recreio, de estudo e mesmo de prazer, cumprindo seu papel cultural na vida moderna – situação esta almejada pelos museus brasileiros, como o Museu Histórico Nacional:

[...] faço votos que as nossas instituições do gênero consigam com o tempo e melhor compreensão dos relevantes serviços que prestam à educação do público por parte dos nossos administradores atingirem aquele grau de adiantamento que tecnicamente conhecem, porém, por parte deficiente de recursos, não podem transportar ao terreno da realidade prática (CARVALHO, 1946, p.6).

Entre todos os museus visitados, o que mais impressionou a autora em relação às ações para o público foi o *Metropolitam Museum of Art*, em especial, pelo *Junior Museum*, instituição vinculada à primeira citada. O *Junior Museum*, considerado pela autora o único do gênero, era um centro de atividades para o público infantil, exercendo o papel de colaborador para a aprendizagem deste público a partir de seus acervos. Assim, sua estrutura organizacional e programação eram adaptadas para o seu público-alvo, promovendo exposições infantis, guias especializados, biblioteca com temáticas infanto-juvenis e sala de merenda. Além disso, promovia aos finais de semana conferências especiais para pais e filhos. Esta

iniciativa deixou Nair encantada, ampliada também pela qualidade e versatilidade de materiais impressos (CARVALHO, 1946).

Retornando ao Brasil, em um dos volumes dos Anais do Museu Histórico Nacional - mais precisamente o volume VIII publicado em 1957 (atribuído ao ano de 1947) - Nair de Moraes Carvalho escreveu o artigo intitulado *Papel Educativo do Museu Histórico Nacional* (CARVALHO, 1957). A proposta da autora era analisar o papel da educação nos museus, se apropriando das referências mais recentes para a área, ações segundo ela já postas em exercício no Museu Histórico Nacional desde sua fundação, em 1922. Para esta proposta, a autora dialoga com a publicação "Musées et Jeunesse" (1952), do Conselho Internacional de Museus, composto por estudos de Germanine Cart (Museu do Louvre), Molly Harrison (Museu Geffrye de Londres) e Charles Russel (Museu de História Natural de Nova Iorque), prefaciados por Henri Fould e Georges-Henri Rivière.

Fundamentando-se no preâmbulo escrito por Henri Fould, a autora afirma que o método de ensino a ser utilizado nos museus deve ser o mais familiar e o menos formal ou acadêmico possível, sendo condenáveis visitas escolares de grandes turmas, propondo como ideal a formação de grupos de 15 alunos para um conservador. A visita deveria causar a impressão de que o museu é um lugar especial, maravilhoso, despertando o interesse do retorno (CARVALHO, 1957).

A partir das referências de profissionais de museus da Europa, Inglaterra e América, Nair de Moraes Carvalho apresentou na publicação algumas atividades educativas, ressaltando três possibilidades de idas escolares: *dirigidas*, com uma programação prévia estabelecida pelos conservadores; *livres*, realizadas com as indicações dos próprios professores; ou *combinadas*, dividida em dois momentos: uma visita dirigida para todo o grupo escolar e formação de subgrupos para estudos pontuais, posteriormente analisando os resultados de forma colaborativa. Segundo a autora, esta diversidade de visitas era também encontrada no Museu Histórico Nacional (CARVALHO, 1957).

Ao encerrar o artigo Nair analisa que desde sua fundação o Museu Histórico Nacional revelou seu caráter educativo, refletindo-se em inúmeras visitas realizadas pelo público para conhecer e aprender na Casa do Brasil. Adaptando-se e

ultrapassando os diversos obstáculos resultantes de escassez de recursos, a instituição contribuiu não só para a educação *in loco*, mas também na defesa das relíquias esquecidas de todo o País através de suas iniciativas de ampla repercussão, como a Inspetoria de Monumentos Nacionais e o Curso de Museus, projetos que semearam, nas suas palavras, a *irradiação cultural* a partir do bem cultural.

Sigrid Porto de Barros iniciou em 1947 o Curso de Museus, formando-se em 1949. Principiando seus trabalhos no Museu Histórico Nacional em 1953, Sigrid foi uma das funcionárias que atuou de forma mais expressiva com o público, sendo recorrente sua citação nos relatórios anuais quando eram descritos o fluxo de visitação e atendimento; um dos desdobramentos desta iniciativa   sua indica o para ser chefe da Se o de Pesquisa e Assistência Pedagógico-Museogr fica da Divisão de Atividades Educacionais e Culturais do Museu Histórico Nacional em 1977 (S ; SIQUEIRA, 2007).

Um dos artigos publicados nos Anais que demonstra sua aproxima o com a Educa o foi o trabalho intitulado *O Museu e a Criança*, de 1958 (atribuído ao ano de 1948). Segundo a autora, “os objetos das cole es deverão ser os elementos que darão vida e concretiza o aos fatos narrados em aula, e os alunos, passo a passo, viverão o passado, nas salas que percorrerem” (BARROS, 1958, p.49).

No início do artigo, Barros evidencia um importante dado para a compreensão de todo o pensamento das práticas educativas realizadas no Museu Histórico Nacional na primeira metade do século XX: a autora enfatiza que, se antes os museus eram somente órgãos de preserva o e pesquisa, no momento estes passaram a se articular com a Pedagogia, sendo um dos melhores meios usados pela Escola Ativa²⁰ (BARROS, 1958).

²⁰ Segundo Clarice Nunes (2012), ao estudar as propostas da Escola Nova, em especial no Brasil, percebe-se que a perspectiva deste movimento constituiu-se, sobretudo, numa “estratégia política de seculariza o da cultura, [...] desvendando-lhe novas fun es e finalidades na formula o de representa es e práticas reestudadas” (NUNES, 2012, doc. eletrônico), sendo um desses desdobramentos o alargamento da concep o de linguagem escolar, propondo uma constru o de produ o de significados para além do domínio oral e escrito.

Para os conservadores do museu que trabalhavam com visitas escolares, o Museu Histórico Nacional e os demais desta tipologia favoreciam significativamente o ensino de História, estimulando a percepção de que o presente é consequência do passado, sendo importante aguçar nos alunos a investigação e análise crítica dos fatos históricos. Mas, segundo Sigrid Porto de Barros, para este processo de produção de conhecimento ter sucesso, as crianças precisavam ter contato com somente o que necessitavam ver, sendo fundamental um prévio diálogo entre professor e o conservador que conduziria a visita.

Na parceria entre conservadores e professores o grande objetivo era estimular os estudantes a “ouvir, observar, discutir, experimentar e comprovar” (BARROS, 1958, p.72), sendo este visitante orientado para se sentir seguro e, conseqüentemente, um multiplicador, passando a orientar futuras visitas com amigos e a família. O público escolar possui curiosidade, espontaneidade, desinibição e, para potencializar esta energia no ensino escolar o museu foi apontado como um instrumento capaz de despertar de interesses e sensibilizar o gosto pela história.

No volume XIII dos Anais do Museu Histórico Nacional, publicado em 1964, mas referente ao ano de 1952 - período que o volume deveria ter sido impresso, Sigrid Pôrto de Barros publicou o artigo *A mensagem cultural dos museus*. Nesse texto é interessante observar a preocupação da autora em mostrar o museu e o seu acervo em um contexto em que o cotidiano é mais acelerado, há novos meios de comunicação, as pessoas são mais exigentes. Segundo ela, o museu passa a ter como competência “não só promover sua preservação, mas utilizá-las em caráter cultural” (BARROS, 1964, p.219). Assim, a autora valoriza o potencial do museu para as visitas, em especial as escolares, através de seu emprego enquanto método visual, que através da História da Pátria seria um grande auxílio da Escola Ativa, propagando a formação da consciência patriótica de seus visitantes.

Ainda no volume XIII dos Anais do museu, outro trabalho também chama atenção ao tema abordado. Intitulado *Nova Diretriz para o Museu*, o artigo de Dulce Cardozo Ludolf - matriculada no Curso de Museu em 1940 e formada em 1941, tornando-se funcionária da instituição em 1942 -, valoriza em sua análise o museu

enquanto centro de pesquisas e espaço de interesse, esclarecimento e instrução para os visitantes, potencializando a capacidade educacional dos acervos. Nesta perspectiva a divulgação se torna um importante meio para o conhecimento do acervo e das suas atividades, valorizando instrumentos que divulgam as ações dos museus, tais como publicações, cursos, aulas, sessões cinematográficas e, em especial, as exposições:

O público passa a ter uma importância maior para os pesquisadores, e é com o intuito de interessá-los e esclarecê-los que eles se movimentam criando ambientes ao mesmo tempo atraentes e instrutivos e organizando palestras, conferências, visitas explicadas às suas várias galerias, etc. Esse trabalho denominado pesquisa educacional, estabelece os moldes em que devem ser organizadas as exposições, bem como os métodos mais incisivos de apresentação dos objetos (LUDOLF, 1964, p.193-194).

Ao analisar os diversos projetos realizados pelo Museu Histórico Nacional é possível observar que todas as ações promovidas eram alicerçadas por uma equipe estrategicamente especializada. E esta habilitação não poderia ser diferente: era oriunda do Museu Histórico Nacional, possibilitando a formação de intelectuais críticos e propositivos no campo dos museus.

O *Curso de Museus* merece uma atenção especial nesta pesquisa, pois entre as diversas representações educativas possíveis de serem evidenciadas na trajetória da instituição, o Museu Histórico Nacional enquanto matriz intelectual foi o projeto que ganhou forças e raízes a cada ano em execução, disseminando as concepções do Museu Histórico Nacional para profissionais e, conseqüentemente, outras instituições em caráter científico. O *Curso de Museus* é a embrionária formação do que hoje se denomina *Curso de Museologia*, graduação atualmente disponibilizada em 14 universidades do País.

3.2 O esforço se concretiza: a criação e os primeiros passos do Curso de Museus

Gustavo Barroso ao idealizar um Museu Histórico para o País visava que esta instituição despertasse o espírito nacional e tradições pátrias em um momento que, para o intelectual, a época vivenciada marcava uma nova sociedade com elementos cosmopolitas distantes da identidade brasileira compreendida por ele. Esta perspectiva se refletiu no decreto de criação nº 15.596 do Museu Histórico Nacional, assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa em 02 de Agosto de 1922 que, no primeiro parágrafo, já potencializava a instituição como uma “escola de patriotismo, para o culto do nosso passado” (BRASIL, 1946, p.3).

Para o funcionamento qualificado do Museu Histórico Nacional, legitimando sua concepção enquanto *escola de patriotismo*, profissionais capacitados a suprir a necessidade funcional da instituição eram de vital importância. No decreto de criação nº 15.596 a constituição do corpo funcional do museu era estruturada pela organização de diretor, chefes de seção, primeiros, segundos e terceiros oficiais, datilógrafo, porteiro, ajudante de porteiro, guardas e serventes tendo, em especial a partir do terceiro oficial a necessidade de executar trabalhos especializados, o que exigia um a equipe treinada e dedicada.

Visando suprir essa necessidade não só do Museu Histórico Nacional, mas de outros espaços de memória como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, o decreto de criação nº 15.596 previa no capítulo VI a criação de um *Curso Técnico* comum a essas instituições.

O Curso Técnico tinha por objetivo habilitar os candidatos ao cargo de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, às demais instituições, ao título de amanuense. O 3º oficial teria como funções prestar serviços de inventariação e classificação das coleções, conservação dos bens, organização de catálogos, auxiliar consultas públicas ao acervo, por exemplo, podendo ser incumbido de outros serviços designados, como substituir os segundos oficiais quando necessário. De acordo com promoções ao longo da carreira, este profissional poderia chegar até o cargo de chefe de seção mediante decreto (BRASIL, 1946).

O Curso Técnico era uma formação de dois anos, visando uma oferta curricular distribuída pelas instituições. Ao Museu Histórico Nacional eram atribuídas as disciplinas *Arqueologia e História da Arte* no primeiro ano e *Numismática e Sigilografia* no segundo ano. O curso deveria ser organizado anualmente pela Biblioteca Nacional, devendo o candidato apresentar no período de matrícula “certidões de aprovação nos exames de português, francês, latim, aritmética, geografia e história universal, especialmente corografia e história do Brasil, prestados em instituto federal ou fiscalizado pelo Governo” (BRASIL, 1946, p.16).

As aulas eram previstas para serem executadas no período de Abril a Novembro, tendo cada disciplina três horas de aula a cada duas semanas, com aulas teóricas e práticas. Os docentes eram funcionários das instituições designados pelos respectivos diretores, sendo em última instância convidados externos. Os exames para aprovação nas disciplinas exigiam mais de 50% de assiduidade, compostas de prova escrita, exame oral e, de acordo com a matéria, exercícios práticos de descrição e classificação de acervos (BRASIL, 1946).

Os estudantes que obtivessem aprovação em todas as disciplinas, receberia o certificado de habilitação, assinado pelos secretários dos três estabelecimentos; pessoas que fizessem cursos similares no exterior poderiam tentar equivalência, mediante aprovação em provas de português, corografia e história do Brasil como pré-requisito para realizar exames e ser aprovado em todas as matérias do Curso Técnico. Cabe ressaltar que, além deste curso de formação compartilhado, era previsto no mesmo decreto ao Museu Histórico Nacional a realização de cursos e conferências públicas pontuais, com caráter instrutivo e educativo, sobre a história da pátria e educação cívica, apresentando sempre que possível projeção ilustrativa e objetos históricos ao público para aprimorar o aprendizado (BRASIL, 1946).

Quadro 3

Distribuição das disciplinas do Curso Técnico proposto no Decreto nº 15.596 de 02 de Agosto de 1922

PROPOSTA DE CURSO TÉCNICO			
Comum ao Museu Histórico Nacional (MHN), Arquivo Nacional (AN) e Biblioteca Nacional (BN).			
1º ANO		2º ANO	
Disciplina	Ofertada por	Disciplina	Ofertada por
História Literária	BN	Bibliografia	BN
Paleografia e Epigrafia	BN	Cronologia e Diplomática	AN
História Política e Administrativa do Brasil	AN	Numismática e Sigilografia	MHN
Arqueologia e História da Arte	MHN	Iconografia e Cartografia	BN

Fonte: BRASIL, 1946, p.15-16.

Por mais necessária à execução de um projeto de formação de profissionais especializados para a salvaguarda do acervo do Museu Histórico Nacional, a implementação do curso técnico não se tornou imediata. Os primeiros obstáculos para a própria organização da instituição - como negociações por espaço, carência de recursos oficiais e dispersão do acervo - inviabilizaram a efetivação do curso de formação ao longo da década de 1920. Poucas informações são apresentadas nos relatórios anuais neste período, até porque a organização estrutural do Museu Histórico Nacional era iminente. Neste aspecto, algumas solicitações de Gustavo Barroso se aproximam ao desejo e carência de um curso de formação, como a capacitação dos profissionais que estariam destinados ao museu, evidenciada no relatório anual de 1923:

Ao terminar, ousou lembrar mais a V. Ex. a conveniencia solicitar do Congresso a criação do cargo de Conservador de Museu, funcionário que ficaria encarregado de dirigir os serviços de limpeza e restauração dos objetos, com a responsabilidade direta de sua conservação (BRASIL, 1924a, p.19).

A partir do relatório anual de 1925, Gustavo Barroso começou a declarar a importância de se revisar o regulamento do Museu, evidenciando que o cotidiano refletiu falhas e defeitos do decreto, em especial às disposições que ligam o Museu Histórico Nacional à Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, denominando esta aproximação de uma *xifopagia* que só potencializaria entraves. No relatório de 1926, Barroso enquanto diretor declara:

Tomo a liberdade de insistir junto de V. Exa., como o fiz junto de seus dignos antecessores por uma reforma no regulamento desta instituição. O que existe foi organizado a priori e dotou-a de um aparelhamento demasiadamente burocrático. Há urgente necessidade de preparar todos os serviços de acordo com o que a prática tem demonstrado produzir melhores resultados. Um Museu carece de ser organizado de maneira diversa doutras repartições. Ele tem uma vida especial que exige normas diferentes da de qualquer outro serviço público. É imprescindível escomar o seu regulamento de disposições inúteis e prejudiciais, dar maior eficiência a certas determinações e regular serviços até hoje esquecidos, como o de permutas de duplicatas, por exemplo (BRASIL, 1927, p.1-2).

O desejo de separar projetos comuns entre o Museu, Arquivo e Biblioteca Nacional tornou-se recorrente nas análises de Gustavo Barroso que, a cada ano, foi aprimorando tanto o discurso sobre a dificuldade de viabilizar ações conjuntas como as deficiências ocorridas por esta barreira, tendo como um dos exemplos a dificuldade de incorporação de profissionais especializados para o museu, apontado no relatório anual de 1929:

Há carencia também de um conservador para o Museu, pessoa habilitada em restauração de objetos antigos, sobretudo de quadros, bem como da criação de uma oficina respectiva. Outros pontos do Regulamento precisam de modificações adequadas, frutos da experiência da administração com o correr do tempo. Seria, pois, de toda a conveniencia autorizasse V. Ex. esta diretoria a elaborar um projeto de reforma do estabelecimento, que, após ter sido submetido ao alto critério de V. Ex., seria encaminhado ao poder legislativo (BRASIL, 1930, p.16).

É no início da década de 1930 que as solicitações ao Ministro da Educação e Saúde Pública em relação a um curso de formação de profissionais são formuladas com mais objetividade no relatório anual e, conseqüentemente, contempladas. Porém, quem fortaleceu este discurso oficial não foi Gustavo Barroso, mas sim Rodolfo Amorim Garcia que, como dito anteriormente, no período de 1930 a 1932 tornou-se diretor do Museu Histórico Nacional devido a destituição de Barroso do cargo de direção pelo apoio conferido a Julio Prestes na disputa política com Getúlio Vargas pela presidência. O relatório anual de 1931 destaca as articulações de Garcia:

Duas sugestões, Sr. Ministro, cabem aqui, como propostas que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao “Curso de Museus”. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos, de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso de Museus” habilitará esta Repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá a administração os funcionários de que necessitar, para os serviços deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais. A outra proposta é a de uma Inspetoria de Monumentos (BRASIL, 1932, p.14).

Através do decreto-lei nº 21.129, de 07 de março de 1932 o primeiro Curso de Museus das Américas é instituído nas instalações do Museu Histórico Nacional. Chagas (2010) analisa este acontecimento como um marco na institucionalização da Museologia no Brasil, tendo como destaque a cientifização das práticas museológicas, ato inspirado no consagrado ensino promovido pela Escola do Louvre (fundada em 1882) com ênfase em arqueologia e posteriormente belas artes, e nos programas de formação dos Estados Unidos do início do século XX, mas naquele momento singular entre os países latino-americanos. Jornais da época apresentavam a novidade aos leitores:

MUSEU HISTÓRICO

O início do curso

O sr. Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública, aprovou a resolução do diretor do Museu Histórico, segundo a qual terá começo a 4 de Maio próximo o curso de museus sendo abertas as respectivas matrículas no período de 15 a 30 de abril [sic] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de Março de 1932, apud CRUZ, 2007, p.21).

Nos Ministérios e Repartições

Na Educação

O ministro expediu os seguintes avisos:

- Ao diretor do Museu Histórico Nacional, que o ministro aprova os atos a que se refere o ofício 32, de 11 do corrente, no sentido do Curso de Museus começar a funcionar no dia 4 de mês de maio, e de serem abertas as respectivas matrículas no período de 15 a 30 de abril próximo [sic] (CORREIO DA MANHÃ, 30 de Março de 1932, apud CRUZ, 2007, p.22).

O Curso de Museus estava vinculado à direção do Museu Histórico Nacional, visando no período de implementação e consolidação, habilitar técnicos que ocupassem cargos ofertados pelo próprio museu como 3º oficial. Para se inscrever no curso era solicitado pagamento de taxa de matrícula e a apresentação de certificado de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil (prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial), bem como atestados de identidade, sanidade e idoneidade moral. Através do decreto-lei nº 21.129 percebe-se que a formação foi idealizada neste momento como um curso técnico de especialização, com duração de dois anos, “destinado ao ensino das matérias que interessam à mesma instituição” (BRASIL, 1946, p.24).

Essas disciplinas eram lecionadas por docentes designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, sendo estes funcionários da instituição. Através dos dados apresentados por Siqueira (2010), obtidos por pesquisas realizadas pelo *Projeto Memória da Museologia no Brasil* da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é possível organizar as disciplinas que foram lecionadas na primeira edição do Curso:

Quadro 4
Distribuição das disciplinas do Curso de Museus 1932-1933

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS E CORPO DOCENTE (1932-1933)	
1º ANO - 1932	2º ANO - 1933
Disciplina: História Política e Administrativa do Brasil (período colonial) Docente: Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	Disciplina: História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade) Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Disciplina: Numismática (parte geral) Docente: Edgar de Araújo Romero	Disciplina: Numismática (brasileira) e Sigilografia Docente: Edgar de Araújo Romero
Disciplina: História da Arte (especialmente do Brasil) Docente: Joaquim Menezes de Oliva	Disciplina: Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia Docente: Gustavo Barroso
Disciplina: Arqueologia aplicada ao Brasil Docente: João Angyone Costa	-----

Fonte: SIQUEIRA, 2010, p.170.

Sobre a inauguração do Curso de Museus, o Jornal Diário da Noite informava aos leitores, no dia 03 de Maio de 1932, que a aula inaugural foi ministrada pelo Dr. Pedro Calmon com o tema *Arte tradicional brasileira - o barroco em sua adaptação ao nosso paiz* (sic), tendo como um dos presentes o Dr. Fernando de Magalhães, reitor da Universidade do Brasil (CRUZ, 2007). Na primeira edição dez pessoas foram regularmente matriculadas e dezesseis na condição de ouvintes, sendo dos inscritos três já funcionários do Museu Histórico Nacional (SIQUEIRA, 2010).

É importante salientar que em Novembro de 1932 Rodolfo Amorim Garcia foi reconduzido para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, deixando a direção para a (re)administração de Gustavo Barroso, neste momento também presidente da Academia Brasileira de Letras. Chagas (2010) observa que Barroso em nada se intimidou ao tornar o Curso de Museus uma pedra angular para a ampliação e disseminação de suas perspectivas através de futuros herdeiros, tecendo uma construção do curso que de “pai adotivo” passou a ser representado enquanto “pai biológico”, dedicando-se ao curso pela potencialidade deste tornar-se, como o próprio descreveu no relatório anual de 1941, “meio de divulgação cultural, de

propagação do culto de nossos heróis, tradições, episódios e relíquias históricas e de incentivo do patriotismo” (BRASIL, 1942, p.10).

E esse “pai adotivo” viu o curso crescer e ganhar grandes dimensões que legitimaram o Museu Histórico Nacional como uma experiência exemplar, ele próprio, como diretor, uma referência no campo dos museus e os profissionais diplomados uma fonte de conhecimentos, indispensáveis para a atuação destas instituições.

Dos dez estudantes regularmente matriculados oito se formaram em 1933 constituindo a primeira turma de *conservadores de museus* (SIQUEIRA, 2010). Uma matéria publicada no *O Jornal* em 13 de Abril de 1934 felicitava a primeira turma de formandos e a importância do Curso de Museus:

COMO SE FORMAM TECHNICOS DE MUSEUS NO BRASIL

Um importante curso de extensão universitária no Museu Histórico

[...] O Curso de Museus diplomou, até agora, uma única turma de alunos, que é a primeira que sai dos seus bancos universitários. É uma turma de “doutores” em museus!

[...] Visitando, há pouco, o Museu Histórico, tivemos ocasião de percorre-lô em companhia do professor Angyone Costa, que faz parte do corpo docente do “curso de museus” e que nos deu a propósito as seguintes informações da mais palpitante atualidade:

- O Curso de Museus foi uma das poucas realizações apreciáveis do Ministério da Educação. É um curso universitário, de extensão cultural especializada.

Prepara funcionários com a capacidade precisa para servir em museus, garantindo-lhes a preferência de nomeações para o quadro do funcionalismo daquela casa, e dá aos seus alunos, ao lado desta, outra vantagem maior: a de adquirirem uma série de conhecimentos que, em nosso país, presentemente, somente ali são professados.

[...] O Curso de Museus, nos moldes em que está esboçado interessa particularmente aos professores do ensino secundário, por isso que nos seus programas estudam-se, detalhadamente, disciplinas que os compendios didáticos pouco tratam ou de que se ocupam deixando muito a desejar quanto à eficiência da matéria ensinada.

[...] Propriamente quanto ao que se ensina ali, de um modo geral posso dizer que todas as cadeiras despertam uma viva curiosidade intelectual pela matéria nova que encerram e método de exposição adotado (O JORNAL, 13 de Abril de 1934, apud CRUZ, 2007, p.23-26).

Embora o Curso de Museus tenha conseguido ao longo dos anos se tornar uma referência para a área museológica brasileira, o corpo funcional do Museu Histórico Nacional - intimamente ligado ao curso - buscava sempre em seus artigos reafirmar a importância da figura do conservador de museus. Um exemplo desta incessante defesa é um apêndice publicado por Gustavo Barroso nos Anais do Museu Histórico Nacional impresso em 1957, mais especificamente um memorial sobre a Carreira de Conservador enviado ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1954, defendendo uma tabela de equivalência entre os conservadores de museus (níveis 12, 13 e 15) e os naturalistas do Museu Nacional (níveis 14, 16 e 18, informados como superiores). No decorrer do texto Barroso defende a nomenclatura atribuída pelo Curso de Museus, recorrendo a comparações, etimologia da palavra e verbetes em dicionários:

Para os entendidos de Museu no mundo inteiro, o título de Conservador possui incontestável prestígio. Daí a relutância dos componentes da carreira em propugnar sua mudança para designações que tem sido algumas vezes propostas: Técnico de Museus, Museólogo ou Museologistas. Tais termos nada diriam aos especialistas da Europa e das Américas, enquanto o de Conservador abre a quem usa todas as portas. [...] Qualquer léxico latino ensina que, na língua de Roma, o verbo transitivo - *Conservo* - *Conservas* - *Conservare*, quer dizer: *conservar, salvar, defender, observar, guardar, respeitar e cumprir*. O adjetivo *Conservatus* - *Conservata* - *Conservatum*, filho do particípio passado, significa: *conservado, mantido, salvo, defendido, observado e guardado*; e o substantivo *Conservator* - *Conservatoris* indica o que *conserva, salva, defende e mantém*. [...] Como definem os dicionaristas o termo em questão? Diz Mestre Larousse que *Conservador é um funcionário especializado, encarregado da guarda de certos depósitos ou da defesa de certos direitos*. Diz Mestre Maximiano Lemos que é *funcionário público encarregado de guardar e conservar um arquivo de estabelecimento específico*. E diz “Le Grand Vocabulaire Français”, na sua famosa edição de 1768: “*Conservateur - celui qui conserve. Dieu est le conservateur des choses qu’il a créés. Est aussi un titre de charge ou dignité attribué à certains officiers publics*” (BARROSO, 1957, p.231-232).

A constante valorização do conservador de museus também estava acompanhada do reconhecimento do corpo docente que ministrava as aulas do Curso de Museus. Vinão Frago (1995) aponta que a cultura escolar compõe-se de

um conjunto de aspectos institucionalizados e, um destes elementos, são os docentes, compartilhando ideias e disseminando modos de pensar. Sendo funcionários do Museu Histórico Nacional, o corpo docente do Curso de Museus era intitulado o mais qualificado para ensinar sobre a cultura brasileira, o acervo do museu e a salvaguarda de relíquias. Um dos parágrafos da matéria publicada no *O Jornal* em 13 de Abril de 1934 foi voltado só para apresentar a qualidade dos professores do curso, intitulando-os de autoridades brilhantes, esforçadas e competentes a lecionar as disciplinas que lhes cabiam:

A cadeira básica, História Administrativa do Brasil, esta a cargo de um nome que é uma autoridade na matéria, o sr. Pedro Calmon; as de Técnica de Museus e Epigrafia e Cronologia foram confiadas à brilhante e generalizada competência do sr. Gustavo Barroso; a de História da Arte Brasileira ao esforçado quão meticuloso esmerilhador das origens de nossa arte, sr. Menezes de Oliva; a de Numismática e Sigilografia ao técnico mais autorizado nesses assuntos, o sr. Edgar de Araújo Romero, em eclético, como o seu pai, o grande Silvio Romero e, finalmente, a de Arqueologia Brasileira, que recebe dos meus [João Angyone Costa] cuidados e carinhosa assistência, o máximo de atenção (O JORNAL, 13 de Abril de 1934, apud CRUZ, 2007, p.25).

Porém, cabe ressaltar que o prestígio de ministrar uma disciplina do Curso de Museus também era acompanhado de dificuldades, como distribuir a carga horária entre o cotidiano do Museu Histórico Nacional e lecionar. Ainda como agravante, como o Curso de Museus era considerado parte das atividades institucionais, os professores não eram remunerados por esta função, situação que Gustavo Barroso, enquanto diretor do museu, relatava ser uma injustiça nos relatórios anuais:

Todos os professores trabalham com dedicação e estão prestando valioso serviço à formação técnica de funcionários especializados como são os conservadores e a cultura geral do país. Mas é de desejar sejam recompensados os funcionários que, há mais de 10 anos, prestam serviços gratuitos, sem prejuízo das funções de seus cargos, lecionando em vários turnos as matérias daquele curso (BRASIL, 1943, p.5).

A falta de recompensa pelo exercício docente tornava-se cada vez mais um agravante para Barroso, que além de evidenciar esta situação passou recorrer em prol de um auxílio:

Até esta data, apesar dos esforços desta Diretoria, não foi possível obter fossem pagos esses professores que há 12 anos ensinam gratuitamente. Mais uma vez apelo para a V. Ex. no sentido de se praticar um ato de justiça (BRASIL, 1944a, p.7-8).

Em 1934 o currículo do Curso de Museus sofre uma pequena alteração curricular: a disciplina antes intitulada *História Política e Administrativa do Brasil* passa a ser denominada *História da Civilização Brasileira*. Segundo Magalhães (2004) esta alteração é significativa em relação às transformações do campo historiográfico no início do século XX, embora, na prática, o conteúdo ministrado não tenha sido modificado, evidenciando-se os grandes fatos e homens da história do País.

Quadro 5

Distribuição das disciplinas do Curso de Museus a partir de 1935

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS (a partir de 1935) - Corpo Docente de 1935	
1º ANO	2º ANO
Disciplina: História da Civilização Brasileira (período colonial) Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	Disciplina: História da Civilização Brasileira (até a atualidade) Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Disciplina: Numismática (parte geral) Docente: Edgar de Araújo Romero	Disciplina: Numismática (brasileira) e Sigilografia Docente: Edgar de Araújo Romero
Disciplina: História da Arte Brasileira Docente: Joaquim Menezes de Oliva	Disciplina: Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia Docente: Gustavo Barroso
Disciplina: Arqueologia Brasileira Docente: João Anygone Costa	-----

Fonte: SIQUEIRA, 2010, p.171.

O Curso de Museus na década de 1930, de acordo com Oliveira (2003, p.83), “contribuiu para a valorização do Museu Histórico Nacional, pois através dele, o Museu assumia uma centralidade em relação a outros museus [...], [e] legitimava a especificidade do conhecimento que estava sendo construído naquele espaço”. Ao longo desta década, 167 pessoas na modalidade matriculado e ouvinte cursaram o programa, que a cada ano se legitimava como a única formação deste gênero para o Brasil.

Ao conquistar relevância no âmbito acadêmico, o curso passou por uma estruturação física mais precisa, adotando práticas que o legitimavam enquanto local de ensino: fichas individuais de requerimento de matrículas - antes só utilizados livros de assentamentos de alunos que limitavam-se ao histórico escolar - remodelação das salas de aula com mobiliários característicos como carteiras, fichários e estantes. Em 1943, o Ministério da Educação e Saúde definiu que os diplomas fossem registrados na Diretoria do Ensino Superior (SIQUEIRA, 2010).

Assim, o Curso de Museus passou a ter “o *status* de centro educativo e cultural brasileiro” (SIQUEIRA, 2010, p.28), ganhando proporções a partir de então para além de uma formação específica voltada ao Museu Histórico Nacional, condição que trouxe como consequência modificações na dinâmica do curso, tais como alterações mais intensas na grade curricular, maior viabilidade de entrada e atividades externas ao museu.

3.3 Do Museu Histórico Nacional para o País: consolidando o Curso de Museus como matriz intelectual do campo dos museus brasileiros

Gustavo Barroso, no relatório anual de 1944, encerra os dados anuais sobre o Curso de Museus com as seguintes palavras:

A função educativa dos museus salienta-se dia a dia e os coloca no verdadeiro lugar de órgãos colaboradores na educação, e de maior importância no preparo do pessoal a que cabe a tarefa de transmitir conhecimentos ligados as suas especializações, de modo a encaminhar

jovens neste novo gênero de atividades, considerado hoje como verdadeira carreira (BRASIL, 1945a, p.3).

O início da década de 1940 foi marcado no Museu Histórico Nacional, em relação ao Curso de Museus, pelas negociações estabelecidas entre o diretor Gustavo Barroso e a Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) sobre a remodelação curricular do curso, uma vez que era iminente a necessidade de adaptá-lo a uma nova realidade: ser uma formação voltada para uma demanda de todo o Brasil. Este novo comprometimento em atender as carências dos museus brasileiros levou o curso a intensas modificações, como a formação de dois para três anos.

A transação entre ambos foi dificultosa, uma vez que Barroso não concordava com algumas propostas evidenciadas. É possível observar as negociações estabelecidas por meio de uma das correspondências emitida por Gustavo Barroso a Mário Brito, diretor do DASP, em 22 de Março de 1942 sobre o projeto de organização do curso enviada ao Museu Histórico Nacional no dia 16 do mesmo mês. De forma imediata Barroso apresenta seu posicionamento em relação à proposta recebida:

Acuso o recebimento de vossa carta [...]. Examinei-o detidamente. Acho que a nova organização atenderá na parte administrativa às finalidades do Curso de Museus, que vem funcionando sob a minha direção durante mais de dez anos, com a cooperação dos funcionários que são professores, sem nenhum provento material a lhes recompensar o esforço durante todo esse tempo. Não atenderá *in totum* à parte técnico-didática [...]. Peço perdão em manifestar-se assim no caso em apreço; mas é que continuo a defender a verdade e não quero, quando surjam críticas dos verdadeiros conhecedores de técnica de museus, que a modificação do ensino, defeituosamente feita, corra por minha conta (BARROSO, 1955, p.191-194).

O diretor do Museu Histórico Nacional buscou sustentar a declaração que o projeto enviado não atenderia a parte técnico-didática do Curso de Museus e, neste sentido, argumentou através de exemplos levantados. A primeira questão suscitada foi a tentativa de substituir nomenclaturas do currículo das matérias, operações que, segundo Barroso, foram realizadas por quem não entendia *patavina do assunto*.

Sobre este apontamento ele trouxe como situação a sugestão de trocar o termo *arquitetura* por *edifício* nas matérias. Barroso enfocou que estes conceitos possuem singularidades: “*arquitetura* é uma generalidade; *edifícios*, uma particularidade” (BARROSO, 1955, p.191), não tendo o Curso de Museus a intenção ensinar edifícios nem de formar arquitetos, mas sim qualificar o profissional no reconhecimento dos estilos arquiteturais para classificação técnica.

O segundo fator evidenciado foi a troca do tema técnico que compõe a parte geral do ensinamento especializado, *Classificação de Objetos*, pelo título *Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico*, seguido por *Inscrições e Documentos* no bloco básico - mais específica - e, finalizando, *Técnica de Museus*. Barroso informou que esta construção era didática e tecnicamente inviável, ensinando o difícil antes do fácil:

1ºano. *Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico*, isto é: Classificação Especializada de objetos, parte especializada, especializadíssima.

2ºano. *Inscrições e Documentos*, isto é, parte básica, noções básicas para aquela classificação.

3ºano. *Técnica de Museus*, parte geral, organização, arrumação, etc. (BARROSO, 1955, p.196).

De acordo com Oliveira (2003) é possível que a Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público tivesse relações com os intelectuais atuantes no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em exercício desde 1937, tendo este contato se refletido nas alterações propostas. Porém, se Barroso teve que recuar com a Inspetoria de Monumentos Nacionais por equivalência de função, as orientações para o Curso de Museus pareciam inegociáveis, pois este tinha consciência e controle do conhecimento que no Museu Histórico Nacional se produziria e repercutiria.

Tais propostas se tornaram ainda mais intoleráveis por parte de Gustavo Barroso por estarem intimamente ligadas à disciplina *Técnica de Museus*, desenvolvida e ministrada pelo intelectual, considerada por ele a espinha dorsal da formação do conservador de museus:

Sinto dizer que é de lamentar não prevaleça no caso a opinião do professor da cadeira durante dez anos e seu criador, dum técnico no assunto que pode provar de público os seus conhecimentos, que é, graças a Deus, reconhecido como tal até pelas autoridades do país [...], que tem obras publicadas a respeito, que há vinte anos classifica coleções [...], para que prevaleça a opinião de quem nunca versou, ensinou ou deu qualquer outra prova de conhecimento na matéria (BARROSO, 1955, p.193-194).

E, foi na perspectiva acalorada sobre o Curso de Museus e sua importância para os museus do País, que Gustavo Barroso realizou o terceiro apontamento na carta enviada: ser contra a possível nomeação de um técnico estrangeiro para dirigir o curso, pois, segundo ele, “um estrangeiro nunca poderá *sentir, compreender* e sobretudo amar as nossas tradições ao ponto de se tornar um professor delas. *Sem amar o Brasil, não é possível fazer a obra que se tem feito no Museu Histórico*” (BARROSO, 1955, p.196 - grifo meu).

Diante do discurso escrito Gustavo Barroso ainda se colocou disposto a reforçar sugestões que teria pronunciado em outras ocasiões: reivindicava que a disciplina *História da Civilização Brasileira* fosse intitulada *História do Brasil*, pois, de acordo com o intelectual, a nomenclatura em vigor nunca fora proposta por ele e naquele momento estaria defasada pelos estudiosos da História Pátria; alertava para que uma cadeira de *Artes Menores* não fosse criada, pois seu conteúdo programático estaria contemplado na cadeira *História da Arte*, sendo para Barroso a organização mais adequada; ainda justificando a não ocorrência das disciplinas *Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico* e *Inscrições e Documentos*, analisava como o docente destas disciplinas cairia *fatalmente no ridículo* ao não poder mais se intitular Professor de Técnica de Museus. O intelectual finalizou seu discurso com a possibilidade de até nenhuma alteração curricular ser implantada, uma vez que as propostas recebidas repercutiriam prejuízo ao ensino (BARROSO, 1955).

Porém, um posicionamento radical não foi necessário. Após ajustes graduais a reforma curricular tornou-se um dispositivo legal. Segundo Oliveira (2003) as negociações reestruturação e o registro dos diplomas pela Diretoria de Ensino Superior em 1943 encaminhou o Curso de Museus de uma formação com viés de

especialização para um curso superior, trajetória que se concretizou em 1951 pelo convênio estabelecido com a Universidade do Brasil.

Em 1944 foi instituída a primeira grande reforma do Curso de Museus através do decreto-lei nº6.689 de 03 de Julho de 1944 e da regulamentação via decreto nº16.078 de 13 de Julho do mesmo ano, tornando-o mais extenso - três anos de formação - e mais genérico ao visar atender museus de todas as regiões do País. As finalidades atribuídas revelam a perspectiva abrangente que o curso passou a adotar:

Art. 2. O Curso de Museus terá as seguintes finalidades:

- a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou instituições com finalidades análogas;
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional. (BRASIL, 1946, p.71).

A instituição do decreto-lei trouxe modificações tanto nas características administrativas quanto na didática do curso. Em relação às questões operacionais, as grandes novidades foram a criação do cargo de coordenador do Curso de Museus, cabendo a este a administração escolar do curso, tendo como superior o diretor do Museu Histórico Nacional - cargo que foi primeiramente ocupado pela conservadora Nair Moraes de Carvalho, exercendo esta função até 1967 - e a remuneração gratificada para o coordenador, o secretário e os professores.

Visando alcançar as suas finalidades, o curso passou a compreender duas partes, geral e específica, executadas em três séries. O importante diferencial é que a partir de então o ingressante cursava dois anos de assuntos gerais e, no terceiro, poderia optar por se especializar entre as seções de Museus Históricos ou Museus de Belas-Artes e Artísticos. Para contemplar esta nova demanda o curso foi assim organizado (SIQUEIRA, 2010):

Quadro 6

Distribuição das disciplinas do Curso de Museus a partir de 1944

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS (a partir de 1944) - Corpo Docente de 1944	
1º SÉRIE – Parte Geral	2º SÉRIE – Parte Geral
Disciplina: História do Brasil Colonial Docente: Gustavo Barroso	Disciplina: História do Brasil Independente Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Disciplina: História da Arte (parte geral) Docente: Anna Barrafatto	Disciplina: História da Arte Brasileira Docente: Joaquim Menezes de Oliva
Disciplina: Numismática (parte geral) Docente: Edgar de Araújo Romero	Disciplina: Numismática Brasileira Docente: Edgar de Araújo Romero
Disciplina: Etnografia Docente: Diógenes Vianna Guerra	Disciplina: Artes Menores Docente: Jenny Dreyffus
Disciplina: Técnica de Museus (parte geral) Docente: Gustavo Barroso	Disciplina: Técnica de Museus (parte básica) Docente: Gustavo Barroso
GRADE CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS (a partir de 1944) - Corpo Docente de 1944	
3º SÉRIE – Parte Especial <i>Opção: Seção de Museus Históricos</i>	3º SÉRIE – Parte Especial <i>Opção: Seção de Museus Artísticos ou de Belas Artes</i>
Disciplina: História Militar e Naval do Brasil Docente: Gustavo Barroso	Disciplina: Arquitetura Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Disciplina: Arqueologia Brasileira Docente: Diógenes Vianna Guerra	Disciplina: Pintura e Gravura Docente: José Francisco Félix de Mariz
Disciplina: Sigilografia e Filatelia Docente: Jenny Dreyffus	Disciplina: Escultura Docente: Anna Barrafatto
Disciplina: Técnica de Museus (parte aplicada) Docente: Gustavo Barroso	Disciplina: Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular Docente: Diógenes Vianna Guerra
-----	Disciplina: Técnica de Museus (parte aplicada) Docente: Gustavo Barroso

Fonte: SIQUEIRA, 2010, p.175.

A partir da estrutura curricular que entrou em vigência por mais de vinte anos (até 1966) é possível observar as conquistas tanto de Gustavo Barroso como da Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) na negociação do ensino a ser conferido pelo Curso de Museus.

O intelectual conseguiu, após seus argumentos, que o termo *Arquitetura* se mantivesse na disciplina ao invés de *Edifício*; que a disciplina *História da Civilização Brasileira* fosse intitulada *História do Brasil Colonial e Independente*; e, principalmente, que as possíveis disciplinas *Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico* e *Inscrições e Documentos* não fossem implantadas, sendo contempladas pela disciplina *Técnica de Museus (parte geral, básica e aplicada)*, segundo Barroso, a proposta de ensino especializado mais coerente com a especificidade do profissional a ser formado pelo curso.

Em contrapartida, o DASP manteve a criação da disciplina *Artes Menores* na segunda série e a possibilidade de contratação de professores estrangeiros especialistas em Museologia, porém mediante indicação do coordenador e aprovação do diretor do Museu Histórico Nacional, ou seja, passando naquele momento pelo crivo de Barroso.

Ainda em relação à estrutura curricular, cabe destacar a observação realizada por Mário Chagas em relação à nova disciplina *Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular*, ofertada aos estudantes que desejavam se especializar em Museus Artísticos ou de Belas Artes. Segundo o autor (2009, p.103) esta disciplina não ia contra o “caráter conservador, elitista e aristocrático do Curso de Museus”, ao contrário, autenticava as lições que Barroso considerava emergenciais no quadro museal brasileiro, posição registrada na proposta do intelectual por um Museu Ergológico Brasileiro, como já citado.

De acordo com Siqueira (2010) para ser admitido no Curso de Museus os candidatos necessitavam passar por um exame vestibular, contendo provas dissertativas sobre História Geral, História do Brasil, Geografia do Brasil e tradução de textos em duas línguas estrangeiras a escolher entre francês, inglês, alemão e italiano. Além destas provas, era necessário apresentar atestado de idoneidade moral com firma reconhecida, carteira de identidade, certificado de reservista, e

quatro retratos 3x4cm. Este procedimento era obrigatório tanto para os regularmente inscritos como os participantes ouvintes ou avulsos – os que selecionavam cadeiras específicas.

Os estudantes regularmente inscritos poderiam, segundo o decreto nº 16.078, fazer disciplinas que não eram de sua especialidade, desde que não ocorresse conflito de horário. Para passar de série, o matriculado precisava obter nota igual ou superior a 60 pontos no conjunto de disciplinas cursadas e nota mínima de 50 pontos por matéria. De acordo com o documento eram adotados como meios de ensino:

Art. 14. Na execução dos programas, conforme o assunto, serão adotados como meios ensino: - preleções, arguições, exercícios de aplicação, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário, projeções luminosas sobre coleções de museus ou particulares, excursões a pontos do país, onde haja preciosidades históricas e artísticas, visitas a museus, ou quaisquer outros meios próprios para o ensino das respectivas disciplinas (BRASIL, 1946, p.78).

Além das propostas evidenciadas por Gustavo Barroso, três novas ações realizadas - duas diretamente relacionadas à reforma de 1944 - potencializaram o ensino do Curso de Museus, importância conferida aos conservadores de museus e a percepção do Museu Histórico Nacional como um dos museus de referência enquanto matriz intelectual do campo dos museus brasileiro.

A primeira ação foi a regulamentação do aluno bolsista que, segundo Sá (2006), existia informalmente desde 1942, em caráter experimental, com a inscrição de Lilah Pinho Saba, estudante da Bahia (SIQUEIRA, 2010). A possibilidade de ceder bolsas de estudos passou a ser prevista no decreto-lei nº6.689 sobre a organização do curso:

Art.7. Poderão ser concedidas, anualmente, bolsas de estudo destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre os servidores estaduais e municipais, com o exercício em museus históricos ou de belas-artes (BRASIL, 1946, p.72).

De acordo com as palavras de Sá (2006) os bolsistas eram “recrutados” nos Estados em que atuavam, tendo como um dos principais critérios ser do corpo funcional do Município, do Estado ou do âmbito Federal. Ao serem selecionados, ganhavam bolsa para frequentar os três anos de vigência do curso. A criação desta modalidade de estudante era estratégica: visava que estes profissionais tivessem um significativo desempenho na organização e acompanhamento dos museus de todo o País, em especial os de caráter regional. Siqueira (2010, p.33) analisa como era organizada a distribuição das bolsas de estudo:

Normalmente, os bolsistas eram indicados pelo Governador do Estado a que a bolsa foi atribuída e, uma vez matriculados no Curso, aprenderiam as “técnicas” corretas de como organizar museus, colocando em prática estes ensinamentos ao retornarem aos seus Estados.

O Diretor do MHN, no uso de suas atribuições legais, enviava aos governadores dos Estados ofício de oferecimento de bolsas de estudos no MHN. Estes bolsistas estariam isentos do exame de vestibular, dispensados da apresentação do certificado de conclusão do Curso Clássico ou Científico, e, além disso, receberiam passagens de ida e volta aos seus Estados de origem e uma mensalidade durante os três anos de duração do Curso. No entanto, perderiam direito a este último benefício, caso fossem reprovados em qualquer uma das disciplinas.

Contabilizando do período da regulamentação do aluno bolsista, em 1944, até o término da direção de Gustavo Barroso, em 1959, foram concedidas 50 bolsas para diferentes Estados brasileiros²¹ (Anexo B), prática que se manteve, porém com menor intensidade na década de 1960 - cedendo bolsa, por exemplo, para um estudante argentino em 1967, última bolsa aberta pelo curso.

Uma segunda significativa ação que possibilitou a disseminação do reconhecimento da formação e autoridade do conservador de museus foram as excursões de estudo realizadas pelo Curso de Museus.

²¹ De 1944 até 1959 o Estado que obteve maior concessão de bolsas foi a Bahia, com onze conferidas. O segundo Estado foi o Rio Grande do Sul, com sete bolsistas ao longo deste período. Destas vagas cinco estudantes completaram o curso: Yedda Teixeira de Oliveira, Almerinda Veríssimo Corrêa, Maria José Soares Daudt, Julieta Pinto Sá Brito e Olga Gudolle Cacciatore. Duas inscritas não o finalizaram: Ritta Gomes Soares e Janina Armando de Azevedo.

As excursões foram previstas no decreto de regulamentação nº16.078 como prática de ensino. Sá (2006) analisa que a organização das excursões eram complexas, sendo a programação planejada pelo diretor do Museu Histórico Nacional, a coordenadora do Curso de Museus, os docentes e os próprios estudantes. Ao decidirem qual(is) cidade(s) do País seria(m) visitada(s), a secretaria do curso passava a reservar hospedagem, alimentação, visitas, conferências, além de entrar em contato com autoridades, diretores de museus, representantes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), anunciando a ida e resolvendo trâmites burocráticos. Sobre a organização, o pesquisador descreve:

Elaborava-se um programa detalhado com datas, horários e locais de visitação. Normalmente, as excursões duravam cerca de oito dias, sendo visitadas várias cidades próximas. Na gestão de Gustavo Barroso, diretor do MHN até 1959, as excursões foram mais frequentes, graças ao seu prestígio junto aos órgãos públicos (SÁ, 2006, p.17).

Participavam como integrantes das excursões o diretor do Museu Histórico Nacional, a coordenadora do Curso de Museus, alguns dos docentes - com destaque para os que ministravam disciplinas da especialização de museus artísticos ou de belas-artes - e estudantes de todas as séries, bem como os recém-formados. Gustavo Barroso participou de quase todas as excursões de sua gestão.

As visitas eram anuais. Do período de 1945 a 1959 o Estado que teve mais excursões de estudo foi Minas Gerais, com oito visitas (Anexo C). Este é um dado que, como a disciplina de *Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular* não é estranho à primeira vista, pois corrobora as lições que Gustavo Barroso almejava propagar para os estudantes: neste caso, Minas Gerais era um território a ser salvaguardado pelas ricas relíquias e tradições do nosso País, espaço ideal para colocar em prática o Culto da Saudade. Esta tendência já tinha sido colocada em prática por meio das ações da Inspeção de Monumentos Nacionais, que teve seus trabalhos encerrados em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porém, havia um esforço por percorrer diferentes regiões do País contemplando seus conjuntos históricos ou artísticos, indo do Norte e Nordeste (excursão de 1955 ao Pará, Amapá e Ceará) ao Sul (excursão de 1957 ao Rio

Grande do Sul), por exemplo. Sá (2006, p.18-19) descreve como se caracterizavam as excursões:

Visitavam-se museus, igrejas, sítios históricos, arqueológicos e naturais, bem como grupos folclóricos, sempre com preleções do diretor e dos professores. Conforme as reminiscências de D. Ecylla Castanheira Brandão, participante como formanda da excursão a Santa Catarina, em 1953, após viagem, os alunos deveriam apresentar um relatório completo da excursão demonstrando o conhecimento adquirido sobre as cidades, os museus e acervos visitados. [...] As excursões tiveram um papel importantíssimo no Curso de Museus na medida em que proporcionavam aos alunos e graduandos uma vivência prática com o patrimônio cultural, correspondendo a uma verdadeira *descoberta do Brasil*.

Pouca documentação é conhecida até então sobre estas excursões, segundo Siqueira (2010, p.38) “somente as de 1945, 1953 e 1960, possuem referências documentais no Arquivo Institucional do MHN e no Núcleo de Memória da Museologia no Brasil”. Porém, as pesquisas realizadas pelo coordenador do referido núcleo, prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, viabilizaram a organização das memórias registradas de Geraldo Patiaguary, um dos alunos que participou da primeira excursão de estudos realizada pelo Curso de Museus, em Minas Gerais, no ano de 1945, tendo como ênfase a cidade de Ouro Preto. Pelos escritos é possível mapear alguns monumentos visitados, como a Casa dos Contos, a Praça Tiradentes, a Matriz do Pilar, por exemplo. Suas memórias nos aproximam do clima das excursões, um misto de atividade didática e turística:

São José

Logo abaixo de São Chico (São Francisco de Paula), encontramos a interessante Igreja de São José, onde descansamos, carregados de panelas de pedra-sabão e “pedras cheias de ouro”, compradas pelo caminho, perto da Igreja de Antônio Dias.

No adro da Igreja, descansamos, para empreender a subida até São Chico. A Igreja é de uma só torre, com um alpendre de muito efeito.

Diogo Vasconcelos chama-a de *pequena*, mas *poética igreja* e acha *esplêndido* o frontispício com a torre e o terraço de balaustradas de pedra azulada, que dá-lhe, *a padrao da cidade, o mais gracioso aspecto*.

Já existia em 1731. É antiquíssima, o que provam seus altares de tábuas lisas, sem embargo de duas laterais, trazidas de outras capelas menores. “Verdadeiras joias de entalhamento, um mimo de escultura antiquíssima, parecendo um bordado de agulha, tão delicada e pura que é” (Diogo Vasconcelos).

E não vimos isso... A Igreja estava trancada... [...] (PITAGUARY, 2006, p.65).

A terceira ação de grande impacto na década de 1940, que envolvia principalmente o Museu Histórico Nacional, mas indiretamente se relacionava com o Curso de Museus foi a concretização dos Anais do Museu Histórico Nacional, já mencionado anteriormente. O artigo 38 do decreto de criação do museu nº 15.596 de 1922 previa os Anais e seu conteúdo, contemplando catálogos, monografias históricas, conferências e preleções, porém o periódico se efetivou somente em 1940, com impressão em 1941, chegando ao público em 1942.

De acordo com Magalhães (2006), os volumes dos Anais tornaram-se um órgão de divulgação das atividades de pesquisa desempenhadas pelo museu, apresentando os trabalhos realizados sobre os acervos, as biografias de “vultos ilustres”, de fatos históricos:

A disciplinarização das técnicas de museus dava credibilidade ao trabalho historiográfico na montagem das exposições, pois adequava-se ao regime de historicidade que vigorava na época, ou seja, preocupado com a pesquisa empírica, feita a partir de fontes autênticas e voltadas para a comprovação da verdade de como os fatos aconteceram efetivamente. Nessa perspectiva, a preocupação com a objetividade e a imparcialidade é muito presente nos trabalhos publicados nos Anais, que costumam conferir ao objeto toda a capacidade de falar sobre o passado (MAGALHÃES, 2006, p.84).

Os volumes dos Anais, além de ser uma publicação propagadora dos conceitos e ideias veiculadas no Museu Histórico Nacional, também se tornaram um material de referência para o Curso de Museus, sendo os artigos exemplo da prática museológica. Por mais que em 1922 nos Anais fosse previsto publicações de funcionários e estranhos, foi o corpo funcional técnico, e conseqüentemente docente, que se apropriou desta ferramenta de propagação de discursos. Como Magalhães (2006) evidencia, ao ler os artigos é possível observar que cada

conservador se especializava em uma área e sempre escrevia sobre esta especialidade:

[...] Edigard Romero, Alfredo Solano de Barros, Fortunée Levy e Dulce Ludolff escreviam Numismática; Agyone Costa, Arqueologia; Meneses de Oliva, Arte e Iconografia; Jenny Dreyfus, Heráldica; especialmente porcelanas brasonadas; Herculano Matias, documentação dos séculos XVIII e XIX; Sigrid Porto de Barros, armaria e educação em museus; Clóvis Bornay, biografia (MAGALHÃES, 2006, p.85).

Em relatório especial, sobre as atividades do período de 1930 a 1944, Gustavo Barroso evidenciou a importância dos Anais como “interesse para a coletividade e para os estudiosos das coisas do nosso passado, suscitando no País mais viva curiosidade pela cultura histórica do Brasil” (BRASIL, 1944[?]b, p.5-6), utilizando como justificativa as solicitações de remessas e agradecimentos pelo envio do primeiro volume, além dos termos elogiosos sobre a iniciativa dita por ele acertada do Museu Histórico Nacional, despertando “viva curiosidade pela cultura histórica de nosso País” (BRASIL, 1944a, p.3).

Embora também tenha sido um instrumento de enaltecimento das ações promovidas por Barroso - mesmo não sendo permitido por normas “elogios a qualquer personalidade viva” (BARROSO, 1997, p.289) - os Anais foram um valioso veículo impresso que amparou pesquisas e discursos dos técnicos e docentes do Museu Histórico Nacional, evidenciando um trabalho competente por parte destes pesquisadores que o potencializaram como periódico de caráter científico da área museológica. No relatório de atividades anuais do ano de 1948, Gustavo Barroso apresenta trecho de uma reportagem da *Revista do Comércio* sobre o IV volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, evidenciando sua importância não só para os estudiosos de museus, mas sim para qualquer pessoa interessada pelos bens culturais do País:

Mais um volume dos Anais do Museu Histórico Nacional está publicado; é o quarto volume e se refere a 1943. Muito embora o atraso com que vem sendo publicado este anuário, é fora de dúvida a importância que tem para os estudiosos da história nacional. Suas páginas inserem excelentes matérias, abordando problemas do mais vivo interesse acerca da história militar, social, artística e financeira (REVISTA DO COMÉRCIO, 1948[?], apud BRASIL, 1949, p.II-III).

Conforme Moreira (2006) analisa, os artigos produzidos contribuíram para legitimar a história contada a partir da cultura material, construindo uma escrita de valorização do pioneirismo do Museu Histórico Nacional, do valor dos objetos da Casa do Brasil, da relevância do conservador de museu, produzindo tanto uma memória da instituição como a disseminação de um perfil científico às experiências museológicas.

De acordo com Chartier (2011, p.16), “[...] não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação”. Desse modo, é possível identificar a construção de uma representação do Museu Histórico Nacional como matriz intelectual dos museus, tendo sido o Curso de Museus forte instrumento de sustentação desta função educativa. Para isto, representações e práticas próprias do curso e da instituição foram desenvolvidos para dotar-lhe de *status* e poder, construindo esta imagem por meio de adesão dos alunos e profissionais da área, atuando como multiplicadores do pensamento do corpo docente e, conseqüentemente, funcional do museu (CHARTIER, 2011).

Esse capítulo buscou apresentar o potencial educativo do Museu Histórico Nacional, levando em consideração a premissa de que os museus possuem uma dimensão educativa e, conseqüentemente funções que autenticam este viés (PEREIRA, 2010). No caso da referida instituição, esta preocupação esteve voltada ao discurso cívico-pedagógico, valorizando o museu enquanto guardião e propagador da memória nacional.

Para legitimar esse caráter educativo, o corpo funcional do Museu Histórico Nacional executou diversas frentes de ação que legitimaram a instituição com o título de Casa do Brasil: a constituição das coleções, as exposições de longa e curta duração *in loco* e em outros espaços, o crescente planejamento do acompanhamento dos conservadores do museu às visitas escolares e de pessoas ilustres, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, a pesquisa de acervos e os Anais do Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus.

O último exemplo, do Curso de Museus, foi extremamente significativo e singular na história do Museu Histórico Nacional e da Museologia brasileira, pois a

execução deste projeto idealizado desde 1922, mas só efetivado dez anos depois como projeto vinculado ao museu, corroborou na criação de uma matriz intelectual do campo dos museus, tornando-se um centro de formação de profissionais habilitados a atuar em um campo até então desprovido de corpo funcional especializado, demanda que passou a ser desejada por museus de todo o País disseminando, conseqüentemente, concepções e posicionamentos diretamente relacionados ao Museu Histórico Nacional.

No período de 1932 a 1959, o Curso de Museus diplomou 288 conservadores de museus (Apêndice F), tendo estudantes de diferentes regiões do País – principalmente quando na reforma de 1944 passaram a conceder bolsas de estudo. De acordo com Sá e Siqueira (2007), as primeiras turmas tinham um maior número de inscritos do sexo masculino, situação que se inverteu a partir de 1938, quando as mulheres passaram a compor o quadro majoritário de ingressantes. Um dos argumentos trabalhados pelos autores é a independência feminina por meio do trabalho, fato que se torna expressivo durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando as mulheres passaram a desejar outras profissões que o magistério, sendo o Curso de Museus uma interessante opção porque era considerada uma “formação elegante, [...] com o objetivo de obter ‘lastro’ cultural” (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.21).

A disseminação didática proferida na formação de padronizações de atuação no campo dos museus ganhou, pela consolidação do Curso de Museus, não só força por cursá-lo, mas também através das publicações que passaram a ser produzidas, como monografias, livros e manuais de ensino. Destes, um tem grande destaque por ser considerado o cerne da formação do conservador de museu: os volumes I e II do livro *Técnica de Museus*, escrito por Gustavo Barroso. Além das produções de docentes, os estudantes formados, ao ingressarem em instituições também passaram a colaborar na disseminação de temáticas sobre o campo dos museus, tornando-se também referências da área em todo o Brasil.

No próximo capítulo serão analisadas diversas produções, do docente Gustavo Barroso e diplomados que fortificaram a formação promovida pelo Museu Histórico Nacional enquanto matriz intelectual do campo dos museus, produções que tem como ponto comum a evocação do caráter educativo dos museus.

**O CARÁTER EDUCATIVO
DOS MUSEUS EM CENA:**

**de uma obra didática do Curso de Museus às
produções intelectuais sobre educação em museus**

O Curso de Museus esteve, ao longo de sua consolidação, ancorado em diversas publicações que reforçavam as temáticas estudadas, apresentavam as pesquisas mais atualizadas do corpo docente e analisavam os principais debates entre os autores nacionais e estrangeiros do campo dos museus. Entre as obras, uma se destacou por tratar de temas considerados específicos da área museológica, tornando-se uma referência entre os museus brasileiros: o livro *Introdução à Técnica de Museus*, do diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso. Neste capítulo, será não só investigado a organização didática da obra, mas também como ela fundamentou e provocou novos discursos na área, em especial sobre educação em museus, a partir de três livros publicados em 1958 por diplomados do Curso de Museus.

Ao destacar as diferentes abordagens desses autores salienta-se, em relação ao caráter educativo dos museus, uma crescente aproximação entre o campo dos museus e a Educação, compreendendo a instituição museológica de um espaço aberto ao público a agente de desenvolvimento, sendo indícios de uma perspectiva museológica que terá fôlego nos anos de 1970.

4.1 A palavra ganha força: o livro *Introdução à Técnica de Museus* como legitimador da produção científica e do profissional conservador de museus

No ano de 1956, no Jornal do Comércio, uma matéria foi publicada apontando um novo cenário que se constituía no País: o desenvolvimento dos museus. Trazendo como assunto principal a associação *do Conselho Nacional de Educação com a Semana Internacional dos Museos* [sic], apontou que os museus brasileiros ganhavam destaque e amplitude a cada ano ao executarem seus deveres de pesquisa e difusão de estudos e acervos, trabalhando na missão de ser uma *educação continuativa* (DESENVOLVIMENTO, 1956).

Em consequência dessa associação, era determinada a *Semana Internacional de Museus* no Brasil, sendo idealizada pelo *Conselho Nacional de*

Educação com uma das ações que corroboravam para difundir diversos propósitos previstos pelo órgão:

- 1º) Sejam os museus considerados a instituição do século, cabendo-lhes a tarefa da renovação permanente da cultura e da continuação da educação popular;
- 2º) Desenvolvam-se, nos museus, os setores de pesquisa e difusão cultural, com os desdobramentos de laboratórios, cursos, publicações, biblioteca, filмотeca e outros elementos de cultura e expansão de conhecimentos;
- 3º) Atribuem os Poderes Públicos a museus oficiais e particulares verbas e subvenções, capazes de imprimir-lhes a todos impulso decisivo;
- 4º) Seja fixada, dentro da percentagem constitucional atribuída às despesas de “educação e cultura” a cota destinada ao desenvolvimento dos Museus;
- 5º) Instalem-se, ao lado dos museus originários, os museus didáticos, constituídos apenas de reproduções e miniaturas, com acentuada função didática sobre o povo;
- 6º) Multipliquem-se os museus escolares, sobretudo como formadores do hábito de associar o uso dos museus aos estudos comuns. (DESENVOLVIMENTO, 1956, [snt]).

A imprensa apontava em meados do século XX que os museus brasileiros - ainda que a maioria ainda não atingisse a organização desejada - eram instituições em pleno desenvolvimento, alcançando níveis de complexidade nunca antes vistos. Alguns jornais atribuíam esta nova dinâmica a um responsável: o Curso de Museus.

Um exemplo é o Jornal Folha de Minas que, em Outubro de 1956, publicou uma matéria intitulada “Museu na ordem do dia”; como conteúdo, a importância do curso como uma formação que estava *forneendo* funcionários para todo o País, fato digno de nota segundo a reportagem. Com característica propagandista, características do Curso de Museus eram descritas para o leitor, tendo como enfoque as disciplinas lecionadas. Entre as apresentações estava a disciplina Técnica de Museus, considerada pela reportagem uma das mais importantes do currículo (MUSEUS, 1956).

Essa observação não era um apontamento deduzido pelo jornal, ao contrário, era uma evidência muito clara para todos que estavam envolvidos com o Curso de Museus. Em todo o processo de aperfeiçoamento do ensino promovido, movimento

que implica revisões e reformas curriculares, a disciplina Técnica de Museus se manteve ao longo destas transformações como o grande propósito e diferencial desta formação.

Conforme visto anteriormente, foi sugerida pela Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para a reforma da década de 1940 a substituição dessa disciplina, lecionada nas primeiras turmas junto à Epigrafia e Cronologia, situação fortemente recriminada pelo diretor e então docente da disciplina Gustavo Barroso. Quando foi instituído o novo currículo em 1944, ao invés de ser removida, esta ganhou mais força, passando a ser lecionada nos três anos de formação com as derivações parte geral, parte básica e parte aplicada. Sobre como as disciplinas caracterizam seus cursos, Vinão Frago (1995, p.66) analisa:

Las disciplinas académicas no son entidades abstractas. Tampoco poseen una esencia universal o estática. Nacen y evolucionan, surgen y desaparecen; se desgajan y se unen, se rechazan y se absorben. Cambian sus contenidos; también sus denominaciones. Son espacios de poder, de un poder a disputar; espacios que agrupan intereses y agentes, acciones y estrategias. Espacios sociales que se configuran en el seno de los sistemas educativos y de las instituciones académicas con un carácter más o menos excluyente, cerrado, respecto de los aficionados y profesionales de otras materias, y, a la vez, más o menos hegemónico en relación con otras disciplinas y campos. Devienen por ello, con el tiempo, coto exclusivo de unos determinados profesionales acreditados y legitimados por la formación, titulación y selección correspondientes, que pasan, de este modo, a controlar la formación y acceso de quienes desean integrarse en los mismos.

Ao tentar defender a permanência da disciplina na reforma curricular da década de 1940 seu idealizador, Gustavo Barroso, em carta enviada ao Departamento Administrativo do Serviço Público em 1942 apresentou a disciplina e seu programa de ensino, justificando-as como essenciais para o Curso de Museus.

Ele sempre deixou evidente que a disciplina Técnica de Museus foi concebida por ele, a partir de longas pesquisas de referências estrangeiras. A partir dos estudos realizados, Barroso desenvolvia conteúdos específicos para a necessidade dos museus brasileiros. Um exemplo de referencial teórico apropriado pelo intelectual foram as produções desenvolvidas pelo *Office International des Musées*

(OIM), órgão internacional criado em 1926 que antecedeu o Conselho Internacional de Museus (ICOM), tendo por objetivo disseminar assuntos de importância para o campo dos museus por meio da organização de intercâmbios, congressos e publicações (UNESCO, 2012).

O *Office International des Musées* era vinculado ao *Institut International de Cooopération Intellectuelle* (percussora da UNESCO) e, conseqüentemente, supervisionada pela Sociedade das Nações. Ficou reconhecido pela edição da *Revista Museion* que, embora impressa somente em francês, tinha a finalidade de divulgar práticas museológicas de museus de vários países, e a publicação em 1935 do livro *Muséographie: architecture et aménagement des musées d'art*, em dois volumes, com trabalhos de uma conferência de especialistas sobre museografia que ocorreu em Madrid, na Espanha, no período de 28 de Outubro a 04 de Novembro de 1934 (CRUZ, 2008).

O Curso de Museus foi criado no período de trabalhos do *Office International des Musées* e, sendo o escritório uma referência no âmbito dos museus na década de 1930, Gustavo Barroso teve uma forte aproximação com o conteúdo propagado, em especial pelo livro *Muséographie: architecture et aménagement des musées d'art*. Esta obra totalizava 526 páginas, sendo o primeiro volume dedicado a questões arquitetônicas - luz, espaço, montagem de exposição - e o segundo, a gestão de acervos. Considerado uma obra rara, o Projeto Memória da Museologia no Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) possui o segundo volume desta publicação, o que permite observar os principais debates do período: crescimento das coleções; material para exposição dos acervos; numeração e etiquetagem de coleções; problemas específicos sobre coleções de escultura, arte decorativa e industrial, etnografia e arte popular, gráficas e pré-históricas, tais como conservação, restauração, técnicas e estética, acondicionamento, catalogação, entre outras características do acervo (OFFICE INTERNATIONAL DES MUSÉES, 1935).

A partir das explicações de Gustavo Barroso sobre a disciplina, é possível analisar a organização do ensino sobre o conteúdo museográfico aplicado no Curso de Museus. A parte geral - relativa à primeira série - previa apresentar os serviços

dos museus aplicados a qualquer instituição, envolvendo conteúdos de organização e arrumação, por exemplo. Na segunda série, a parte básica tinha por proposta trabalhar noções que contribuíssem para o preparo técnico do conservador de museus, com ênfase em ciências como cronologia, epigrafia, iconografia. Na última série, ambas as especializações ofertadas tinha a disciplina como obrigatória, com o objetivo de ensinar ao estudante a aplicação teórica, pormenorizada, da classificação de acervos. Em texto Barroso afirmou: “Não é possível classificar o que não se conhece” (BARROSO, 1955, p.192) e, nesta perspectiva, era indispensável obter noções de diversas possibilidades de coleções. O próprio intelectual apresentou como idealizava a organização do conteúdo de ensino desta disciplina:

Quadro 7

Distribuição do conteúdo da disciplina Técnica de Museus

CURSO DE MUSEUS – DISCIPLINA TÉCNICA DE MUSEUS		
<i>Série</i>	<i>Organização</i>	<i>Conteúdo/ Noções de</i>
1º ano	Parte Geral	Organização de museus Arrumação de museus Classificação de objetos Catalogação de objetos Restauração de objetos e monumentos (princípios gerais)
2º ano	Parte Básica	Cronologia Epigrafia Paleografia Diplomática Bibliografia Iconografia
3º ano	Parte Especializada	Heráldica Bandeiras Condecorações Armaria

3º ano	Parte Especializada	Arte Naval Viaturas Arquitetura Mobiliário Indumentária Cerâmica e cristais Ourivesaria, prataria e bronzes de arte Instrumentos de suplício Mecanismos
--------	---------------------	---

Fonte: BARROSO, 1955, p.194-195.

Segundo Barroso, o ensino dessa disciplina não poderia ser ministrado com *luxo de erudição*, mas sim a partir do conhecimento de um conservador de museus, capaz de apresentar um objeto e dizer o que é, sendo as lições conferidas por meio da apresentação dos acervos e as minúcias das fichas de classificação, instruindo noções para fins de classificação (BARROSO, 1955).

E, por meio dos estudos que realizava, do conhecimento adquirido no Museu Histórico Nacional e na prática docente, ele se tornou um especialista em Museologia e Museografia. A partir destas experiências, publicou em 1946 o livro *Introdução a Técnica de Museus*, considerado por longo tempo a maior referência sobre o tema no Brasil. Composto por dois volumes buscava, segundo o intelectual, compilar um vasto conhecimento trabalhado na disciplina Técnica de Museus, conteúdo que “nunca foi compendiada numa obra didática e sempre existiu esparsa, sem conveniente sistematização” (BARROSO, 1951, p.3). Essa publicação é um registro que possibilita a aproximação com o cotidiano do curso, tendo como diretriz os conteúdos especializados ministrados, visando à capacitação das habilidades profissionais.

De acordo com o próprio autor, não era objetivo do livro apresentar novidades, invenções ou mesmo estudos aprofundados sobre um tema em específico; a intenção era expor a complexidade dos conhecimentos necessários

para ser um *verdadeiro* conservador, iniciando o aluno na escolha de sua especialização no campo dos museus (BARROSO, 1951).

O primeiro volume do livro foi publicado em 1946 e, o segundo, no ano seguinte. Na década de 1950 foram reeditados, pois a primeira impressão se esgotou. Nos relatórios anuais Gustavo Barroso descreveu a boa receptividade da publicação pela defesa das relíquias do Brasil, destacando como exemplo, no relatório de 1948, uma matéria publicada pela Revista do Comércio:

TÉCNICA DE MUSEUS

Em edição do Museu Histórico Nacional vem de ser publicado o segundo volume da *Introdução a Técnica de Museus*, do Sr. Gustavo Barroso, diretor daquela instituição oficial. Este volume é dedicado a parte especializada dos assuntos sobre heráldica, bandeiras, condecorações, armaria, arte naval, viaturas, arquitetura, indumentária, mobiliário, cerâmica e cristais, ourivesaria, prataria e bronzes artísticos, máquinas e instrumentos de suplício.

Eruditos os temas que aborda, o Sr. Gustavo Barroso estuda, com minudência muitas vezes, cada um desses setores num volume em que se estende por quase quinhentas páginas, enriquecidas de farto material fotográfico - magnífica documentação a cerca dos problemas examinados. Decorrendo sempre a história, faz um retrospecto de cada um dos setores estudados, e que contribui para mais valorizar o volume onde se encontram, na realidade, verdadeiras aulas de história, de técnica, de análise a cerca de mobiliário, indumentária, viaturas, arquitetura, bandeiras, etc.

Trata-se evidentemente de volume de grande utilidade não apenas para os estudantes da técnica de museu, mas, de mesmo modo, para os estudiosos da história. Os ensinamentos que em suas páginas se encontram são de utilidade indiscutível, merecendo, por tudo isso, a publicação dessa *Introdução a Técnica de Museus*, os melhores aplausos e os mais calorosos louvores (REVISTA DO COMÉRCIO, 1948, apud BRASIL, 1949, p.X).

Ao analisar a publicação *Introdução a Técnica de Museus*, Chagas (2009) aponta que Gustavo Barroso tinha consciência de que o livro que produziu era uma obra didática que teria rapidamente uma grande adesão - a iniciar pelos próprios estudantes do Curso de Museus que o utilizavam como manual de ensino - tornando-se referência básica para instituições de todo o País e, conseqüentemente,

sendo estimulador de um profissional com perfil detalhista, metucioso e enciclopédico com propósito de salvaguardar as relíquias e episódios singulares do passado.

Os dois volumes publicados correspondiam às três etapas da disciplina Técnica de Museus. O primeiro livro, financiado pelo Ministério da Educação e Saúde, abrange as temáticas abordadas na primeira e segunda série do Curso de Museus - parte geral e básica; o segundo volume, impresso pelo Ministério da Educação e Cultura, compreende a terceira série, com a parte especializada. Ao observar esta organização, percebe-se a forte aproximação com o livro *Muséographie: architecture et aménagement des musées d'art*, também constituído em duas partes, uma com temáticas comuns a todos os museus e outra sobre gestão de coleções específicas.

O autor inicia seu livro partindo de quatro conceitos observados por ele como essenciais para área, buscando defini-los. O primeiro termo abordado é *museu*, no qual apresenta a etimologia da palavra e suas aplicações ao longo da história, evidenciando que a partir do Museu do Louvre se estabeleceu uma forte relação associativa entre coleção e museu. Por *museografia* compreende a descrição de um museu, sendo o museógrafo o responsável por esta atividade. A palavra *museologia* é apresentada como um termo recente, sendo o estudo científico de tudo o que se refere a museus englobando, inclusive, a museografia. Por *técnica de museus* define “o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu, [...] ensinamentos que se precisa imprescindivelmente saber para trabalhar num museu e poder dirigi-lo” (BARROSO, 1951, p.5-7). Cabe destacar que o autor ressalta que todo o livro é baseado no conteúdo da disciplina do Curso de Museus e, conseqüentemente, fundamentado no acervo em salvaguarda no Museu Histórico Nacional.

A parte geral da técnica de museus é compreendida em quatro fatores: organização, arrumação, catalogação e restauração de monumentos e objetos. Didaticamente, Gustavo Barroso apresenta em cada um destes requisitos prioridades indispensáveis para o funcionamento de um museu exemplar.

Segundo o autor, a organização do museu é uma determinação imprescindível para o bom gerenciamento da instituição. É interessante destacar que as competências administrativas, técnicas e serviços gerais - tais como definição de decretos e leis de criação, da finalidade do museu, do quadro de funcionários e suas atribuições, de recursos financeiros, por exemplo - são compreendidas para que se alcance um grande objetivo: tornar conhecido o que o museu possui, desenvolvendo as *facilidades* que o museu puder oferecer para promover a relação entre público e acervos.

O público, aliás, aparece recorrentemente na escrita de Barroso, tendo o museu o importante papel de estabelecer um entrosamento que incentive “a cultura, o gosto, o amor à arte, o culto das tradições” (BARROSO, 1951, p.25), evidenciando que os museus norte-americanos até mencionavam o *provocar o público* como um desempenho a ser almejado pelas instituições museológicas. Mas é importante destacar, como Chagas (2009) salienta, que a importância atribuída ao papel educativo não pode levar o leitor do livro à conclusão de que os processos educativos evidenciados almejam uma transformação de viés democrático, mas sim o desenvolvimento de mecanismos que propiciam uma relação mais intensa com o passado, sem preocupações de problematizar qual recorte está enfatizado e o que fazer com a evocação disseminada.

Para alcançar uma relação mais intensa com o visitante, ele apresenta alguns recursos deferidos no momento da organização do museu que pode incentivar sua constante presença, tais como: horários previstos de abertura do museu e de consultas, inclusive domingos e feriados para visitas de colégios e mesmo à noite para pessoas ocupadas, prática que ocorria em outros países; incentivo à publicidade do museu, tanto pela impressão de catálogos, anais e estudos sobre a instituição como pela criação de propagandas, *ensinando ao público o caminho da instituição* por meio de anúncios em jornais e em cinemas, artigos, entrevistas – sempre acompanhados de fotografias e reproduções do acervo para atrair a atenção; instruir o público por meio da realização de conferências, cursos, concertos, visitas de caráter educativo. Sobre esta relação com o visitante, considerada pelo autor parte dinâmica da vida do museu, Barroso salienta:

Um museu não deve ser unicamente um necrotério de relíquias históricas, etnográficas, artísticas, folclóricas ou arqueológicas; mas um organismo vivo que se imponha pelo valor educativo, ressuscitando o passado nele acumulado. O conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar (BARROSO, 1951, p.27).

Gustavo Barroso descreve em seu livro que a maior aflição dos museus é a angústia de espaço que, conseqüentemente, levava ao acúmulo de objetos e fadiga da visão do público. Buscando ensinar como se arruma um museu, o autor parte do princípio de que o visitante deseja sempre conhecer o mais importante, sem se extenuar, tendo o museu o dever de propor percepções claras, nítidas e intensas. Nesta perspectiva, relata que as frentes de estudo evidenciam que o critério de seleção, a partir de então, supera o acúmulo, pois os museus lidam com um público mais inteligente e apressado que deseja, na maioria das vezes, uma boa visão do todo e de forma independente observar as singularidades.

Assim, evitando o acúmulo que destruiria a *valor pedagógico dos objetos*, ressalta sete importantes aspectos a serem contemplados na elaboração de uma boa exposição para o público: efeito estético dos próprios objetos; efeito estético de sua colocação; facilidade de visão e exame do público; boa e clara etiquetagem; proteção dos objetos contra as intempéries; defesa dos mesmos contra descuidos dos visitantes e roubos; preferência dos melhoramentos graduais sobre as reformas subversivas (BARROSO, 1951).

O responsável por arrumar o museu, segundo Chagas (2009), era valorizado no livro com um papel quase que divino. Era uma área - hoje conhecida como expografia - que abrangia longos estudos especializados, mas também tinha uma dose de vocação segundo Barroso, que determina: “O arrumador é o único juiz do que for mais propício” (BARROSO, 1951, p.37).

Para apreciação do público Barroso apresenta uma técnica utilizada por profissionais europeus e norte-americanos, o Método do Duplo-Museu, que consiste em conceber exposições destinadas para o público especializado e o público geral. Na primeira, a exposição contém objetos ditos por ele como *medíocres*, mas que são significativos para estudos e pesquisas sobre o passado; na segunda, a escolha

dos objetos é um fator determinante, bem como a apresentação destes bens no espaço, sendo a sensação de harmonia e estabilidade um estímulo à visita.

Nessa perspectiva, todos os elementos que compõem uma exposição devem ser meticulosamente pensados: vitrines, paredes, manequins, topografia das salas, iluminação, espaços entre portas e janelas, e pés direitos, pois, segundo o intelectual, “[...] procura-se ao mesmo tempo emocioná-lo [o visitante] e educá-lo, de modo que seu passeio através das coleções expostas seja o mais frutuoso possível no sentido moral e intelectual” (BARROSO, 1951, p.52). Além disso, enfatiza o papel central do próprio arrumador, capaz de deixar impresso seus sentimentos e gosto pessoal na elaboração das exposições - marcas que, de acordo com o próprio autor, evidencia propriedade, erudição e prática:

As pessoas educadas, mesmo as menos instruídas, quando não são de natureza vulgar, facilmente reconhecem esse indefinível bom gosto, que é qualquer coisa como uma fidalguia artística. O bom gosto reflete-se numa arrumação de museu, encantando geralmente o visitante, sem que ele saiba por que. Condição precípua do arrumador, é quase sempre um senso inato. Pode, todavia, ser adquirido com a educação, o convívio, o esforço e a prática (BARROSO, 1951, p.48).

Encerrando o tópico referente à arrumação de um museu, entre o ensinar dispositivos de iluminação e classificação de vitrines, Gustavo Barroso ressalta o papel destas instituições de evocar o passado, devendo o arrumador alcançar este objetivo de forma que a disposição das salas de exposição desperte sonhos, fantasias, emoções, sensações de épocas vividas e civilizações que desapareceram. Contribuindo para potencializar o caráter educativo dos museus históricos e artísticos, Barroso menciona a importância de recursos que auxiliam as visitas, em especial as de grupo como colégios, institutos de educação, corporações militares e civis, apresentando a possibilidade de se utilizar letreiros, guias, catálogos e tabuletas nas salas acompanhadas com trechos de obras, resenhas de episódios, biografias sobre os personagens, objetos e acontecimentos apresentados. Salaria também a necessidade dos guias de fazer comentários apropriados, destacando a importância dos acervos e temas tratados na exposição (BARROSO, 1951).

Ao reforçar que o museu é um organismo que cresce continuamente, Barroso inicia um capítulo específico sobre catalogação de acervos, demonstrando como padronizar numeração de inventários, confeccionar etiquetas, elaborar fichários. Uma das ênfases do capítulo são os catálogos, sistematizados em três possibilidades: enumerativo, descritivo e comentado.

O catálogo enumerativo tem por conteúdo as indicações contidas nas etiquetas, publicadas em formato de folheto ou livro. O descritivo também pode ser nomeado como guia aos visitantes, pois possui a preocupação de apresentar o histórico da criação da instituição, suas características arquitetônicas, plantas do museu, itinerários, indicações das salas e distribuição dos acervos correspondendo em números suas legendas. Barroso sugere ainda que o catálogo descritivo fosse recheado de imagens - gravuras, fotografias, desenhos - contribuindo para o leitor ter uma ideia global da instituição.

O catálogo comentado é uma ampliação do catálogo descritivo, acrescido de maior eficácia elucidativa e didática ao tecer indicações sobre os acervos expostos, investigando a significação do objeto, fatos e personalidades envolvidas, fruto da pesquisa concebida pela equipe técnica da instituição. Assim, cada acervo passa a ser apresentado com informações específicas de sua trajetória. Porém, Gustavo Barroso afirma que quando os comentários são muito profundos, reforçados por documentos comprobatórios, devem tornar-se publicações em Anais e Revistas para reforçar o cunho científico da instituição.

Encerrando a parte geral da Técnica de Museus, Gustavo Barroso desenvolveu um capítulo dedicado a restaurações de monumentos e objetos, baseado na Conferência de Atenas²² e partindo de três preceitos: *doutrina*, devendo o profissional respeitar princípios que norteiem todo o processo de proteção e conservação dos objetos; *valorização*, compreendendo o conjunto de trabalhos que

²² A Conferência de Atenas, realizada em 1931, debateu princípios em relação à proteção dos monumentos, tratando de temas como valorização dos monumentos, ameaças de deterioração, administração e legislação destes bens, técnicas de conservação e restauração. Tendo como resultado a Carta de Atenas, esta recomendou “que se mantenha a utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-o sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico” (CARTA, 1931, p.1).

visam à limpeza, consolidação, recomposição e complemento dos monumentos e relíquias; e *técnica*, baseada em preceitos teóricos e práticos, visando o diagnóstico e a intervenção fundamentada em regras (BARROSO, 1951).

Neste capítulo, cabe destacar a apresentação de um tópico destinado a museus e guerras na perspectiva da proteção aos acervos. Barroso recorre aos debates promovidos pela Repartição Internacional de Museus da Sociedade das Nações apontando que, embora esforços, até aquele momento não há legislação que estabelecesse disposições seguras aos monumentos, dificultada por interesses militares pela destruição.

Nessa perspectiva o próprio autor, se validando por ser diretor de um museu há mais de duas décadas e por já ter representado o Brasil na Repartição Internacional de Museus da Sociedade das Nações, apresenta baseado em sua opinião medidas defensivas aos monumentos. O intelectual parte de dois princípios: afastamento dos museus da zona de interesse inimigo e preparação de meios para a defesa dos edifícios e coleções salvaguardadas. Para alcançá-los, apresenta como medida a construção de abrigos subterrâneos à prova de bombas com controle dos agentes degradantes, prevendo antecipadamente o acondicionamento seguro do acervo em embalagens e suportes móveis para o transporte até o abrigo, ou remoção para locais longe da zona de conflito dos objetos passíveis de deterioração (BARROSO, 1951).

Após a apresentação das noções gerais de organização, arrumação, catalogação e restauração, Gustavo Barroso dá prosseguimento ao volume I do livro *Introdução à Técnica de Museus* com a denominada Parte Básica, referente ao segundo ano de estudos do Curso de Museus. Neste módulo, o autor passa a ter o compromisso de ensinar as ciências que auxiliariam o conservador de museus a precisar as investigações especializadas para uma catalogação de acervos eficaz, se detendo em cinco noções: Cronologia, Epigrafia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Bibliografia, discriminando suas singularidades e potencialidades no resumo sobre a Parte Básica:

As ciências ensinam a contar, dividir e calcular as épocas históricas (*cronologia*), a decifrar, ler e compreender os documentos gravados nas matérias duráveis (*epigrafia*), nos pergaminhos e papéis (*paleografia e diplomática*), a classificar os documentos pintados ou estampados (*iconografia*) e os livros (*bibliografia*), são as bases imprescindíveis para os estudos especializados necessários em um museu (BARROSO, 1951, p.16).

Esse módulo do livro, por se tratar da apresentação de elementos sobre áreas consolidadas, é constituído de uma escrita didática de teor acadêmico não tendo, como no capítulo anterior, conteúdos baseados em experiências vividas pelo autor. Em cada ciência tratada, Gustavo Barroso se preocupa em minuciosamente apresentar suas características e desdobramentos que pudessem auxiliar o trabalho especializado do conservador de museus. Por exemplo, nas Noções de Cronologia, o autor se fundamenta em duas divisões do tema: Cronologia Astronômica ou Matemática e Cronologia Histórica. A partir da primeira disserta sobre o dia e o ano (sideral, solar e civil), o Zodíaco, o Ano Lunar, o Ano Misto, o Ciclo Solar, as Letras Dominicais. Na divisão sobre Cronologia Histórica, apresenta concepções sobre as Eras, as Épocas, os Períodos, a Páscoa, as Festas Móveis, os Calendários e as Tábuas Cronológicas, sendo estes conceitos desdobrados em subdivisões – só no tema Calendários são apresentadas treze possibilidades historicamente conceituadas²³ (BARROSO, 1951).

Em 1947, um ano após a publicação do primeiro volume, Gustavo Barroso lançou a parte especializada da *Introdução à Técnica de Museus*. Para o autor, este segundo volume tem por objetivo apresentar noções indispensáveis para um bom conservador de museus no conhecimento e classificação de objetos que, em suas palavras, procura “com simplicidade e clareza pô-los ao alcance da compreensão dos estudiosos e, ordenando-os com lógica, pedagogicamente, indicar os rumos a seguir para estudos mais acurados e substanciais” (BARROSO, 1953, p.3).

O volume dois trata de conhecimentos pormenores de diferentes coleções passíveis de serem catalogadas em museus históricos e de arte, vertentes do ensino

²³ Segundo Gustavo Barroso (1951, p.120-127) os calendários considerados historicamente como principais são: o Egípcio, o Caldaico, o Grego, o Judaico, o Muçulmano, o Romano, o Juliano, o Gregoriano, o Russo, o Republicano, o Positivista, o de Larroque e o da Liga das Nações.

especializado do Curso de Museus. As informações apresentadas são fundamentadas em bibliografias referenciadas ao final de cada capítulo, mas também nas experiências e práticas desenvolvidas no cotidiano do Museu Histórico Nacional como, por exemplo, a catalogação de mais de 12 (doze) mil objetos que o próprio autor menciona ter realizado nesta instituição até 1942 (BARROSO, 1955).

A primeira especialidade apresentada por Gustavo Barroso é a Heráldica, ou ciência dos brasões, tendo importância na identificação de diversos objetos e documentos iconográficos por meio dos símbolos de famílias, tribos e cidades. Para este reconhecimento o autor apresenta, por meio de texto e ilustrações, as diversas cores que figuram na heráldica - designadas tecnicamente de esmaltes; os elementos internos e externos do brasão, relacionados à família e honras na sociedade respectivamente; as formas, as partes e as divisões do escudo; atributos heráldicos, por exemplo. Quando cita a heráldica brasileira aponta suas duas origens: portuguesa e nacional, sendo a brasileira criada com o Império, como consequência da morte dos antigos titulares. Ao final do capítulo, Barroso apresenta como preencher fichas enumerativas (etiqueta), descritivas e comentadas de acervos heráldicos (BARROSO, 1953).

O segundo capítulo é dedicado às bandeiras. Barroso se preocupa em não só definir o objeto e suas variedades, mas também em apresentar um resumo histórico da sua trajetória como símbolo da pátria, sendo obrigação “amá-la, respeitá-la e defendê-la à custa da própria vida” (BARROSO, 1953, p.61). Evidenciando a presença de diversas bandeiras nos museus - muitas como troféus de guerra - busca descrever a classificação geral das bandeiras, a classificação das bandeiras históricas brasileiras, bandeiras que interessam ao Brasil, exemplificando em ficha enumerativa, descritiva e comentada.

O próximo capítulo do livro é dedicado a noções sobre condecorações, consideradas por Barroso como uma das práticas simbólicas de distinção mais antigas entre os povos. Nesta perspectiva, apresenta suas origens e história, abordando as ordens de cavalaria, as ordens monásticas guerreiras e classificação geral das condecorações – com ênfase nas brasileiras, seguido de exemplos de classificação do acervo e ilustrações (BARROSO, 1953).

A armaria é outra especialidade apresentada por Gustavo Barroso. Sendo uma das temáticas de muito agrado pelo autor, presente nos diversos projetos idealizados pelo mesmo, Barroso dedica sessenta páginas sobre as necessidades do estudo da origem e evolução das armas, divididas inicialmente em armas ofensivas e defensivas. Sobre as armas ofensivas, ramificadas em armas de mão, de arremesso e máquinas de guerra, analisa a etimologia dos termos e o desenvolvimento destes objetos a partir da trajetória da civilização, contextualizando e descrevendo, por exemplo, os vinte e quatro tipos de espadas classificadas até então. Ao ponderar que o ataque obriga a defesa, aborda também as variações de armas defensivas de mão, de corpo e no cavalo. Após as apresentações técnicas gerais, Barroso se preocupa em abordar a armaria no cenário brasileiro a partir das divisões Brasil-Reino, Primeiro Reinado e Regência, Segundo Reinado e República, finalizando o capítulo com exemplos de descrições em fichas enumerativas, descritivas e comentadas (BARROSO, 1953).

Na sequência das coleções especializadas, Gustavo Barroso apresenta noções de arte naval, justificando a presença do capítulo: “A importância da Arte Naval é muito grande nos estudos de Técnica de Museus. Sem conhecer as várias espécies de navios e suas partes principais, é impossível classificar quadros, modelos e relíquias náuticas” (BARROSO, 1953, p.177). Assim, didaticamente, destaca informações e ilustrações sobre a história das navegações, os navios antigos, as partes dos navios, a arte naval brasileira e a classificação de acordo com as normas técnicas do campo dos museus.

Noções de viaturas é uma especialização destinada a um capítulo curto e preciso, com vinte e duas páginas, que se fundamenta em três vertentes: força motriz, tiro e veículos. Na primeira, apresenta forças que coexistem com a do homem, auxiliando-o na locomoção, como a animal e a do vento, ou as desenvolvidas por ele, como a mecânica. Na segunda, explicando que *tiro* é a forma de atrelar os animais às viaturas, expôs os diferentes elementos de junção. Na última divisão, se refere aos diversos veículos desenvolvidos pelo homem, desde os de tração humana aos mecânicos, finalizando com os veículos brasileiros e a classificação em fichas enumerativas, descritivas e comentadas desses acervos (BARROSO, 1953).

Ao partir do pressuposto de que a arquitetura é a arte mais técnica, Gustavo Barroso a apresenta como uma das especializações que os conservadores de museus têm necessidade de conhecimento. Para esse aprendizado, dedica páginas para desenhos e fotografias, buscando trabalhar as origens das arquiteturas, suas características de acordo com as civilizações, glossário de termos técnicos, análise da arquitetura no Brasil desde as humildes cabanas indígenas e a catalogação de documentos arquitetônicos.

O capítulo subsequente tem um grande investimento do autor em desenhos, ilustrações e fotografias – uma exigência da própria especialidade para aprendizados mais proveitosos: indumentária. Partindo de um ensinamento técnico e histórico, Barroso busca contextualizar desde os materiais e acessórios até divisões pormenorizadas, como indumentárias civil, religiosa, militar e brasileira. Essa é uma catalogação que Gustavo Barroso sugere ser baseada em manuais ou obras sobre o assunto, pois seria uma classificação muito amparada na prática do olhar e comparar (BARROSO, 1953).

Noções de mobiliário apresenta uma singularidade: além de expor elementos técnicos e de contextualização histórica, é dedicado pelo autor um tópico sobre crítica ao mobiliário luso-brasileiro – com ênfase no mobiliário e na arquitetura. Barroso inicia sua abordagem do pressuposto que a arte pode ser verdadeiramente *nacional* quando é criada por inspiração coletiva, da expressão de um gênio que retrata questões de sua Nação; *real*, no momento em que provém não mais da coletividade, mas da inspiração individual sob patrocínio de soberanos amantes do belo; ou *adaptação de um estilo*, quando a inspiração individual não encontra proteção de mecenas, se amparando nessa classificação para realizar uma análise crítica da arte brasileira:

É conveniente desfazer essas deturpações históricas de inovadores que pretendem achar nos documentos concretos não o que eles exprimem, mas o que sua fantasia deseja. Razão de sobra tem o Sr. Lucio Costa ao afirmar que, em matéria de mobiliário brasileiro, só o material era brasileiro e os artistas lusos. De fato, os próprios artistas nascidos aqui se inspiravam nos modelos da Europa (BARROSO, 1953, p.359).

O próximo capítulo é dedicado a noções de cerâmica e cristais, tendo o autor se preocupado em ensinar uma breve história da cerâmica, suas variedades e distinções de acordo com as civilizações e períodos históricos (egípcia, chinesa, japonesa, indiana, coreana, persa, hindu, americana, grega, romana, medieval, do Renascimento e Moderna), marcas de cerâmica, as características da cerâmica brasileira, bem como uma divisão dedicada a vidros e cristais, informando quinze possíveis classificações desses materiais exemplificados na catalogação em fichas enumerativas, descritivas e comentadas (BARROSO, 1953).

Na sequência, aborda noções de ourivesaria, prataria e bronzes artísticos discorrendo com recursos didáticos, como fluxogramas, sobre classificação de joias, contrastes de ouro e de prata, descrição de pedras preciosas, denominações de joias, joias consideradas brasileiras e, em destaque, a arte da relojoaria.

No penúltimo capítulo, o mais breve de todos, com apenas sete páginas e não contendo nenhuma ilustração, apresenta noções sobre máquinas. Elaborou seu discurso a partir do conceito de que a mão foi o primeiro instrumento empregado pelo homem, tornando-se fonte do progresso mecânico da humanidade. Assim, evidencia divisões das máquinas simples e compostas, analisa as máquinas tradicionais do Brasil e as classifica de acordo com as normas técnicas do campo dos museus.

O último capítulo é dedicado para expor noções sobre instrumentos de suplício. Para abordar os acervos relacionados ao tema, Gustavo Barroso busca contextualizar o leitor com um proêmio histórico, advertindo que “é necessário neste caso o seu exato conhecimento [dos objetos] para os efeitos da classificação e exposição desses documentos da antiga justiça ou da antiga crueldade” (BARROSO, 1953, p.449).

Ele inicia sua abordagem didática desde os suplícios dos israelitas, dos gregos, dos persas, dos caldeus, por exemplo. Nessa linha, divide os instrumentos em duas categorias: para torturar e para dar a morte, expondo os principais objetos utilizados, os suplícios no Brasil, analisando a pena de morte, instrumentos para os crimes militares, civis e de escravaria, acervos que se tornaram notáveis, como a força de Tiradentes. Ao final, exemplifica a catalogação de acervos da coleção.

Cabe ressaltar que o autor evidencia que não foi preparado um capítulo para arte religiosa por esse ter sido desenvolvido no volume III dos Anais do Museu Histórico Nacional.

A partir da breve apresentação do conteúdo dos volumes do livro *Introdução a Técnica de Museus* é possível mapear a intencionalidade de Gustavo Barroso na construção desta obra, apontada pelo próprio autor em suas palavras introdutórias: “Nossos desejos são que esta obra se torne útil e proveitosa. Nada mais.” (BARROSO, 1953, p.3). Assim, em perfil de manual, Barroso didaticamente disseminou com fervor suas perspectivas sobre o potencial e as atribuições do conservador de museu, um profissional essencial para a organização das instituições museológicas do País. A obra tornou-se tão legitimada no campo dos museus que, segundo Chagas (2009), por muito tempo os livros foram considerados uma bíblia da Museologia brasileira, com cada aluno até o fim da década de 1960 ganhando os dois volumes ao ingressar no curso e, nos anos 1970, aulas ainda fundamentadas exclusivamente por conteúdos do livro de Barroso.

4.2 Os diplomados do Curso de Museus e produções sobre a educação em museus no País

No início da segunda metade do século XX o campo dos museus retomava suas forças internacionalmente. Após a primeira guerra mundial foi criada a Sociedade das Nações e, vinculado ao *Institut International de Cooopération Intellectuelle*, em julho de 1926, foi instituído o *Office International des Musées* com o propósito de congregar museus e seus profissionais de todos os países (CRUZ, 2008, p.4).

Com a segunda guerra mundial a Sociedade das Nações, bem como as repartições subordinadas a ela, interromperam suas atividades. Porém, mesmo neste conflituoso período membros do antigo *Institut International de Cooopération Intellectuelle* realizaram reuniões na tentativa de uma reorganização e criação de outra instituição nos parâmetros da primeira. No ano do fim da guerra, 1945, no mês

de outubro, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e, em novembro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em agosto de 1946, foi instituído o Conselho Internacional de Museus (ICOM) (CRUZ, 2008).

O Conselho Internacional de Museus tinha por objetivo efetivar uma cooperação internacional entre os museus. Nesta perspectiva, foram promovidas reuniões, conferências, convênios, bem como o estímulo à criação de comitês nacionais. No Brasil, a primeira reunião deste comitê foi prevista para outubro de 1947, mas, em decorrência da ausência de Gustavo Barroso por estar representando o Brasil nas Comemorações do Centenário de Cervantes, ocorreu em janeiro de 1948.

Estiveram presentes nesta reunião Oswaldo Teixeira, Gustavo Barroso, Heloísa Alberto Torres, Américo Jacobina Lacombe, Regina Monteiro Real e Lygia Martins Costa. Foi discutido na reunião o programa do Conselho Executivo do ICOM, ficou acordado o envio de um relatório sobre a realidade dos museus brasileiros para o ICOM e foi acertada a organização de uma publicação brasileira de museus, para abordar as principais atividades e problemas dos museus brasileiros. Fixou-se a próxima reunião do Comitê para o mês de março do mesmo ano (CRUZ, 2008, p.10-11).

Entre o andamento dos trabalhos, eventos foram realizados pelo Conselho Internacional de Museus sobre os diversos temas que envolviam as atividades dos museus. A educação em museus foi um dos destaques na década de 1950, tornando-se assunto prioritário a ser debatido nacional e internacionalmente.

No ano de 1950, a educação em museus foi um dos pontos abordados na segunda conferência bienal do Conselho. Em 1952, passou a ser o tema central do Seminário Internacional da UNESCO, intitulado *Sobre o papel dos museus na Educação*, realizado em Nova York, EUA. Contendo 39 técnicos, entre educadores e museólogos, representando 25 países (TRIGUEIROS, 1958), neste evento foi afirmada a melhoria dos métodos de ensino a partir da integração do trabalho educativo dos museus com os programas dos institutos de educação, defendendo-

se que o uso e as práticas dos museus fossem abordados no magistério (KNAUSS, 2011).

No segundo Seminário Internacional da UNESCO, realizado em 1954 em Atenas, Grécia, e composto de 32 delegações, o tema central se manteve sob o mesmo título, com intenção de reforçar a aproximação entre museus e Educação (TRIGUEIROS, 1958). Quatro anos depois, aprofundando os debates realizados, ocorreu o primeiro Seminário Regional da UNESCO intitulado a *Função Educativa dos Museus*, tendo como cidade sede o Rio de Janeiro, Brasil.

O Seminário Regional Latino-Americano da UNESCO, ocorrido no período de 07 a 30 de Setembro de 1958 com sede no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, teve por proposta debater a função que estes ambientes deveriam cumprir como meio educativo para a população, com ênfase nos serviços para a educação escolar. Nessa perspectiva, foram promovidos relatos, conferências, mesas-redondas, visitas técnicas sobre recursos didáticos e técnicos dos museus (TORAL, 1995). O documento final produzido neste seminário definiu algumas características da educação em museus e apontou necessidades para sua execução. Segundo o registro do encontro, o museu é um espaço em benefício à Educação, pois seu principal veículo de comunicação, as exposições, tem por si só valor didático, tendo como desafio propor ao invés de impor (RIVIÈRE, 1958).

Para conceber e desenvolver o trabalho didático dos museus, o documento final do Seminário indicou a necessidade de um profissional especializado, denominado nesta ocasião de *pedagogo dos museus*. Foram indicados para ocupar este cargo o pedagogo ou, em caso de instituições mais modestas, o próprio conservador de museus (neste período denominado também como museólogo), a fim de desenvolver programas pedagógicos e exposições educativas. O ideal seria que ambos profissionais desempenhassem as tarefas pedagógicas em parceria (RIVIÈRE, 1958).

A participação dos profissionais brasileiros foi de suma importância para a realização do evento, pois os museus cariocas seriam cenários para debates e trocas de experiências. Segundo Knauss (2011) a preparação e realização do Seminário Regional da UNESCO foram acompanhadas pelo jornal Correio da

Manhã, sendo um dos motivadores a proprietária do jornal ser também diretora executiva do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Em matérias do ano de 1957 é possível observar algumas das atribuições esperadas pelas equipes dos museus brasileiros:

A contribuição técnica brasileira, no seu aspecto educativo, deverá compreender, fundamentalmente:

- a) um levantamento sistemático das coleções dos museus brasileiros, públicos e particulares, com o registro dos dados históricos, pessoal técnico e administrativo, pesquisas, catálogos e publicações, etc.
- b) um estudo do funcionamento dos serviços educativos dos museus, regime de visitas (livres ou programadas), utilização pela comunidade, etc.
- c) uma análise dos meios atuais de divulgação de que se beneficiam os museus (catálogos, folhetos, reproduções fotográficas, diafilmes e dispositivos, filmes, rádio, televisão, etc.).
- d) sugestões, baseadas no levantamento a que se referem as letras a, b e c, para a melhor organização e apresentação das coleções dos museus para fins educativos. (MAURÍCIO, 1957, s/ pág.)

Sendo 1958 um ano em que o Brasil, motivado pela organização e realização do Seminário Regional da UNESCO buscou reforçar os vínculos entre museus e escolas, não é de se estranhar que uma produção intensa sobre educação em museus fosse publicada neste referido ano²⁴. Estes trabalhos demonstram uma sintonia dos profissionais com os debates internacionais da área, tornando-se marcos do pensamento museológico brasileiro. Entre as publicações destacam-se os livros: *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, de Guy José Paulo de Hollanda; *Museu e Educação*, de Florisvaldo dos Santos Trigueiros; e *Museu Ideal*, de Regina Monteiro Real.

²⁴ Ações desenvolvidas pelos museus também reforçavam essa tendência como, por exemplo, a realização do Curso de Organização de Museus Escolares, experiência ocorrida no Museu Histórico Nacional no mesmo ano por solicitação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), atividade que envolveu tanto o desejo de profusão de museus escolares em diferentes Estados do país, como o desafio do Curso de Museus de ministrar seus conteúdos a fim de aplicá-los na perspectiva de museus escolares (BRASIL, 1959).

É importante destacar que os três autores eram conservadores de museus formados pelo Curso de Museus, uma safra de diplomados que estavam construindo novos caminhos técnico e reflexivo sobre o campo dos museus. O conhecimento produzido por estes autores partem dos conteúdos ministrados por Gustavo Barroso nas disciplinas especializadas que, como Chartier (1991, p.188) observa, “ao se apropriarem deles, os investem de significações plurais e concorrentes”.

A escrita desses profissionais brasileiros sobre educação em museus demonstra um movimento de apropriação dos enunciados do conhecimento especializado que ora assentia o conhecimento sistematizado por Gustavo Barroso, ora problematizava o conteúdo enunciado no livro *Introdução à Técnica de Museus*. Mário Chagas (2009, p.111), ao ter contato com anotações marginais de Regina Real no livro de Trigueiros, observa comentários como “O Barroso não deve ter gostado deste parágrafo” ou “Interessante a citação de G.B. quando não se segue absolutamente o que se recomenda em sua Técnica de Museus”, apontando divergências do pensamento da estudante com o do diretor do curso. Desacordos ou não, os três livros apresentam novas perspectivas e diversidade para os museus, revelando direta ou indiretamente uma ligação com a sua formação no Curso de Museus, mas também um olhar de descontinuidade característico dos campos de conhecimento:

As obras não têm sentido estável, universal, imóvel. São investidas de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção no encontro entre as formas e os motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou as expectativas dos públicos que delas se apropriam (CHARTIER, 2002, p.93).

Dos três autores, Guy de Hollanda era o diplomado mais antigo. Matriculou-se no Curso de Museu em 1932, na primeira turma aberta, e se formou no ano seguinte. No mesmo período fez o Curso de Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, concluído em 1934. O intelectual teve diversos trabalhos na carreira docente, tendo atuado no Colégio Pedro II de 1932 a 1936, na Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Úrsula em 1940-41, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1958 e 1968, por exemplo. Em 1935

foi nomeado por concurso amanuense da Biblioteca Nacional. Foi pesquisador técnico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

No prefácio de sua obra, Guy de Hollanda esclarece tanto a finalidade como a concepção do livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*: a UNESCO solicitou de antemão um repertório dos museus nacionais, de acordo com modelo enviado pela entidade internacional, para auxiliar a realização do Seminário Regional. Assim, a Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM), bem como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) apoiaram a realização da obra e, sendo o intelectual integrante da primeira e pesquisador do segundo, foi designado para tal trabalho (HOLLANDA, 1958).

O título do livro sugere uma abordagem reflexiva sobre o caráter educativo dos museus, mas a obra não foi direcionada para tal análise. Ao contrário, como Knauss (2011, p.589) sugere, “o livro se define assim mais como um material de divulgação e apoio de referência dirigido a professores e escolas”. A preocupação do trabalho realizado foi de compilar em um único documento um retrato do perfil das instituições museológicas brasileiras, sendo um exercício pioneiro no País.

O questionário enviado aos museus possuía onze campos, que buscavam contemplar informações sobre a história da instituição e de seu funcionamento: *nome da cidade*; *nome do museu com endereço completo*, devendo ser informado os meios de transporte para se chegar à instituição; *pessoal*, indicando o nome do corpo funcional e suas atribuições; *visitação*, noticiando dias e horários abertos ao público, bem como se entrada é gratuita ou paga; *estatuto*, contemplando informações administrativas da instituição, de média anual da visitação a incentivo a pesquisas e viagens de estudo; *histórico*, apresentando a trajetória do museu; *natureza das coleções*, mencionando os destaques do acervo; *publicações*, indicando todo o material editado pelo museu (de catálogos a cartões postais), ressaltando os que estariam esgotados; *visitas guiadas*, informando o programa educativo em andamento; *serviço de documentação*, apresentando os serviços disponíveis (tais como Fototeca, Biblioteca); e *notas bibliográficas*, fornecendo os principais trabalhos publicados sobre o museu (HOLLANDA, 1958).

Os formulários eram enviados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o próprio autor evidencia que a falta de tempo seria sanada em edições futuras. Esta escassez de tempo é observada em alguns museus que foram contabilizados na obra, mas seus campos não foram preenchidos provavelmente por o autor não ter recebido o retorno do questionário – pois os que estavam temporariamente fechados ou em organização tinham essa informação destacada.

Os museus foram organizados na obra pelos Estados Federativos. Somando 142 (cento e quarenta e duas) instituições, as mais diversas informações sobre os recursos educativos disponibilizados pelos museus foram evidenciadas, desde visitas guiadas acompanhadas de sessão de cinema a agendamentos limitados por escassez de profissionais especializados. Na ausência de conservadores de museus, muitas visitas guiadas eram realizadas por diretores. Entre os materiais mais disponibilizados ao público estavam os catálogos de exposições e os guias de visitante (Apêndice G).

Florisvaldo dos Santos Trigueiros, autor do livro *Museu e Educação*, matriculou-se no Curso de Museus em 1949, como bolsista pelo Estado da Bahia. Desde 1942 era funcionário público do Banco do Brasil e, quando se formou em 1951, este novo ofício foi determinante para a sua trajetória profissional. Trigueiros especializou-se em processamento técnico de museus e acervos numismáticos, tornando-se uma referência no Brasil ao organizar e implementar instituições como Museu do Banco do Brasil (1954-55), Museu da Caixa de Amortização (1960), o Museu de Valores do Banco Central (1974-75), entre inúmeros projetos e exposições de curta duração. Sempre esteve presente nos debates da área museológica no País e no exterior, tendo sido o representante do Museu do Banco do Brasil no Seminário Regional Latino-Americano da UNESCO em 1958 (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

O livro *Museu e Educação* é a segunda edição de uma obra intitulada *Museus - sua importância na educação do povo*, publicada em 1956. Mas, ao analisar os trabalhos percebe-se que o livro considerado segunda edição é uma produção revisada e estendida dos debates e conceitos apresentados pelo autor, ampliando de 80 (oitenta) para 126 (cento e vinte e seis) páginas de análise, além do apêndice

com a listagem dos museus brasileiros – expondo o nome e endereço das instituições.

Ao contrário do livro de Guy de Holanda, que produz um material técnico ao se propor a traçar um panorama do contexto dos museus brasileiros em relação a seus serviços educativos, Trigueiros desenvolve uma escrita analítico-reflexiva ao apresentar as tendências sobre a relação do público com os museus e as demandas educativas para este diálogo. Nesta perspectiva, o autor não hesita em definir o público potencial do livro nas linhas destinadas à dedicatória, indo para além dos profissionais do campo dos museus: “Aos professores e aos alunos das escolas Normais e Faculdades de Filosofia, aos quais está entregue a responsabilidade da formação e orientação atual e futura de grande parte da juventude brasileira” (TRIGUEIROS, 1958, p. 07).

Considerando o título *Museu e Educação* mais preciso e desejando tornar os debates acessíveis ao leitor, Trigueiros divide o livro em dois momentos, sendo a primeira parte fundamentação para as abordagens da segunda. O interessante é que o ponto de partida do discurso do autor encaminha a abordagem do livro para um direcionamento pouco comum naquela época: a concepção do museu como um instrumento de documentação e, conseqüentemente, esta instituição como “órgão documentador de capital importância no sistema educativo” (TRIGUEIROS, 1958, p. 15). Este era um enfoque que amadureceu a partir de outras publicações do próprio autor, como o título *O Museu - órgão de documentação*, de 1955, priorizando desde então a pesquisa museológica do acervo, bem como a organização, arrumação, conservação/ restauração das coleções (tópicos que constituem a disciplina Técnica de Museus) e sua ampla divulgação, excitando a curiosidade do público.

Ao evidenciar reuniões organizadas pela UNESCO a fim de potencializar uma política educacional nos museus, e exemplos estrangeiros de instituições museológicas e escolas que impulsionavam o aproveitamento didático dos museus, as palavras do autor revelam o objetivo do livro: “mostrar a importância que os museus adquiriram na última década, decorrente de total modificação na sua maneira de ser, passando a influir no processo educativo e a exercer papel na vida da comunidade” (TRIGUEIROS, 1958, p. 15).

Partindo do pressuposto de que “é o museu complemento da escola, [...] o museu é escola viva, exercendo papel preponderante na educação do povo” (TRIGUEIROS, 1958, p. 61), o autor aborda o desafio das instituições se relacionarem com a diversidade de público. Para melhor compreender as necessidades do visitante divide-os em três grupos: *estudiosos e pesquisadores*, no qual sugere tratar com muita atenção, pois um órgão de documentação tem o dever de orientar e facilitar as demandas dos interessados; *os curiosos*, abrangendo adultos e crianças, público no qual o museu exerce sua finalidade de educar o povo, estimulando, segundo o autor, o respeito ao passado, a compreensão sobre os antepassados e a consciência do dever no desenvolvimento da humanidade – discurso muito próximo ao promovido pelo Curso de Museus, incluindo métodos que facilitam esta relação, como a confecção de etiquetas e catálogos topográficos; e *crianças acompanhadas de professores*, evidenciando o interesse pela aprendizagem por meio do reforço dos conteúdos ministrados pelo docente (TRIGUEIROS, 1958).

O autor parte do princípio de que a relação entre museu e público deve ser dinâmica, expondo como propostas de ação publicidade por meio de cartazes, folhetos de propaganda do museu e sua programação, realização de conferências e cursos, sessões de cinema, curtas palestras nas salas de exposição, montagem de exposições temporárias, reuniões com outros museus e visitação em horários alternativos (TRIGUEIROS, 1958).

Após realizar uma apresentação da trajetória dos museus brasileiros, Trigueiros dedica os últimos capítulos a temas debatidos na década de 1950. Um dos capítulos, intitulado como *Museu Escolar*, se destina a evidenciar a potencialidade destes espaços no ambiente estudantil. O autor aponta a necessidade de mais atenção para o tema, tanto por parte de educadores como legisladores, uma vez que os museus possam contribuir de forma significativa na aprendizagem escolar através dos elementos visuais: “por melhor que seja a explicação dada pelo professor, [...] nada facilita tanto a sua compreensão como a circunstância de vermos alguma coisa ligada ao que nos foi dito” (TRIGUEIROS, 1958, p.113).

Buscando esclarecer possíveis dúvidas conceituais, o autor apresenta a distinção de duas expressões: museu pedagógico e museu escolar. O museu pedagógico tem como público alvo os professores, e as coleções são compostas por materiais que representam o cotidiano escolar e a evolução dos métodos de ensino. Espaços auxiliares, como bibliotecas e arquivos especializados, são de vital importância. O autor lamenta a não existência de um museu desse perfil em vigência no Brasil.

Com outro perfil, o museu escolar tem como público alvo as crianças e o enfoque do acervo voltado para a assistência nas disciplinas cursadas, possibilitando aos professores outras abordagens de ensino. O autor ressalta ainda algumas características que singularizam esse tipo de museu: não é destinado à visitação pública; o manuseio do objeto deve ser estimulado – mesmo provocando sua destruição; a própria comunidade escolar é incentivada a doar acervos, sendo selecionados os de contribuição pedagógica. O espaço destinado ao museu deve ser harmonioso, com vitrines e painéis correspondentes à altura dos estudantes, valorização dos objetos, etiquetas escritas com clareza, utilização de plantas para alegrar o ambiente (tornando-se ao mesmo tempo objeto de estudo) e recursos audiovisuais. De acordo com o autor, “o tempo de museu-bazar já passou” (TRIGUEIROS, 1958, p.116), devendo o museu estimular as questões: Como? Onde? Por quê?

Arquivos para guardar os trabalhos realizados pelos alunos contribuem para os professores avaliarem experiências bem sucedidas e necessidades de ajustes. Trigueiros também evidencia que os museus escolares necessitam explorar os recursos locais e as características da região, contribuindo para a valorização do ambiente em que vivem dispersando, por exemplo, a atração pelas grandes cidades. O intelectual encerra sua análise com a afirmação (1958, p.118):

Podemos concluir que o museu só estará realizando funções quando estiver sendo o núcleo do interesse escolar, podendo constituir-se dos vários elementos esparsos nas salas especiais. Pelas suas atividades irá estimular o espírito de organização, o zelo e a ordem nos trabalhos de execução e de investigação, o hábito de colaboração, revelando às crianças as noções de iniciativa, disciplina e cooperação.

No capítulo seguinte, o autor aprofunda as possíveis relações entre museus e grupos sociais distantes das cidades. Intitulado *Museu e as Pequenas Comunidades*, o autor parte do princípio de que os recursos educativos dos museus contribuem para o *progresso cultural* dessas comunidades, trazendo como exemplo, especialmente para locais que teriam dificuldades em fundar um museu, as experiências das *exposições itinerantes*, dos *museus móveis extensíveis* ou *museus-ônibus*.

De acordo com ele, as exposições itinerantes são, naquele momento, um método reconhecido para permitir que grupos e outros povos apreciem acervos e exposições fora dos museus. Ao ressaltar que a única restrição das instituições é quanto à saída de objetos únicos e de valor internacional, menciona exemplos da consolidação dessa prática, citando o primeiro museu a realizar esse serviço, o *Victoria and Albert Museum*, localizado na Inglaterra, que em 1850 teria emprestado obras a *Central School Design* e as apresentado em diversas escolas no período de dois anos, experiência que deu tão certo que desenvolveram um setor específico para empréstimos. Destaca também uma exposição do *Museu de Belas Artes* que foi exibida nas cidades de Recife e Salvador, em 1950, e uma mostra da Itália que circulou nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em 1954, com quadros de Caravaggio e outros artistas, ponderando que essas disposições possibilitaram visitas que dificilmente se realizariam em sua totalidade nos museus de origem (TRIGUEIROS, 1958).

O autor apresenta também uma experiência que não tinha sido tentada no Brasil, e nem mesmo sugerida: os museus móveis extensíveis. Recurso desenvolvido pelo arquiteto A. Braham Beer, esse museu era a proposta de uma instalação flexível, podendo ser montada e desmontada em qualquer região e quantas vezes necessárias. As experiências realizadas, segundo Trigueiros, tinham até auditório, mas eram projetos de alto custo de transporte e mão de obra. Para o País, uma solução de projeto semelhante sugerida foi o museu-ônibus.

No raciocínio de Trigueiros o museu-ônibus, um recurso educativo posto em prática em diversos países estrangeiros, é um instrumento eficaz no Brasil. Propôs em seu livro que uma cooperação entre museus federais, estaduais e municipais

para a montagem de exposições itinerantes e uma parceria entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM) para a realização de concurso de especialistas (educadores e museólogos). Esses profissionais conceberiam exposições a partir das reproduções, objetos e fotografias cedidas pelos museus (TRIGUEIROS, 1958).

O museu-ônibus é um transporte especializado para a sua finalidade, prevendo medidas de segurança e de conservação do acervo – como ar condicionado para estabilidade da temperatura. As exposições e visitas são planejadas de acordo com o *adiantamento cultural* das cidades frequentadas, devendo contar com propagandas intensas. A necessidade de profissionais da área para a realização deste projeto é de fundamental importância, tendo o autor sugerido até a possibilidade dos museus envolvidos cederem um ou dois conservadores para conceberem as mostras e acompanharem o percurso do museu-ônibus, mantendo-se um rodízio a cada nova partida. Para corroborar a vigência desses recursos educativos, Trigueiros fez uma ressalva:

Já é tempo de cuidarmos das populações rurais, de modo a proporcionar-lhes os recursos de que dispomos para fixá-la à terra, evitando o afluxo para os grandes centros, daqueles que desejam uma vida melhor e mais amplas possibilidades culturais (TRIGUEIROS, 1958, p.122).

Ao finalizar o livro *Museu Escolar*, dedica um capítulo à apresentação do Conselho Internacional de Museus e sua importância no cenário museológico internacional, culminando no evento que iria ocorrer no mês de Setembro daquele ano, bem como realiza o exercício de compilar o nome e endereço de museus existentes nos Estados brasileiros, trabalho que o conservador de museus Guy de Hollanda contempla com mais imersão no livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*.

Outra intelectual brasileira que contribuiu para os debates sobre educação em museus no ano de 1958 foi a conservadora de museus Regina Monteiro Real. Na epígrafe do seu livro, intitulado *O Museu Ideal*, a autora não só aproxima o seu discurso com o de Trigueiros - no sentido de se prestar serviços às comunidades -

como aponta um caminho que a Museologia iria trilhar nos próximos anos, com o conceito de museu integral²⁵ da década de 1970: “o museu é um mundo onde as dificuldades para serem resolvidas se transformam em prazer” (REAL, 1958, p.1).

Regina Real matriculou-se no Curso de Museus em 1936, sendo diplomada no final do ano seguinte. Assim que se formou foi nomeada interinamente para os cargos de conservadora e secretária do Museu de Belas Artes, tendo ao longo de sua carreira montado exposições, ministrado diversos cursos e escrito artigos sobre a relação museu e arte. Também atuou de 1955 até 1969, ano de seu falecimento, no Museu Casa de Rui Barbosa, instituição onde também teve forte atuação (SÁ; SIQUEIRA, 2007).

Para apresentar o que compreendia como museu ideal, Regina Real inicia seu livro com os debates e iniciativas antes da Segunda Guerra Mundial, indicando que há a compreensão de que amontoados de objetos empilhados não atraem curiosos ou estudiosos. Nessa perspectiva, locais como os Estados Unidos já organizavam museus com finalidades didáticas, repensando seus espaços e técnicas de exposição e, em 1946, com o Conselho Internacional de Museus, previa-se uma cooperação entre os profissionais para o desenvolvimento dos museus em diversas áreas, como a “educação popular e conhecimento mútuo e compreensão entre os povos” (REAL, 1958, p.7).

A autora afirma que seu livro é fruto dos anos de experiência no campo dos museus, um ensaio com sugestões sobre a Museologia, uma ciência em plena evolução. Seu público-alvo seriam leitores que estariam em busca de orientações sobre a área. Assim, lança dois conceitos que direcionam o discurso apresentado: do museu ideal para o museu executado, uma sequência para a organização das instituições.

Partindo da ideia de que as coleções são a razão de ser dos museus, reitera a necessidade de um trabalho técnico especializado para a salvaguarda e

²⁵ O conceito de museu integral aparece na Carta de Santiago do Chile, de 1972, onde os membros consideram que a “tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade” (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p.20).

apresentação desses acervos, trazendo como argumentação a “educação pelo objeto, ou melhor, a educação visual” e destacando a importância do bom tratamento com o público:

O visitante, criança, adolescente ou adulto, seja ele um simples apreciador ou profundo pesquisador, merece carinho especial. A apresentação das peças deve atender e até ir ao encontro dessa solicitação. É uma educação não apenas *ativa*, mas *atrativa* (REAL, 1958, p.13)

Buscando apresentar didaticamente a organização de uma instituição museológica, desenvolve como o volume I do livro *Introdução a Técnica de Museus* de Gustavo Barroso debates desde o edifício até técnicas de apresentação do acervo - com ênfase na seleção e valorização. Ao comentar sobre os serviços complementares dos museus cita a importância da Educação, ressaltando que conservadores de museus e naturalistas devem se especializar em Pedagogia, bem como educadores tomar parte nas atividades dos museus, tendo os profissionais citados a importância de contribuir para o entendimento recíproco entre sociedade e museu. Por este ponto de vista, destaca a necessidade de se “organizar de cursos e conferências, orientar visitas guiadas, dar atenção especializada aos escolares e preparar gráficos, selecionar material técnico ou reproduções para escolas e instituições congêneres” (REAL, 1958, p.20).

Abordando museus mais específicos, a autora inicia uma apresentação que denomina de *sugestões para museus regionais*. Comenta exemplos de museus locais nos Estados Unidos, denominados de museu da cidade, no qual comunidade e escolas colaboram para o seu desenvolvimento. Segundo a autora, “nada mais pedagógico e de perfeita educação cívica que a participação da criança num empreendimento coletivo” (REAL, 1958, p.34-35) e, a partir de tal afirmação, indaga: por que então não centrar esforços em um museu escolar?

Em suas palavras, aponta que “parece-nos que será incipiente se limitar ao ambiente escolar” (REAL, 1958, p. 35), propondo tanto o museu escolar como o museu regional, valorizando o último por ser um modelo que abrange a colaboração de todos. Sugere, ainda, que a influência oficial fosse a mínima possível, envolvendo

só questões de infraestrutura e orçamentária, para que não haja intromissão política nas decisões e trabalhos técnicos e culturais.

Para exemplificar essas possíveis experiências, Regina Real pontua instituições brasileiras que tem uma forte relação com a comunidade e cidade em que foram fundados: o Museu Imperial com a cidade de Petrópolis/ RJ, que além de salvaguardar acervos da família imperial possui coleções sobre a história da cidade; o Museu da Inconfidência, que retrata um episódio da história de Minas Gerais que se tornou um marco para o País; Museu do Ouro, que em Sabará/ MG recorda ao povo sua história através do ciclo do ouro; mencionou que eles são museus reconhecidos, mas essas relações podem ser firmadas entre instituições de pequeno porte e comunidade através de coleções da própria região, como as mineralógicas e paleontológicas, de arte popular, folclórica e de economia doméstica.

A autora finaliza o livro considerando: “o campo é extenso, mas o principal é tirar partido daquilo que se tem à mão. Os objetos têm a sua mensagem a transmitir. Cabe-nos reconhecê-la e preservá-la para a educação futura de nossa gente” (REAL, 1958, p.36).

A década de 1950 foi um período especial para o campo dos museus, momento que permite analisar tanto eventos passados que culminaram para estes marcantes anos na área, como refletir o que os eventos ocorridos estimularam para o desenvolvimento da Museologia. No Brasil, o Curso de Museus conquistou o título universitário em 1951, um importante passo na academia consolidado por diversos fatores, nos quais nesta pesquisa dois se destacam: o livro *Introdução à Técnica de Museus* e produções de diplomados sobre museus e Educação.

A publicação do primeiro e segundo volume do livro *Introdução à Técnica de Museus*, de Gustavo Barroso em 1946 e 1947, respectivamente, reforçaram a importância do Museu Histórico Nacional como espaço de ensino, do autor do livro enquanto intelectual de referência para o campo, dos conservadores de museus como profissionais vitais para o pleno funcionamento das instituições museológicas. Ao lançá-lo, Barroso tornou a disciplina Técnica de Museus protagonista do perfil e

papel da profissão conservador de museus, apresentando didaticamente temas que, se para o autor eram fruto de estudos, investigações e experiências na área a serem lecionadas no Curso de Museus, para o leitor, transformava-se em um manual essencial na formação especializada, produção legitimadora de uma área que se consolidava no Brasil.

Os diplomados também se tornaram um importante fator para a consolidação do Curso de Museus e a valorização do Museu Histórico Nacional entre seus pares, pois muitos por meio de concursos e contratações foram incorporados em instituições por todo o País e disseminaram a concepção pedagógica do curso, potencializando-o como matriz intelectual do pensamento museológico brasileiro. Assim, ao se apropriarem do conhecimento especializado sobre o campo dos museus, sistematizado no Brasil a partir das publicações de Gustavo Barroso, reforçaram a potencialidade dos museus e suas representações enquanto espaço de caráter educativo.

Internacionalmente, a década de 1950 também se destacou no campo dos museus. Após a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Conselho Internacional de Museus em 1946 debates e estudos comparativos entre instituições de diversos países foram estimulados para o desenvolvimento e unificação da área; pautas eram lançadas nos eventos promovidos no desejo de aprofundar diálogos sobre a relação museu e público - considerado um grande desafio das instituições - e, neste sentido, o tema educação em museus teria muito a contribuir.

O Conselho Internacional de Museu promoveu três grandes encontros na década de 1950 que reforçaram os debates sobre educação em museus, seja em relação às áreas Educação e Museologia, da presença da juventude dos museus, dos profissionais envolvidos em projetos de caráter educativo: a realização do primeiro e segundo Seminário Internacional da UNESCO, em 1952 e 1954 respectivamente, com os temas *Sobre o papel dos museus na Educação*, e em 1958, na cidade do Rio de Janeiro/ Brasil, o *Seminário Regional Latino-Americano da UNESCO*, com o tema a *Função Educativa nos Museus*.

O evento realizado no Brasil teve um forte impacto no campo dos museus, não só pela possibilidade de um contingente de profissionais brasileiros dialogarem

sobre Educação e Museus, mas também pelo incentivo a publicações que destacassem a temática promovida, potencializando conservadores de museus a se tornarem intelectuais de referência no campo no País e internacionalmente.

Nessa perspectiva, Guy José Paulo de Hollanda, Florivaldo dos Santos Trigueiros e Regina Monteiro Real colaboraram para mapear o panorama dos serviços educativos disponibilizados pelos museus, bem como apresentar estratégias para o aprofundamento e maior qualidade da relação visitante e museu, apontando para uma forte aproximação com as comunidades, direcionamento que a Museologia internacionalmente trilhou nos anos seguintes para o desenvolvimento compartilhado das instituições.

A matriz intelectual dos museus, antes centrada no discurso propagado pelo corpo funcional do Museu Histórico Nacional, em especial na função de docentes do Curso de Museus, ganhou fôlego e extrapolou os limites da instituição através dos seus diplomados. Nesse movimento esses agentes tornaram-se tanto difusores dos preceitos delineados pelo Museu Histórico Nacional, como também uma nova geração de pensadores sobre a contribuição dessas instituições para a sociedade, reforçando a colaboração dos profissionais brasileiros nos debates mais recentes sobre educação em museus.

Em uma simples frase, de menos de duas linhas, Gustavo Barroso resumiu o papel idealizado pelo Museu Histórico Nacional desde sua origem: “E assim revivemos e assim sentimos e aprendemos melhor a querer ainda mais o Brasil” (BRASIL, 1944[?]b, p.9). Esta é uma frase retirada de um relatório especial que analisou as ações promovidas pela instituição no período de 1930 a 1944, momento em que o museu, estruturado, iniciou projetos que teriam impacto e repercussão no País. Gustavo Barroso sabia muito bem o propósito do Museu Histórico Nacional em suas gestões porque esta concepção sempre passou por seu crivo.

Ele foi uma personagem que, imerso no contexto político e cultural dos anos entre 1910 e 1920 - nos quais intelectuais e o Estado tinham uma complexa relação na busca de um ideal de representação da nacionalidade - buscou a valorização do passado na contramão da modernização da sociedade brasileira.

Gustavo Barroso buscou ser defensor de relíquias que contribuíssem para a representação de um passado legitimado na tradição, centralizando seus esforços na campanha pelo Culto da Saudade. Tendo uma vida cultural intensa, conseguiu dar voz a seus anseios por meio das palavras, publicando em revistas e jornais matérias sobre a emergência de se preservar testemunhos materiais do passado, somando-se ao discurso de outros intelectuais brasileiros, como Edgard Roquette-Pinto e Affonso Taunay.

Ao potencializar o *Culto da Saudade* como um mote pela construção da memória nacional, Gustavo Barroso passou a explicitar a necessidade de um museu histórico que destacasse os grandes fatos e heróis da Nação, sendo esta instituição uma instância cívico-pedagógica das representações históricas que evocassem a tradição, considerada pelo intelectual a alma da pátria.

No contexto dos grandes eventos ocorridos em 1922 em razão do Centenário da Independência, o desejo de se criar um espaço fixo destinado à história do Brasil, somado aos discursos de intelectuais como ele, deram origem ao Museu Histórico Nacional. Para Abreu (1996), o presidente Epitácio Pessoa ter nomeado Barroso para dirigir este museu era expressão de um ritual de honrarias e privilégios estabelecido entre Estado e intelectuais e, neste caso, acima de tudo, entre intelectuais com as mesmas origens.

O então primeiro diretor do Museu Histórico Nacional dedicou grande parte de sua vida a esta instituição que, além de preservar as relíquias do passado poderia, aos olhos do intelectual, ser também sua imortalidade. É possível aproximar a trajetória de Gustavo Barroso no campo dos museus com o conceito de *poética da história* de Stephen Bann (1994), ao observar que o intelectual almejou construir uma determinada conscientização histórica evocada na proposta de cultuar a saudade. Para isso, baseou-se na prática antiquária, buscando autênticas relíquias de eventos e personagens que representassem valores e tradições: “[...] um museu é uma evocação do passado que dá a sensação de épocas vividas ou civilizações que desapareceram. Dele se evola uma revoada de sonhos e fantasias, de sentimentos que dilatam a alma e a emocionam” (BARROSO, 1951, p.66).

Nessa linha, percebe-se que desde sua fundação o Museu Histórico Nacional tinha um caráter educativo a cumprir, ampliando a cada década seus serviços e impacto cultural. Diversos projetos de curta, média e longa duração foram desenvolvidos no período de 1922 a 1958, alguns voltados para a instituição, como as galerias de exposição, outros com enfoque para além do museu, como a Inspetoria de Monumentos Nacionais.

Da necessidade de qualificar futuros profissionais a trabalharem no Museu Histórico Nacional, somado a uma base de conhecimentos adquirida pela experiência de intelectuais que colaboravam na instituição, foi posta em prática uma das ações educativas mais singulares do museu: o Curso de Museus. A formação foi criada em 1932 como um curso técnico, embora idealizada desde uma década antes - com a fundação da própria instituição - prevendo atender a este Museu Histórico, ao Arquivo e à Biblioteca Nacional.

Se o projeto unificado não se concretizou, o que entrou em vigência no final da direção de Rodolfo Amorim Garcia tinha uma finalidade muito específica: qualificar profissionais que fossem habilitados a trabalhar como especialistas do acervo e demandas do Museu Histórico Nacional. Para esta incumbência foi idealizado um curso de dois anos, prevendo estudos sobre a história e os bens

culturais brasileiros que validariam o profissional de competências não previstas em outras carreiras, regularizando-o com o título de conservador de museus.

O Curso de Museus se consolidou como a única formação das Américas e, neste sentido, tornou-se referência no campo dos museus brasileiros e estrangeiros. Essa singularidade foi mencionada em relatório da funcionária Nair Moraes de Carvalho sobre sua viagem de estudos aos museus dos Estados Unidos no período de 19 de Novembro de 1945 a 21 de Fevereiro de 1946. A funcionária relatou que embora os museus americanos tivessem plenas condições técnicas para a execução de seus trabalhos, em nenhuma das instituições que visitou encontrou uma capacitação de funcionários visando o preparo pessoal para o aprofundamento de especializações relacionadas com os acervos musealizados, projeto que quando exemplificava aos diretores através da experiência do Museu Histórico Nacional era muito elogiado (CARVALHO, 1946).

O Curso cresceu e se aperfeiçoou. Em 1944 foi estabelecida uma reforma curricular mais intensa, transformando sua conclusão de dois para três anos; além disso, passou a ter atividades de ensino fora do Museu Histórico Nacional, como as excursões pelo Brasil, e a ceder bolsas de estudo para candidatos de todas as regiões do País. Este novo perfil de curso passou a ser adotado para atender um profissional inscrito que não estivesse só com o objetivo de atuar no Museu Histórico Nacional, mas em instituições de todo o Brasil, passando a ter características mais generalistas. Em 1951 o curso conquistou o título universitário através de convênio estabelecido com a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Entre as disciplinas lecionadas, a de Técnica de Museus ditou o perfil do profissional que estava sendo formado. Concebida por Gustavo Barroso, contemplava as exigências que o trabalho em museus demandava: organização, arrumação, catalogação e restauração de monumentos e objetos; a apresentação de ciências que auxiliariam investigações especializadas e noções para o reconhecimento e classificação do acervo. Com base em seus estudos, aulas lecionadas e visitas técnicas realizadas, Barroso publicou o livro *Introdução à*

Técnica de Museus, em dois volumes, tornando-se uma referência didática para não só para os estudantes do curso, mas também instituições de todo o País.

A partir do Curso de Museus, o Museu Histórico Nacional fortaleceu sua representação enquanto *matriz intelectual do campo dos museus* e, neste sentido, três vertentes de narrativas por meio da palavra escrita contribuíram para este processo: a obra de referência *Introdução à Técnica de Museus*, escrita pelo diretor do museu, do curso e docente das cadeiras de conteúdo especializado; os artigos publicados pelos , muitos consequentemente professores do Curso de Museus, nos Anais do Museu Histórico Nacional, disseminando as investigações e debates mais atualizados no Brasil e exterior; e as publicações dos diplomados do curso, que se disseminando pelas instituições brasileiras formavam uma nova geração de pensadores sobre os museus.

Conservadores de museus contribuíram de forma significativa para a ampliação do envolvimento do Brasil com os debates internacionais, propagando, resignificando e prosseguindo nos ensinamentos apropriados em sua formação. Com a criação do Conselho Internacional de Museus, em 1946, a relação entre Educação e museus ganhou força e potencial para investigações e trocas de conhecimento, tornando-se o tema dos debates na década de 1950 em seminários internacionais e regionais.

Articulados com a demanda que o campo dos museus estava suscitando e compartilhando com a necessidade de investigações e produções brasileiras sobre a relação entre Educação e museus, três diplomados do Curso de Museus publicaram em 1958 obras que evidenciara esta temática. Tornando-se uma nova safra de profissionais especializados - no caso do Brasil, fruto de uma formação baseada principalmente da experiência de Gustavo Barroso - estimulada com os diálogos e avanços na área que iriam acontecer no Rio de Janeiro em decorrência do Seminário Regional da UNESCO *Função Educativa nos Museus*, Guy José Paulo de Hollanda lançou o livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, fruto da solicitação da própria UNESCO na construção de um panorama do atendimento e serviço educativo promovido pelos museus brasileiros; Florisvaldo dos Santos Trigueiros publicou a obra *Museu e Educação*, trazendo à tona uma concepção

pouco evidenciada: o museu, instrumento de documentação, servindo conseqüentemente como um sistema educativo; Regina Monteiro Real buscou problematizar e traçar diretrizes para o que denominou de *Museu Ideal*, título do livro, pensando o museu como uma organização com finalidades didáticas.

A partir do exercício de reflexão sobre as propostas educativas do Museu Histórico Nacional no período estudado, foi possível perceber a dimensão educativa da instituição, consubstanciada nas suas práticas voltadas para estimular o público a se relacionar com o passado – desde o delineamento da aquisição de acervos a propostas de exibição dos mesmos. Destas práticas, surgiram algumas ações bem delineadas sobre seu potencial didático que, ao serem postas em execução, criaram representações do museu que o reforçaram enquanto espaço de aprendizagem.

Entre as diversas representações delineadas ao longo dos anos, definir-se como uma matriz intelectual dos museus tornou-se uma forte sustentação do caráter educativo do Museu Histórico Nacional. O Curso de Museus foi instrumento de formação e propagação do pensamento do corpo funcional do museu, tornando-o inspiração enquanto modelo de instituição bem sucedida – capaz de construir conceitos e didaticamente propagá-los aos diversos museus brasileiros.

Mas, como dito anteriormente, essa é apenas uma das representações originadas no Museu Histórico Nacional, destinada a um público muito específico: pares do próprio campo ou pessoas que desejavam se juntar a este universo, que se apropriaram e multiplicaram o conhecimento produzido neste museu e reforçaram uma rede de saberes e práticas de trabalho oriundo de um pensamento em comum, causando didaticamente um grande impacto no modo de saber e agir nos museus.

Outras representações foram criadas e disseminadas pelo propósito de vigorar o caráter educativo do museu em outras direções, como as destinadas para o visitante da instituição, e que necessitam investigação, pois valorizam a História dos museus, da Museologia brasileira e da História da Educação. Como Chartier (2011, p.16) analisa “as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”, proposta que foi colocada energicamente entre os anos 1922 a 1958 como o propósito do Museu Histórico Nacional: ser um retrato do Brasil.

A representação pesquisada foi um dos diversos direcionamentos que o rico material pesquisado proporciona ao pesquisador. Investigar as exposições de longa e curta duração, os guias e catálogos, as mostras internacionais, as publicações externas dos conservadores, os eventos de caráter comemorativo, os cursos realizados e as relações da instituição com o visitante sob a perspectiva da História da Educação é um desafio posto e que necessita de atenção.

Cabe ressaltar que além do estudo centrado no Museu Histórico Nacional, esse objeto de estudo permite outras imersões de pesquisa que reforçam sua representação enquanto matriz intelectual dos museus, investindo em ausências de informações a partir de vestígios encontrados nos documentos analisados, que suscitam questionamentos como: Quem foram os bolsistas que se formaram no Curso de Museus? Para quais instituições foram destinados após se qualificarem? Que ações desenvolveram nos respectivos museus? Existiram aproximações entre projetos realizados e a aprendizagem proposta pelo Curso de Museus?

Apontar um horizonte de possibilidade de estudos reforça que o caráter educativo do Museu Histórico Nacional era intenso, diverso e complexo, correspondendo à intencionalidade do intelectual que a dirigia e dos profissionais que lá trabalhavam, formulando representações e práticas que ultrapassaram os limites da instituição e potencializaram o culto ao passado por meio dos objetos eleitos como aptos a construir uma narrativa de glórias e heróis, destacando os museus históricos enquanto espaços de instrução do Estado em favor da adoração da pátria, uma das diversas possibilidades de se refletir sobre a História.

REFERENCIAS

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996. 255p.

_____. O paradigma evolucionista e o Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXVII. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1995. p.7-17.

ANHEZINI, Karina. Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da História de Afonso de Taunay. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol.10-11, n.01, São Paulo, 2003. p.37-60.

ANDERMANN, Jeans. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. n. 09, vol.05, Jul / Dez de 2004. p.128-170.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. 45p.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.01, p.28-54, 1988.

BANN, Stephen. Introdução: As invenções da história. In: _____. *As invenções da história – ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. 292p.

BARROS, Sigrid Pôrto. A mensagem cultural do Museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964. p.216-228. [? 1952].

_____. O Museu e a Criança. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. IX. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. p.46-73. [? 1948].

BARROSO, Gustavo. A carreira de conservador. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. p.229-234 [? 1947].

_____. A força de Tiradentes. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. p.345-347. [? 1941].

_____. *Coração de Menino*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939. [1º volume de memórias]. 320p.

_____. *Discurso de Posse*, 1923. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=8431&sid=213>. Acesso em: Set/2012.

_____. Esquematização da História Militar do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Imprensa Nacional, 1945^a. p.401-432. [? 1942].

_____. *Introdução à Técnica de Museus*. vol.01, 2.ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Gráfica Olímpica, 1951. 350p.

_____. *Introdução à Técnica de Museus*. vol.02, 2.ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Gráfica Olímpica, 1953. 464p.

_____. *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1940. [2º volume de memórias]. 220p.

_____. Memorandum aos Conservadores. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1997. p.291. [Regulamento para colaboração no VIII volume dos Anais].

_____. Museu Ergológico Brasileiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Imprensa Nacional, 1945^b. p.433-448. [? 1942].

_____. *O Consulado da China*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, s/d. 274p. [3º volume de memórias].

_____. *O Consulado da China*. 3.ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 2000. 206p. [Alagadiço Novo].

_____. O Culto da Saudade. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1997. p.32-34.

_____. O Curso de Museus. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955. p.191-211. [? 1944].

BASTOS, Maria Helena Camara. História da Educação (Verbetes). In: MOROSINI, Marília Costa (Coord.). *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*. Glossário. Vol.02. Brasília: INEP, 2006. p.67-68.

_____. *Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 350p.

BITTENCOURT, José Neves. Memória para o futuro: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu (1839-1889). *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXXVII. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 2005. p.195-219.

_____. Um Museu de História do século passado: observações sob a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. *Anais do Museu Histórico*

Nacional, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1997. p.211-246.

_____. Museu Histórico Nacional, 1931 - O nascimento de uma nova museografia no Brasil? *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXXIII. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 2001. p.9-16.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. *Museu Histórico Nacional*. s/ano. Disponível em: www.museuhistoriconacional.com.br. Acesso em: Fev./2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Gustavo Barroso: bio-bibliografia*. Rio de Janeiro, 1958. 20p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Museu Histórico Nacional: Guia do Visitante*. Rio de Janeiro, 1955. 35p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Museu Histórico Nacional: Guia do Visitante*. Rio de Janeiro, 1957. 35p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1958*. Museu Histórico Nacional, 1959. 31p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1959*. Museu Histórico Nacional, 1960. 28p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Dados Informativos das Atividades do Museu Histórico Nacional no período de 1930 a 1944*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1945b. 06p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Legislação*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1946. 83p. [folheto nº46].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1935*. Museu Histórico Nacional, 1936. 10p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1936*. Museu Histórico Nacional, 1937. 21p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1939*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1940. 22p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1941*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1942. 38p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1942*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1943. 16p.[?] [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1943*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1944^a. 33p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1944*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1945^a. 42p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional - 1948*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1949. 36p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. Relatório com Dados Informativos das Atividades do Museu Histórico Nacional no período de 1930 a 1944. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1944[?]b. 09p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1922*. Museu Histórico Nacional, 1923. 10p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1923*. Museu Histórico Nacional, 1924^a. 19p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1924*. Museu Histórico Nacional, 1925. 26p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1925*. Museu Histórico Nacional, 1926. 17p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1926*. Museu Histórico Nacional, 1927. 16p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1929*. Museu Histórico Nacional, 1930. 17p. [Arquivo Permanente].

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual do Museu Histórico Nacional em 1931*. Museu Histórico Nacional, 1932. 15p. [Arquivo Permanente].

_____. Museu Histórico Nacional. *Catálogo Geral - 1ª secção: Archeologia e História*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1924b. 204p. [Catálogo comercial].

_____. Museu Histórico Nacional. *O Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 1989. 365p.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista - Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005. 333p.

CARTA de Atenas. *Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações*, Outubro de 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: Jan/ 2013. 06p.

CARVALHO, Nair de Moraes. *Cópia*, Rio de Janeiro, 1946. [Projeto de Memória da Museologia no Brasil do Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, *Coleção Nair de Moraes Carvalho (NMC)/ Série Museologia I (1937-1946)/ Caixa 09, NMC2218*].

_____. Papel Educativo do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol.VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. P.18-30. [Volume atribuído ao ano 1947].

CAVALCANTE, Berenice de Oliveira. Ser Moderno: a propósito de uma tradição. *Revista Semeiar*, Rio de Janeiro: PUC-Rio, vol.4, 2000. Disponível em: http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/4Sem_11.html. Acesso em: Abr/2012.

CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/ IBRAM, 2009. 258p.

_____. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha (org.). *Museus Instituições de Pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.51-64. [MAST Colloquia 7].

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 245p.

_____. A história entre narrativa e conhecimento. In: _____. *A beira da falésia – a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2002. p.81-100.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 77p. (tradução de Cristina Antunes).

_____. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, nº11, vol.5, São Paulo, Jan-Abr/ 1991. p.173-191.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. *Do horizonte do passado ao horizonte do futuro: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. 69p.

_____. *Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus*. ICOM-BR, 2008. 15p.

DESANTIS, Daniela. Brasil devolverá ao Paraguai enorme troféu de guerra. *Jornal O GLOBO*, 05 de Março de 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/brasil-devolvera-ao-paraguai-enorme-trofeu-de-guerra-3043658>. Acesso em: Set/ 2012.

DESENVOLVIMENTO dos Museus do Brasil. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1956.

DUMANS, Adolpho. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Imprensa Nacional, 1945. p.383-397. [? 1942].

_____. *A idéia de criação do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Gráfica Olímpica, 1947. 103p.

_____. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Imprensa Nacional, 1941. p.211-230. [? 1940].

ELKIN, Noah Charles. 1922 - O encontro do efêmero com a permanência: as Exposições (Inter)Nacionais, os Museus e as origens do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXIX, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1997. p.121-140.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.49-75.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación e historia cultural - Posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, set/dez 1995. p. 63-82.

GIRÃO, Raimundo. Discurso. *Revista do Instituto do Ceará*, 1959. p.292-301. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/asp/imagens/revporano/1959/1959-DiscursoGustavoBarroso.pdf>. Acesso em: Out/2012.

GODOY, Solange de Sampaio; CHAGAS, Mário de Souza. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXVII, Rio de

Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1995. p.31-60.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus como espaços materiais de representação social. In: _____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007. p.82-106. [Museu, memória e cidadania].

GONÇALVES, Leandro Pereira; AMANCIO, Vanessa Aparecida. Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora. *CES Revista*, v. 24, Juiz de Fora, 2010. p.169-186.

GRINSPUM, Denise. Educação para o patrimônio: Museu de arte e escola - Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. 131p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n.01, 1988. p.5-27.

HOLLANDA, Guy de. *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*. Rio de Janeiro: CBPE-ONICOM, 1958. 268p.

JULIA, Dominique. Trad. Gisele de Souza. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, SBHE/ Campinas, n.01, Jan/Jul 2001. p.9-43.

KESSEL, Carlos. Suntuoso palácio, infecto bairro - a implantação do Museu Histórico Nacional no bairro da Misericórdia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXX, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1998. p.231-244.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes e o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46. Belo Horizonte, Jul/Dez de 2011. p.581-597.

_____. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, Jan/ Jun. 2006. p. 97-115.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: A Educação Brasileira e as Exposições Internacionais (1862-1922)*, 1996. 246p. Tese (Doutorado) – Programa de História Social, Universidade de São Paulo (USP), 1996.

LE GOFF, Jacques. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. 5.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

LE MOS, Carlos. A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116p.

LEVY, Ruth. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 2010. 291p.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. 369p.

LUDOLF, Dulce Cardozo. *Comemoração dos 60 anos dos Anais do Museu Histórico Nacional*. Museu Histórico Nacional, 06 de Novembro de 2000. Entrevista cedida a Cícero Almeida, Paulo Knauss, Carlos Kessel, Eliane Vieira da Silva, José Bittencourt [equipe do Centro de Referência Luso-Brasileiro e convidados].

_____. Nova Diretriz para o Museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964. p.189-200. [Volume atribuído ao ano 1952].

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*, 2004. 152p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Culto da Saudade na Casa do Brasil - Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 142p. [Outras Histórias, 49].

_____. Evocação do Passado e entendimento da história do Museu Histórico Nacional. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / Expansão Gráfica Editora, 2010. p. 337-365.

_____. O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXXIV. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 2002. p. 107-130.

_____. *Troféus da guerra perdida. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*, 2009. 258p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAURÍCIO, Jayme. Novos entendimentos para o estágio de museus da UNESCO no Rio. *Jornal Correio da Manhã*, 1º caderno, Rio de Janeiro, 02 de Fevereiro de 1957.

MEMÓRIA da Museologia no Brasil. *Início - Apresentação*, 2007. Disponível em: <http://www.unirio.br/museologia/nummus/inicio.htm>. Disponível em: Fev/2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Museus Históricos: da celebração à consciência histórica. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra, et al. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1992. p.7-10.

_____. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, J. de S; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (Orgs.). *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005. p.33-56.

MENSCH, Peter van. Trad. Tereza Scheiner. Modelos conceituais de museus (e suas relações com o patrimônio natural e cultural). *Boletim do ICOFOM-LAM*. Buenos Aires - Rio de Janeiro: n. 4/5, Agosto de 1992. 10p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 436p.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da Saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*, 2006, 271p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1992. 129p.

MUSEUS na ordem do dia. *Jornal Folha de Minas*. Minas Gerais, 27 de Outubro de 1956.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. *O “Brasil Colonial” e a exposição do Mundo Português de 1940*, 2008. 280p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 23, Jan/Jun 2005. p. 87-112.

NORA, Pierre. Trad. Yara Aun Houry. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981. p. 07-28.

NUNES, Clarice. A História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Revista Teoria & Educação*, n.06, 1992. p.151-182.

_____. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. *Revista da Faculdade de Educação*, vol.24, n.1, São Paulo, Jan./Jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: jun/2011.

OCAMPO, Liana R. Teresa. *Os cegos e os museus: a utilização do museu como espaço educacional para deficientes visuais*. 1987. 150p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

OFFICE INTERNATIONAL DES MUSÉES. *Muséographie*. Vol.02. Paris: Société des nations, Office international des musées, Institut international de coopération intellectuelle, 1935. 231p.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*, 2003.

119p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

ORNELAS, Pedro da Veiga. A Casa do Brasil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1935.

OS CURIOSOS passam ao largo do Museu Histórico Nacional. *Jornal Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 09 de Março de 1956.

PÉCAUT, Daniel. Trad. Maria Júlia Goldwasser. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a ação*. São Paulo: Ática, 1990. 335p.

PEREIRA, Marcelle Regina Nogueira. *Educação Museal: entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*, 2010^a. 180p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2010^a.

PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *ARQtexto - Revista do PROPAR/ UFRGS*, nº16, 201[0?]b. p.6-27. Disponível em: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/fr_arqtexto16.htm. Acesso em: Ago/2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. 232p.

PITAGUARY, Geraldo. *A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2006. 133p.

POMIAN, Krzysztof. Musée, nation, musée national. *Le Débat*, n.65, Mai/ Jun,1991. p.166-175.

POSSAMAI, Zita Rosane. "Lição de coisas" no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. *Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 20, n. 43. 2012. p.1-12.

_____. *Nos bastidores do museu - patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Produções, 2001. 144p.

REAL, Regina Monteiro. *Museu Ideal*. Belo Horizonte: Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958. 40p.

REIS, Cleber José das Neves. Uma marca barrosiana - a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXXV. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 2003. p.213-226.

RIBEIRO, Adalberto Mário. Museu Histórico Nacional. In:____. *Instituições Brasileiras de Cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. p.92-160.

RIVIÈRE, Georges Henri. Trad. Maria Cistina Oliveira Bruno e Maria Pierina Ferreira de Camargo. Documento final do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus. Rio de Janeiro: ICOM/ UNESCO, 1958. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.11-16.

SÁ, Ivan Coelho. Apresentação – O projeto. In: PITAGUARY, Geraldo. *A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus – MHN em 1945*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2006. p. 11-28.

_____. *75 anos da Escola de Museologia - UNIRIO*, 2007. Disponível em: <http://www.unirio.br/museologia/nummus/75anos.htm>. Acesso em: Fev/2012.

SÁ, Ivan Coelho; SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. 258p.

SANJAD, Nelson. *A Coruja e a Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. 496p.

SANTOS, Maria Célia Trigueiros Moura. *Museu e Educação: conceitos e métodos*, 2001. 19p. [Artigo extraído do texto produzido para aula inaugural do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, proferida na abertura do Simpósio Internacional “Museu e Educação: conceitos e métodos”, realizado no período de 20 a 25 de agosto].

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamont/ MinC/ DEMU, 2006. 142p.

SILVA, Ana Celina Figueira da. *O museu e a consolidação da memória de Julio de Castilhos (1903-1925)*. 2011. Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. Porto Alegre, 2011. 58p.

SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus - MHN, 1932-1978. O perfil Acadêmico-profissional*, 2009. 178p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2009.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: ____ (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III - século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 416-429.

STOCKING Jr., George W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985. 248p.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 97p.

TELLES, Angela Cunha da Motta. Mostrar, estudar, celebrar – apontamentos sobre a história das atividades educativas no Museu Histórico Nacional, 1922-1968. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1997. p.187-210.

TORAL, Hernan Crespo. Trad. Marcelo Mattos Araújo. Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus - 1958. Havana, Abril de 1995. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.8-10.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. *Museu e Educação*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958. 228p.

_____. *Museus - sua importância na educação do povo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956. 98p.

_____. O Museu - órgão de documentação. *Cadernos da AABB*, n.11, Rio de Janeiro: Associação Atlética do Banco do Brasil, 1955. 59p.

UNESCO. *Archives Access-to-Memory Catalogue*. Disponível em: <http://atom.archives.unesco.org/international-museums-office-imo;isaar>. Acesso em: Dez/ 2012.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50p.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: ____ (orgs.). *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 73-139.

VIDAL, Diana Gonçalves. Museus Pedagógicos e Escolares: inovação pedagógica e cultura material escolar no Império brasileiro. *IX Congresso Iberoamericano de História da Educação*, Petrópolis, 2009. 15p.

WINZ, Antonio Pimentel. *A História da Casa do Trem*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 1962. 670p. [Estudos e Documentos I].

APÊNDICES

APÊNDICE A

Teses e Dissertações disponíveis no Portal da Capes e Banco de Pesquisa de Domínio Público tendo articulação com o objeto de estudo – termos de indexação: Museu Histórico Nacional, Museologia, Educação em Museus, Ação educativa, Gustavo Barroso.

Último acesso: 25 de Março de 2012

Tese/ Dissert.	Ano	Autor	Título	Universidade	Palavras-Chave	Base de dados encontrada
D	2006	Afonsina Maria Augusto Moreira	No Norte da Saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Gustavo Barroso, Saudade, Memória, Folclore, Museu.	Portal da CAPES Banco de Pesq. de Domínio Publ.
M	2004	Aline Montenegro Magalhães	<i>Colecionando relíquias... um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Colecionismo; Inspetoria de Monumentos Nacionais.	Portal da CAPES Banco de Pesq. de Domínio Publ.
M	2003	Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira	O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	Gustavo Barroso; memória nacional; museu, tradição, patrimônio.	Portal da CAPES
M	1997	Angela Maria Gianezi Ribeiro	Carimbos Particulares nas Modas do Brasil Império: Formas Alternativas de Dinheiro	Universidade Federal de São Paulo (USP)	Carimbos; moedas; Brasil Império; Arqueologia.	Portal da CAPES
M	2000	Claudio Umpierre Carlan	Moeda, Simbologia e Propaganda sob Constâncio II	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Moeda; Roma; Império; Propaganda; Símbolos; Vitória.	Portal da CAPES

D	2007	Cláudio Umpierre Carlan	Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação.	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Poder, moeda, império, Roma.	Portal da CAPES
M	2004	Evelyn Maria de Almeida Meniconi	Monumento para quem? A preservação do patrimônio histórico e ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	Patrimônio Histórico; Espaço Urbano.	Portal da CAPES
M	2009	Graciele Karine Siqueira	Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional.	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Museu; Museologia; Curso de Museus; MHN.	Portal da CAPES Banco de Pesq. de Domínio Publ.
M	2003	Lia Silvia Peres Fernandes	Museu Histórico Nacional: permanências e mudanças	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Museu Histórico Nacional	Portal da CAPES
M	1998	Maria Luiza Lage de Almeida	Um presente para a Imperatriz: o álbum de Maria Cândida de Sepúlveda e Silva	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Música	Portal da CAPES
M	2010	Raquel Luise Pret Coelho	Ver é conhecer – memória e identidade no processo de revitalização do Museu Histórico Nacional (1982-1989).	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Revitalização; memória; identidade; criação.	Portal da CAPES
M	1990	Regina M. do Rego Monteiro de Abreu	Sangue, nobreza e política no templo dos imortais: um estudo antropológico da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Coleção; memória; nação.	Portal da CAPES
M	1994	Rejane Maria Lobo Vieira	A Imagem do Rei e do Reino de Portugal através das Moedas de D. Fernando I (1367-1383)	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Iconografia; moedas; D.Fernando.	Portal da CAPES

D	2008	Rosana Andrade Dias do Nascimento	O “Brasil Colonial” e a Exposição do Mundo Português de 1940.	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Exposição; Mundo Português; Museu.	Portal da CAPES
D	2005	Rosane Maria Rocha de Carvalho	As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual.	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Tec. De informação e comunicação; público virtual; museu.	Portal da CAPES
M	1996	Vânia Dolores Estevam de Oliveira.	De casa que guarda relíquias à instituição que cuida da memória – a trajetória do conceito de museu no Museu Histórico Nacional.	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Museu Histórico Nacional; memória; documento.	Portal da CAPES
M	2000	Vania Polly da Silva	Arquitetura de museus no centro do Rio de Janeiro.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Arquitetura; museus; patrimônio histórico.	Portal da CAPES
M	2009	Luiz Mário Ferreira Costa	Maçonaria e Antimaçonaria: uma análise da “História Secreta do Brasil” de Gustavo Barroso.	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	s/ informação	Banco de Pesq. de Domínio Publ.

Fonte: Dados da pesquisa, elaborados a partir de bases de dados de teses e dissertações.

Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em: Mar/2012;

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>. Acesso em: Mar/2012.

APÊNDICE B

Mapeamento dos artigos publicados nos Anais do Museu Histórico Nacional tendo articulação com o objeto de estudo e problema de pesquisa

Ano atribuído	Ano publicado	Volume	Título	Autor (es)	Página
1940	1941	I	O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência.	Adolpho Dumans	p.211-230
1942	1945	III	A ideia de criação do Museu Histórico Nacional.	Adolpho Dumans	p.383-397
1947	1957	VIII	Papel Educativo do Museu Histórico Nacional.	Nair de Moraes de Carvalho	p.18-30
1948	1958	IX	O Museu e a Criança.	Sigríd Pôrto de Barros	p.46-73
1952	1964	XIII	A mensagem cultural dos Museus.	Sigríd Pôrto de Barros	p.216-228
1952	1964	XIII	Nova Diretriz para o Museu.	Dulce Cardozo Ludolf	p.189-200
1997	1997	XXIX	Mostrar, estudar, celebrar – apontamentos sobre a história das atividades educativas no Museu Histórico Nacional, 1922-1968	Angela Cunha da Motta Teles	p.187-210
2001	2001	XXXIII	Museu Histórico Nacional, 1931. O nascimento de uma nova museografia no Brasil?	José Neves Bittencourt	p.9-16
2002	2002	XXXIV	Museografia e Museu: um estudo de caso dos 80 anos do Museu Histórico Nacional.	Solange Godoy, Luiz Antonelli	p.167-220
2003	2003	XXXV	Uma marca barrosiana – a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional.	Cleber José das Neves Reis	p.213-226
2004	2004	XXXVI	Objetos presentes, indivíduos passados – estudante, visitante e público no MHN (1940-1975).	Inês Gouveia	p.143-156
2007	2007	XXXIX	História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO	Ivan Coelho de Sá	p.10-42

Fonte: Dados da pesquisa, elaborados a partir dos volumes dos Anais do Museu Histórico Nacional (1940 a 2010).

APÊNDICE C

Documentos consultados no Projeto Memória da Museologia no Brasil

Categoria	Subcategorias	Documentos
<i>Coleção Nair Moraes de Carvalho (NMC)</i>	Série Museologia I (1937-1946) Série Museu Histórico Nacional Série Fotografias Série Artigos e Periódicos (1944-1975) Série Produção Intelectual	NMC 1775. Plano de visitação à museus (1961) NMC 1787. Documento sobre Seminário Regional da UNESCO (1958) NMC 1811. Artigo <i>Temos um patrimônio histórico a defender</i> (1944) NMC 2218. Relatório de Observação (1946) NMC 2220. Método Duplo-Museu [s.d.]
<i>Coleção Gustavo Barroso (GB)</i>	Série Fotografias Curso de Museus Série Fotografias Pessoais Série Trabalhos Técnicos Série Documentos Pessoais Série Biografia Série Produção Intelectual Série Museu Histórico Nacional	GB2120. Bio-Biografia de Gustavo Barroso (1958) GB2127. Documentos sobre Gustavo Barroso e o Exército Brasileiro [s.d.] GB2204; GB2205. Livro <i>Introdução à Técnica de Museus</i> (1946) GB2248. Centenário de Portugal (1940) GB2459; GB2470; GB2464; GB2466; GB2467; GB2417; GB2429; GB2430; GB2407; GB2368. Fotografias
<i>Coleção Florisvaldo dos Santos Trigueiros (FST)</i>	Série Produção Intelectual Série Órgãos de Classe / Associações Série Curso de Museus Série Documentos Pessoais Material em catalogação	FST2945.1. Livro <i>O Museu - órgão de documentação</i> (1955) FST2971.1. Livro <i>Museus - sua importância na educação do povo</i> (1956) Em catalogação. Carta à Associação Brasileira de Educação (1967) Em catalogação. Currículo comentado [s.d.] Em catalogação. Livro <i>Aspectos da Arte na Bahia</i> (1953)
<i>Coleção Celina Salles Trigueiros (CST)</i>	Série Fotografias / Documentos	CST2664; CST2625. Fotografias Curso de Museus Em catalogação. Livro <i>Museu e Educação</i> (1958)
<i>Coleção Antônio Pimentel Winz (APW)</i>	Série Livros	APW8583.2. Livro <i>Museu Ideal</i> (1958)

<i>Coleção Guy de Hollanda (GH)</i>	Material em catalogação	Em catalogação. Livro <i>Recursos Educativos dos Museus Brasileiros</i> (1958)
<i>Coleção Regina Liberali Laemmert (RLL)</i>	Série Museologia	RLL9637. Temário do 1º Encontro Nacional de Museus (1956) RLL9638. Regimento do 1º Encontro Nacional de Museus (1956) RLL9639. Ficha de inscrição do 1º Encontro Nacional de Museus (1956) RLL9643. Recorte de Jornal escrito por Mário Barata. RLL9646. Lista de congressistas do 1º Encontro Nacional de Museus (1956) RLL9647. Vozes Congressistas do 1º Encontro Nacional de Museus (1956)
<i>Hemeroteca</i>	Pasta Museu e Educação Pasta Museu Histórico Nacional I Pasta Museu Histórico Nacional II	Reportagens diversas

FONTE: Dados de pesquisa, elaborados a partir de consultas no Projeto Memória da Museologia no Brasil do Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

APÊNDICE D

Esquematização da História Militar do Brasil segundo Gustavo Barroso

ESQUEMATIZAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (segundo Gustavo Barroso, 1945a, p.404-415)	
EIXO	TEMÁTICAS ABORDADAS
<i>História da Organização das Forças Armadas</i>	<p>a) Período Colonial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Séc. XVI: Voluntários e Bandeiras. A Bandeira – unidade militar. Predomínio da Bandeira. 2. Séc. XVII: Bandeiras, Pés de Castelo, Companhias de Assalto, Companhias de Ordenanças. Terços de Infantaria. Predomínio da Companhia. 3. Séc. XVIII: Milícias e Tropas pagas. Terços e Regimentos. Companhias e Batalhões de Artilharia. Predomínio do Terço. 4. Séc. XIX: Milícias e Tropas de Linha. Terços, Regimentos, Legiões, Companhias e Batalhões de Artilharia. Predomínio do Regimento. Brigadas e Divisões. <p>b) Período Independente</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 1º Reinado: Milícias e Tropas de Linha. Regimentos montados. Predomínio do Batalhão, Brigadas e Divisões. 2. Regência: Exército ou 1ª Linha e Guarda Nacional. Afirma-se na infantaria o predomínio do Batalhão de Caçadores. Brigadas e Divisões. 3. 2º Reinado: 1ª Linha e Guarda Nacional. Voluntários e Provisórios. Regimentos montados. Batalhões pesados (fuzileiros). Batalhões ligeiros (caçadores a pé). A Engenharia. Corpos fixos. Brigadas, Divisões e Corpos de Exército. 4. República: Exército, Guarda Nacional, Polícias, Linhas de tiro, Regimentos e Batalhões, Grupos de Artilharia, Companhias Isoladas, etc. Brigadas e Divisões. Destacamentos Aviações. 5. Estado Novo: Exército, Aviação e Reservas de 1ª e 2ª Linhas, unidades modernas, novos conceitos e formas de organização militar. Tropas mecanizadas e motorizadas.
<i>História das Unidades do Exército</i>	<ol style="list-style-type: none"> a) Corpos desaparecidos. b) Corpos transformados. c) Corpos tradicionais. d) Corpos recentes. e) Corpos que mereceram relevo especial ou tiveram alcunhas tradicionais.

<p><i>História dos Institutos e Estabelecimentos militares</i></p>	<p>a) Escolas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na Colônia. 2. No Império. 3. Na República. <p>b) Arsenais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na Colônia. 2. No Império. 3. Na República. <p>c) Fábrica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na Colônia. 2. No Império. 3. Na República. <p>d) Quartéis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na Colônia. 2. No Império. 3. Na República. <p>e) Colégios Militares</p>
<p><i>História das Fortificações Brasileiras</i></p>	<p>a) Fortalezas Coloniais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os primeiros fortins: cercas ou paliçadas. 2. Fortalezas de defesa da costa e dos portos. 3. Fortalezas de defesa das ilhas. 4. Fortalezas de defesa dos rios. 5. Fortalezas de defesa das fronteiras. 6. Fortalezas do interior. <p>b) Fortalezas Imperiais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortes coloniais aproveitados e reformados. 2. Fortes novos. <p>c) Fortificações modernas</p> <p>d) Considerações sobre a nossa arquitetura militar.</p>
<p><i>História do armamento usado pelas tropas brasileiras</i></p>	<p>a) Período Colonial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Séc. XVI: armas defensivas do homem e do cavalo, armas ofensivas de choque, de haste, brancas e de fogo, de antecarga, com serpentina ou mecha; artilharia de ferro e bronze. 2. Séc. XVII: armas defensivas do homem e do cavalo, armas ofensivas de choque, de haste, brancas e de fogo, de antecarga, pelo sistema de roda ou rodete; artilharia de bronze.

<p style="text-align: center;">(cont.)</p> <p style="text-align: center;">História do armamento usado pelas tropas brasileiras</p>	<p>3. Séc. XIX (Brasil-Reino): armas defensivas do homem, armas ofensivas de haste, brancas e de fogo, de antecarga, pelo sistema dos fechos de miquelete: sílex, fuzil ou pederneira; artilharia de ferro e de bronze.</p> <p>b) Período Independente</p> <p>1. 1º Reinado e Regência: armas ofensivas de haste, brancas e de fogo, antecarga, sistemas de pederneira: artilharia de ferro e de bronze.</p> <p>2. 2º Reinado: armas de haste, brancas e de fogo, de antecarga, sistema de fulminante; artilharia de bronze, de ferro e de aço. Primeiras experiências de espingardas de retrocarga e agulha: as Dreyse de Caseros e do Estabelecimento. A Comblain. Primeiras experiências de canhões de carregar pela culatra: Whitworth e Krupp.</p> <p>3. República: armas ofensivas de haste e brancas; fuzis e mosquetões de retrocarga e repetição – Kropatschek, Mannlicher e Máuser, ombreado ainda com as Comblain de retrocarga e tiro simples; artilharia de aço. Primeiro carros de assalto. Metralhadoras. Aviação.</p> <p>4. Estado Novo: armas modernas: tanques, aviões, artilharias antiaérea, etc. etc.</p> <p>c) Considerações sobre o emprego e evolução do nosso armamento, sobre o armamento que nos foi oposto nas diversas campanhas e sobre os nossos modelos, adaptações, modificações e invenções.</p>
<p style="text-align: center;">História da Música Militar</p>	<p>a) Organizações das charangas, bandas de música, de cornetas e de tambores.</p> <p>b) Toques de ordenança.</p> <p>c) Marchas e dobrados.</p> <p>d) Canções militares.</p>
<p style="text-align: center;">História da Indumentária Militar</p>	<p>a) Período Colonial</p> <p>1. Fardamentos e insígnias do séc. XV ao séc. XIX (Brasil-Reino).</p> <p>2. Influências estrangeiras.</p> <p>3. Peças modificadas, adaptadas ou criadas no Brasil.</p> <p>b) Período Imperial:</p> <p>1. Fardamentos e insígnias do 1º Reinado, da Regência e 2º Reinado.</p> <p>2. Peças modificadas, adaptadas ou criadas no Brasil.</p> <p>c) Período Republicano</p> <p>1. Fardamentos e insígnias.</p> <p>2. Peças adaptadas ou originais.</p>
<p style="text-align: center;">História das Guerras internas</p>	<p>a) Expedições de penetração do território</p> <p>1. Entradas.</p>

<p style="text-align: center;">(cont.)</p> <p style="text-align: center;">História das Guerras internas</p>	<p>2. Bandeiras.</p> <p>b) Lutas para defesa do território</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Expulsões dos franceses. 2. Expulsões dos ingleses. 3. Expulsões dos holandeses (do Brasil e da Angola). 4. Expulsões dos castelhanos. <p>c) Expedições punitivas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Palmares. 2. Canudos. <p>d) Lutas civis</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revolução de 1817. 2. Revolução de 1824. 3. Cabanagem. 4. Pintismo. Abrilada. Setembrada. 5. Balaiada. 6. Sabinada. 7. Revolução liberal de 1824. 8. Revolução Farroupilha. 9. Revolução Praieira. 10. Revolução da Armada. 11. Revolução Federalista. 12. Revolução Acreana. 13. Revolução Paulista de 1924. 14. Revolução de 1930. 15. Revolução Constitucionalista de 1932.
<p style="text-align: center;">História das Guerras externas</p>	<p>a) Guerras de expansão colonial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundação e defesa da Colônia do Sacramento. 2. Guerra do Guarani. 3. Campanha de Caiena. 4. Campanha contra Artigas na Banda Oriental e anexação da Cisplatina. <p>b) Guerra da Independência</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na Cisplatina. 2. Na Bahia. 3. No Maranhão e Piauí. <p>c) Guerras de Intervenção Política</p>

<p>(cont.)</p> <p>História das Guerras externas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expedição pacificadora de D. Diogo de Sousa: 1811. 2. Campanha contra Rosas. 3. Ocupação e policiamento do Uruguai em 1857. 4. Campanha do Uruguai em 1864. <p>d) Guerras em defesa do território invadido e da soberania nacional atacada</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Campanha da Cisplatina de 1825 a 1828. 2. Campanha do Paraguai de 1865 a 1870.
<p>História e Evolução da Doutrina Militar</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Comandos, Estados-Maior e Regulamentos do período colonial até o Brasil-Reino. b) Comandos, Estado-Maior de 1ª e 2ª classes e Regulamentos do período imperial. c) Comandos, Estado-Maior e Regulamentos do período republicano. d) Missão Francesa. e) Considerações sobre a nossa própria tradição doutrinária, as lições de nossas guerras e de nossos chefes, o meio em que temos de atuar e as influências que naturalmente sofremos. f) Legislação militar.
<p>História das principais Figuras Militares</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Na Colônia. b) No Império. c) Na República. d) Caxias e a sua significação permanente.
<p>A tradição e a glória do Exército</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O folclore militar. 2. Os troféus. 3. As condecorações e medalhas militares. 4. As bandeiras. 5. Os monumentos de caráter militar.
<p>Bibliografia Militar Brasileira</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Obras técnicas <ol style="list-style-type: none"> 1. De militares. 2. De civis. b) Obras históricas <ol style="list-style-type: none"> 1. De militares. 2. De civis. c) Obras literárias <ol style="list-style-type: none"> 1. De militares. 2. De civis. d) Atos oficiais.

Fonte: Dados de pesquisa, elaborados a partir da adaptação do artigo *Esquematização da História Militar do Brasil* (BARROSO, 1945a, p.401-432).

APÊNDICE E

Esquemática do Museu Ergológico Brasileiro segundo Gustavo Barroso (BARROSO, 1945b)

ESQUEMATIZAÇÃO DO MUSEU ERGOLÓGICO BRASILEIRO (segundo Gustavo Barroso, 1945b, p.433-448)	
EIXO	TEMÁTICAS ABORDADAS
Arte da Habitação	<p>1 – <i>Materiais de construção</i>: ramos, palhas, madeiras, barro e pedra; a caieira, a olaria e a pedreira.</p> <p>2 – <i>Habitações típicas do campo e das praias</i>: palheiros, choças, barracas, cabanas de pescadores e casas de colonos; senzalas; o engenho, a fazenda, a estância, o seringal, a fazendola, o sítio e a chácara.</p> <p>3 – <i>Habitações típicas dos aglomerados urbanos</i>: casebres, mocambos, barracões, telheiros, casas de oitão e de tacaniça: de meia-água e de duas águas ou de água inteira; de meia morada, de morada inteira e de duas moradas; quartos, casas térreas, abarracadas, de sótão e de sobrado.</p> <p>4 – <i>Tetos</i>: de palha de catulé, de coqueiro e de carnaúba; de sapé e de folhas; de madeira, de zinco, de lata ou de telha de canal, com platibanda e calha ou com jacarés, biqueiras, bicas, beiras e sub-beiras; telhas reviras, de beiral e de cumeeiras; chaminés e algerozes.</p> <p>5 – <i>Pisos</i>: de terra batida, de empedrado, de seixos, de lajeotas, de assoalhos, de tacos, de ladrilhos retangulares ou oitavados e de tijolos espinhados à maneira árabe.</p> <p>6 – <i>Paredes</i>: de bagaço de cana, de palha entrançada, de lata, de pau-a-pique, de sopapo, de barro, de taipa, de adobe, de pedra solta, de canjicado grosso ou fino, de uma vez ou de vez e meia e duas vezes, de tijolo vermelho ou de tabatinga.</p> <p>7 – <i>Esboços e rebocos</i>: picado ou caído, liso ou guarnecido, estampado ou encascado, com ou sem barras de alcatrão.</p> <p>8 – <i>Esquadrias</i>: portas e janelas de talos de carnaúba ou de madeira; marcos e portais; cantoneiras e batentes; almofadas e rótulas; bandeiras de portas e lambrequins de fachada.</p> <p>9 – <i>Ferragens</i>: fechaduras de broca, aldrabas, fechos, ferrolhos, trancas, visagras, dobradiças, gonzos.</p> <p>10 – <i>Interiores e dependências</i>: alcovas, camarinhas, salas, corredores, cozinhas colônias, cozinhas rústicas e cozinhas das velhas casas de cidade com seus fogões de alvenaria, de borralhos em arcada e fornos em abóbada; pátios e terraços; varandas e sacadas; tijupares, copiares, alpendres e latadas.</p>

<p>Arte da Habitação (cont.)</p>	<p>11 – <i>Aglomerados urbanos</i>: becos, ruas, largos e praças; pelourinhos, capelas e igrejas; adros e escadarias; calçamentos e capistranas; coxias e valetas; pontes e muros.</p> <p>12 – <i>Casas de fábrica</i>: a casa de engenho, a casa de farinha, da bolandeira e os moinhos.</p> <p>13 – <i>A defesa das terras</i>: peões e marcos; muralhas, valos e valados; sebes de espinheiro e de bambu; fossos com água; cercas de pau-a-pique espontado ou aparado: cercas de arame, de caiçara, de tesoura, de quebra-dedo e de faxina.</p>
<p>Arte Naval</p>	<p>1 – Embarcações típicas do mar e dos rios: igarités, ubás, vigilengas e montarias; balsas, jangadas, paquetes e botes; canoas, bateiras e lanchas: alvarengas, saveiros e faluas: cúteres, iates e barçaças.</p> <p>2 – Velame – velas de jangada e de saveiros, velas redondas e latinas, catitas e coringas, brancas ou tintas de murici.</p> <p>3 – Apetrechos – âncoras e cordagens; carningas, jacumãs, toletes, palamentas e zingas; corfas e cabos; poitas e tauaças, lemes e quimangas.</p>
<p>Arte da Pescaria</p>	<p>1 – Barcos de pesca: a jangada com seus pertences; as canoas com as suas redes.</p> <p>2 – Instrumentos de pesca: tarrafas, arrastões e zangareias; currais, cervados e covos; puçás, landuás e gererés; bicheiros, pinambabas e samburás.</p>
<p>Arte da Caça</p>	<p>1 – Armas de caça: arcos, flechas, bestas, bодоques, estilingues e baladeiras; bacamartes, garruchas, lazarinas e lacambéches; armas de fogo mais modernas.</p> <p>2 – Apetrechos de caça: patuás, chumbeiros, polvarinhos e palanquetas; pois de nhambu.</p> <p>3 – Armadilhas de caça: esparrelas e arapucas; fojos e laços; mundéus e quixós; esperas e sequis; cacuris e cacumbis.</p> <p>4 – Cães de caça: pateiros, perdigueiros, veadeiros e paqueiros.</p>
<p>Arte do preparo de Alimentos</p>	<p>1 – Peixes, crustáceos e mariscos: ovas de tainha e de camorupim; camorupins, pirarucus e xancaronas secas; curimãs e curimatãs salgadas; conservas de sururu; peixes de fumeiros; camarões secos; mixiras.</p> <p>2 – Carnes e caças: chouriços, linguiças de corda; carnes de sol. Jabá ou charque; tripa seca; toucinho, avoantes e mocós salgados; paçocas.</p>
<p>Artes Domésticas</p>	<p>A) Culinária:</p> <p>1 – Comidas: abunãs, efós, abarás, acarajés, apetés, xinxins, tacacás, cuscuzes, vatapás, carurus, moquecas, sarapatéis e sarrabulhos; feijoadas, fatadas, cozidos, mocotós, paneladas e frigideiras: angus, anguzôs, pirões, mingaus e farófias; picadinhos, ensopados, guisados, assados e refogados; empadas e empadões, pastéis e pastelões; aruanãs e</p>

<p style="text-align: center;">Artes Domésticas (cont.)</p>	<p>tartarugas: arroz de cuxá, pitus, patas de caranguejo e guaiamum; cabidelas e virados; perus e capões; baião-de-bois, tubus e quibebes; lombos e pernis.</p> <p>2 – Sobremesas: mungunzás, canjicas, canjiquinhas, compotas, cascões, amodas e cocadas; doces-secos e pés-de-moleque; ambrósia, belas-faces, pingos de ovos e babas-de-moça; beijos, quindins, quijadinhas e bons-bocados; bolos de puba, de tapioca, de milho e de aipim. Pães-de-ló frescos e torrados; arroz de côco, arroz-doce e arroz de leite; filhós ou sonhos e fatias de parida; pamonhas e doces de leite; frutas secas e cristalizadas; doces de bacuri e de buriti, de copuaçu, pupunha, murici, bananadas, goiabadas, tamarinadas-de-santarém e taperebá-do-sertão; melados e rapaduras batidas e de côco.</p> <p>3 – Biscoitaria: sequilhos e fogosas, casadinhos e beijus, broas de milho e biscoitos de limão e de polvilho, bolachinhas e roscas de goma, brevidades rosquinhas, facões, paciências e mentiras.</p> <p>4 – Balas: alfeolos e alfenins; queimados e confeitados; balas e rebuçados; pirulitos e puxa-puxa.</p> <p>5 – Bebidas: açaiçadas, aluás, cambicas, açaças, gengibirras, mocoarorós, licores de figo, de rosa, de leite, de piqui, de jenipapo e de jabuticaba: garapas, garapadas, cajuadas e laranjadas; meladinhas, caxiris e caçumas.</p> <p>6 – Condimentos: pimentas, louros, cominhos, molhos de jiquitaia e de tucupi; azeite de dendê.</p> <p>7 – Instrumentos culinários: panelas de barro, de ferro ou de pedra-sabão; caçarolas, frigideiras, assadeiras, cuscuzeiros e fogareiros; escumadeiras, colheres, conchas e batedores de pau; pilões, peneiras, formas, ralos, carretilhas, gamelas e caburés; grelhas, trempes e espetos; tábuas de picar carne e de fazer balas; rolos de massa.</p> <p>8 – Apresentações decorativas: papéis recortados, encanudados e frisados; atilhos de roletes de cana, saquinhos de pipocas, canudos e cartuchos; cestinhas e maços de queimados; rosários de catulé; pratos ornamentados com açúcar; desenhos e letras com canela; ramilhetes e grinaldas de alfenim.</p> <p>B) Fiação e Vestuário:</p> <p>1 – Fiação: rocas, fusos, lançadeiras, agulhas e teares; fios, novelos, pavios e punhos de rede.</p> <p>2 – Tecidos – panos crus e inteiros da terra e da Costa; lençóis e colchas; fiangos e redes de dois panos e de pano inteiro; malhas e crochês.</p> <p>3- Costura - cortes, alinhavados, pespontos, chuleios e perfilados, casas, ilhós, bainhas, babados, franzidos, pregas, machos e ninhos-de-abelha; blusas de taco e colchas de retalhos; cabeções, anáguas, calçolas, corpinhos, camisas,</p>
---	--

<p style="text-align: center;">Artes Domésticas (cont.)</p>	<p>camisolas e timões; coletes, calças, sutambagues e chambres; bombachas e bocas-de-sino; batas ceroulas; saís de cima e aventais.</p> <p>4 – Fazendas: chitas-de-ôlho e de ramagens; velbutinas e chamalotes; alpacas e tonquins; duraques, gorgorões e madrastos; cassas, esguiões e bretanhas.</p> <p>5 – Bordados: labirintos, crivos, barafundas, richelieus, cheios, matizes e bordados a contas, cabelos, ouro, floco e sutache.</p> <p>6 – Rendas: rendas, bicos e trutus; varandas de rede e puçás; almofadas, espinhos de cardeiro, bilros e papelões com os motivos clássicos da estrela, da rosa, dos bonecos e da baratinha.</p> <p>7 – Adornos: lenços-de-alcobaça, mantilhas, xales, ventarolas, leques, fivelas e botões; grampos, pentes, travessas, marrafas e trepa-moleques.</p> <p>C) Iluminação:</p> <p>1 – Velas: panelas de bico para derreter sebo ou cera de carnaúba, tabuleiros furados para enfiar os canudos ou formas de fazer velas; formas de folha-de-flandres; pavios de algodão; palmatórias, castiçais e lanternas.</p> <p>2 – Óleos: azeite de carrapato ou mamona; óleo de peixe e querosene ou gás; chumaços e pavios; cândis e candeeiros; candeias e filós, lamparinas e lampiões.</p>
<p style="text-align: center;">Artes do Artesanato</p>	<p>1 – Cutelaria e armaria: quicés, pajeús, canindés, parnaíbas, punhais, facões e facas de arrasto; cabos, lâminas e enterçados; choupas de lança e agulhões de carreiros; aproveitamento de armas brancas antigas e fabricações de armas de fogo.</p> <p>2 – Malaria: bolsas, bruacas, malotes, baús, aratacas, canastras, malas de pregaria e de couro cru.</p> <p>3 – Serralharia e ferraria: ferraduras, bridões, bridas, e cabeções; trancas, dobradiças, chaves e fechaduras; enxadas, pás, alviões e cavadores; rosetas de esporas e chilenas; ferros de marcar o gado e guarnições de rodas de carroça; buscavidas, ganchos e armadores de rede; correntes e carretéis de cacimba; marretas, marretões e alavancas; ferros-de-engomar.</p> <p>4 – Joalheria: adereços, figas, dentinhos encastoados e olhos-de-santa-luzia, balangandãs e apeiros; resplendores de santos, São Brás e São Bento; Argos, argolões, memórias e brincos; braceletes e pulseira; patinhas de besouro e dentes de cobra; moedas-berloques e medalhas; cachinhos de cabelo e botões de corrente ou de pá; cordões, corrente e correntões.</p> <p>5 – Cerâmica: panelas, chaleiras, caburés, alguidares e fogareiros de barro; pratos, copos e tijelas; quartinhas, bilhas e moringues; figuras antropomórficas ou zoomórficas para paliteiro</p>

<p>Artes do Artesanato (cont.)</p>	<p>ou brinquedos de criança; talhas, porrões, jarras de água e potes vidrados; botijas e botijões; vasos de plantar, formigueiros e formas de açúcar e alambiques de barro; urinóis; pombas de telhado.</p> <p>6 – Imaginaria: imaginários ou santeiros e encarnadores; oratórios, passos e presépios; imagens inteiras e de roca ou de vestir; santos do pau furado e carneirinhos de São João; São José de Botas; imagens de pedra-sabão, de barro e de madeira; cruzeiros, cruzeiros e crucifixos; bandeiras de novenas, ex-votos e sairés.</p> <p>7 – Selaria: selas, selas-de-campo, silhões, ginetes, lombinhos, socados e socadinhos; arções e cabeçotes; arreios e cabrestos de relho ou de crina; bridas e cabeções; rebenques, açoiteiras e peia-bois; mantas, badanas, caronas e pelegos; loros, rabichos; rabicheiras, silhas, chinchas e peitorais; selotes e cangalhas; atavios de burra-madrinha; alforjes e coldres; laços e boleadeiras; surrões, vestias e guarda-peitos de vaqueiros.</p> <p>8 – Carpintaria: porteiras, cancelas e matabus; cambões e cangas; cambitos e paus de cangalha; cumeeiras, terças, virgens, escoras e tesouras; esteios e mourões; catres, cavaletes e jiraus; forquilhas de dois ou três ganchos; paus de carregar peixe; cataventos e caixas de engraxate.</p> <p>9 – Marcenaria: bengalas de muirapinima, canela de veado, jucá e jacarandá; tabuleiros, caixas e caixinhas de segredos; lavrados, entalhados, recortados, torneados e embutidos; mesas e mesinhas; tripeças e cadeiras; arcas de ximbó e cômodas de gavetas; camas e armários; torneiras ou cabides de tornos; corrimãos e balaustradas; lambrequins de chalé; grades, tamboretas, mochos, bancos furados, bancos de jarra e bancos de sentar, de carapina e de sapateiro.</p> <p>10 – Sapataria: alpercatas, chinelos, coturnos, botinas, borzeguins, perneiras, botas de couro cru; saltos, meias-solas e solas inteiras.</p> <p>11 – Funilaria: latas e bacias; jarros e regadores; chuveiros e banheiras; latões e baús; calhas e jacarés; funis, canecas, canecos e canecos de cabo; gaiolas de periquito e gaiolas de papagaio; ventoinhas e cataventos de brinquedo; tijelinhas de seringueira e furadores de sacos.</p> <p>12 – Cordoaria: cordões, poitas, cordas de tucum, de carnaúba, de malva, de cabelos e de crinas.</p> <p>13 – Tanoaria: pipas, barricas, quartolas, tibas, barris, barriletes de carregar água, baldes.</p> <p>14 – Cestaria e tecidos de fibras: paneiros, cestos, cestas, urus, jacás, balaies e mocós; tapumes e esteiras; cestos de corda; chapéus lisos e de casco-de-peba; forros de cangalha; urupemas, peneiras e cessadores; vassouras de carnaúba e piaçava; espanadores e caçúas.</p> <p>15 – Barbearia: escovinhas, moscas, passa-piolho, costeletas,</p>
--	--

<p>Artes do Artesanato (cont.)</p>	<p>peras, cavanhaques, andós, soiças, nazarenas, bocas de ninho, barbas de bico, de pontas, à brasileira, inteira; cacheados, frisados, lisos; óleo de erva de babosa, tônicos vegetais e banhas de cheiro.</p> <p>16 – Carreiro: o carro de bois, a liteira, a cadeirinha e seus pertences, paus de rêde com seus prendedores.</p> <p>17 – Foguetaria: ronqueiras, morteiros, fogos de vista sem ou com movimento; foguetes de lágrimas ou de assobio, rojões; busca-pés com estouro ou de limalha; espadas e rodinhas; traques-de-velha e espanta-coiós; bombas, chuveiros, pistolas e cabeças de negro.</p>
<p>Arte das Representações</p>	<p>1 – Lapinhas: presépios animados, presépios de sombra e lapinhas; pastorinhas e bailados.</p> <p>2 – Carnaval: frevos, maracatus, ranchos, cordões e préstitos.</p> <p>3 – Autos: o bumba-meu-boi, os fandangos, os congos, reisados e cheganças.</p>
<p>Arte Coreográfica</p>	<p>1 – Danças: baianos ou baiões; cateretês e sapateados; maxixes e embigadas; puladinhos e corta-ventos.</p> <p>2 – Bailados: dança das flores, dança das fitas, cocos, contradanças e quadrilhas matutas.</p>
<p>Arte dos Mecanismos</p>	<p>1 – Peças motoras: rodas de água, cataventos, bolandeiras, rodas de manivela.</p> <p>2 – Peças movidas: moinhos, caitetús, engenhos.</p> <p>3 – Mecanismo simples: monjolos, banguês e cegonhas.</p>
<p>Arte da Destilação</p>	<p>1 – Aguardentes: cachaças, caninhas, cumbes, paratis e laranjinhas.</p> <p>2 – Vinhos: de caju, de laranja, de jenipapo.</p> <p>3 – Licores: de piquei, de leite, de jabuticaba.</p>
<p>Arte da Feitiçaria</p>	<p>1 – Ritos: macumbas, candomblés e pajelanças; altares, orixás, maracás, tambores, espadas, ventarolas e conchas.</p> <p>2 – Tipos: feiticeiros, curandeiros, benzedores e pais-de-santo.</p> <p>3 – Feitiços: despachos, caborjes, mandigas e patuás.</p> <p>4 – Talismãs: orações-de-trás-da-porta, amuletos, bentinhos, ferraduras, ovos, chifres e cabeças de boi.</p>
<p>Arte Funerária</p>	<p>1 – Enterros: velórios, coroas, grinaldas, ramos, caixões de anjo, redes fúnebres, esteiras, mortalhas, anjinhos.</p> <p>2 – Sepulturas: montes de pedras, cruzes de pau, telheiros de sepultura, campos e covas; letreiros, cemitérios e ornamentações de túmulos.</p>

<p>Artes da Criação dos Bichos</p>	<p>1 – Pecuária: marcas de gado, heráldica dos ferros ou marcas a fogo e dos sinais de orelhas; o giz; o couro de arrasto e os laços; currais, mangas e bebedouros; cores do gado; as miunças; pastos e cercados; boiadeiros, vaqueiros, cavalarianos, peões e alquiladores; os cavalos e seus pelos; regras de Galvão; passo, chouto, trote, estrada baixa e alta, meio, marcha, baralha e esquipado, galope e corrida; argolas de ensinar; alveitaria; tropas, comboios e boiadas; vaquejadas, rodeios e cavahadas; vaqueiros, peões, rastreadores.</p> <p>2 – Apicultura: os cortiços, os arapuás; jandaíras, canudos, mosquitos, mandaçaias.</p> <p>3 – Passarinhos: alçapões, visgos e gaiolas; os pássaros canoros e os pássaros ensinados; corupiões ou sofrês, sabiás, graúnas e cupidos, cabeças-vermelhas e xexéus; araras, papagaios e periquitos.</p>
<p>Artes Diversas</p>	<p>1 – Instrumentos de música: caxambus, cuícas, bombos e zabumbas; pandeiros e ganzás; violas, violões, cavaquinhos e rabecas; gaitas, buzos, berimbaus e marimbas; cornetins e pífaros; matracas e reco-recos.</p> <p>2 – Tintas rústicas: murici, açafroa, jenipapo, urucu, e cajueiro-bravo.</p> <p>3 – Artefatos de cabaças e cocos: cuias lisas, gravadas e pintadas, de asa, cuias de farinha, cuias de mate e cuias com ornatos de prata; cabaças ornamentadas ou simples; cuités e cumbucas; cocos lavrados com ou sem cabo.</p> <p>4 – Artefatos de chifre: guampas, trompas, copos de dados, fichas, rebenques, bengalas, bichos ornamentais, caixinhas, cornimboques, cuias de farinha.</p> <p>5 – Artefatos decorativos: flores de pano, de penas, de escamas, de conchas e de papel; borboletas, cadeias e bandeirinhas de papel de seda; cascos de tatu forrados de seda; miniaturas de navios, jangadas, carros de bois e casas de caboclos; navios, imagens e igrejas engarrafados; frascos com camadas de areia coloridas; ornato de madeira e de asas de borboletas.</p> <p>6 – Instrumentos de jogo: bagatelas, sapos, rodas da sorte, roletinhas, jaburus, cavalinhos; dados, rapas e gamões; marelas, onças e firos, bolas, petecas, pau-de-sebo, malhas e o jogo do pato.</p> <p>7 – Brinquedos: bruxas, bonecas, bonecos articulados; manja ou esconde-esconde; quadro-cantos, veadinho, boca-de-forno, bengala, anel, senhora-dona-Cândida, casamento, de marremarré-marré, ciranda-cirandinha, trapézio, balanço, João Galamarte.</p> <p>8 – Pesos e medidas: litros de pau, varas, côvados, onças, alqueires.</p> <p>9 – Artefatos de tartaruga: tabaqueiras, pentes, grampos, caixas,</p>

<p>Artes Diversas (cont.)</p>	<p>bauzinhos, cigarreiras, cabos, etc.</p> <p>10 – Artefatos de metal: chocalhos e cincerros; tacos e caldeiras; castões e ponteiros de bengala; correntes de papagaio; esporas, estribos e caçambas.</p> <p>11 – Artefatos de osso: ornamentos, cabos de faca e de colheres, etc.</p>
---	--

Fonte: Dados de pesquisa, elaborados a partir da adaptação do artigo *Museu Ergológico Brasileiro* (BARROSO, 1945b, p.433-448).

APÊNDICE F

Inscritos (as) e Diplomados (as) do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007)

INSCRITOS (AS) E DIPLOMADOS (AS) DO CURSO DE MUSEUS - 1942 a 1978				
Recorte: 1932 a 1959 (gestão Gustavo Barroso)				
Ano	Inscritos			Diplomados
	Regulares	Ouvintes	Total	
1932	10	16	26	-----
1933	13	01	14	08
1934	20	05	25	03
1935	11	-----	11	07
1936	20	-----	20	08
1937	13	-----	13	06
1938	28	01	29	04
1939	29	-----	29	18
1940	69	01	70	10
1941	78	04	82	21
1942	67	02	69	25
1943	61	04	65	24
1944	32	02	34	23
1945	16	06	22	-----
1946	29	12	41	10
1947	20	12	32	05
1948	22	19	41	08
1949	22	14	36	08
1950	37	28	65	08
1951	40	06	46	13
1952	65	05	70	10
1953	26	03	29	11
1954	21	01	22	16
1955	16	12	28	06

1956	32	02	34	10
1957	21	05	26	03
1958	24	05	29	13
1959	21	02	23	10
Período 1932-1959	863	168	1.031	288

Fonte: Dados de pesquisa, elaborados a partir da adaptação dos quadros desenvolvidos por SÁ; SIQUEIRA, 2007.

APÊNDICE G

Organização dos dados sobre perfil dos museus brasileiros em 1958, extraídos do livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (HOLLANDA, 1958)

DADOS EXTRAÍDOS DO LIVRO <i>RECURSOS EDUCATIVOS DOS MUSEUS BRASILEIROS</i> (GUY DE HOLLANDA, 1958)					
<u>DISTRITO FEDERAL</u>					
Rio de Janeiro					
Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Casa de Rui Barbosa	Diariamente, excetos 2 ^{af} , 12h-17h.	Guia de visitantes	Quando solicitadas	Desde 1933 realizadas 29 conferências // 06 cursos.	5.271 (1957)
Museu Arquidiocesano	Em organização				
Museu Carpológico do Jardim Botânico do RJ	Dias úteis, 11h-17h				
Museu da Cripta do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados	Dom., 12h-17h; 1958: suspendida por obras		Quando solicitadas c/ anteced.	05 visitas-conferências em 1951	2.276 (1956-57)
Museu da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura	Dias úteis, 12h-18h; Sab. 9h-12h				Alguns milhares (1955-57)
Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro	Dias úteis, 9h-12h e 14h-17h; dom, 9h-12h. Os visitantes devem solicitar autorização prévia à Secret. da Irmandade.	Guia-catálogo do Museu, 1949, 95p. (esgotado)	São feitas por ocasião das solenidades da Igreja		

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
Museu da Imprensa Nacional	Dias úteis, 9h-18h	Catálogos das exposições de livros, editados pela Imprensa Nacional			Não há registro estatístico
Museu da Rádio Nacional					
Museu da Seção de Tecnologia de Serviço Florestal do Ministério da Agricultura	Dias úteis, 9h-17h; Sab, 9h-12h		Quando solicitadas	Cursos da Escola Nacional de Agronomia e do Centro Pan-Americano de Recursos Naturais	Cerca de 60 (1857)
Museu da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência	Diariamente, 8h-11h e 13h-15,30h		As visitas são comentadas		Média anual de 2.800 (1955-57)
Museu da Venerável Ordem Terceira do Carmo	Sem horário e dias fixos, dependendo de autorização prévia das autoridades da Ordem Terceira.				
Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	3ª a Sab – 12h-19h; Dom 14h-19h.	Catálogos de exposições, boletins informativos	Ocasionais	Diversos, entre eles Pintura para Crianças de Ivan Serpa	41.000 (1957)
Museu de Caça e Pesca	Dias úteis, 9h-17h; Sab 9h-12h; Dom 14h-17h	Monografias editadas pela Divisão de Caça e Pesca			Média anual de 3.500 (1955-57)
Museu de Educação Sexual	Dias úteis, 10h-18h	Catálogo de peças ceroplásticas e outro de quadros e gráficoa			Média anual de 800 (1955-57)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
Museu de Geografia do Brasil	2ª-6ª, 11h-17h		Ministradas aulas às turmas de colegiais		Média anual de 2.200 (1955-57)
Museu de Numismática e Filatelia	Em organização				
Museu de Polícia	Dias úteis, 11h-17h; Sab. 9h-12h; os visitantes que não sejam da polícia ou Justiça devem pedir autorização do Diretor				
Museu de Saúde do Serviço Nacional de Educação Sanitária	2ª-6ª, 11,30h-16,30h; Sab. 9h30-11h30	Distribuem aos visitantes várias publicações editadas pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária	As visitas são guiadas por monitores	Aulas com projeção sobre higiene e educação sanitária por solicitação prévia	Média anual de 4.500 (1955-57)
Museu do Índio	3ª-6ª, 11h-17h; Sab, 12-16h; Dom. 14h-17h		Todas as visitas são guiadas, e completadas com sessão de cinema e audição de música indígena	1956. Curso de Aperfeiçoamento de Antropologia Cultural	Média anual de 12.500 (1955-57)
Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Suspendida atualmente (1958)				
Museu do Instituto Médico-Legal	Sem horário fixo				Sem dados numéricos
Museu dos Teatros do Rio de Janeiro	Dias úteis, exceto Sab. Fechado no mês de Carnaval.				12.933 (1955); 21.393 (1956); 15.220 (1957)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Museu Dr. Oswaldo Cruz	Dias úteis, exceto Sab, 11h-17h				
Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil	2ª-6ª, 12h-16h; Sab, 9h-11h	Mapa numismático	As visitas de escolas ou grupos de pessoas são guiadas pelo conservador, como pelo chefe		Média anual de 4.000 (1955-57)
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	Diariamente, 12h-17h, exceto seg., dias facultativos e feriados	Guia-catálogo, 1953 (esgotado)	Limita-se aos escolares primários, por falta absoluta de profissionais especializados		Média anual de 28.800
Museu Histórico e Diplomático do Itamarati	Algumas salas são abertas a visitação, nas horas do expediente.				
Museu Histórico Nacional	3ª-6ª, dom e fer, 12h-17h; Sab, 14h-17h.	Catálogo descritivo e comentado da expo. do MHN 1940 (esgot.), Guia do Visitante 1955 (esg.), nova edição 1957 – distr, gratuita. Anais (esg.)	Em virtude de ser reduzido o quadro de servidores técnicos e não possuir pessoal especializado para visitas guiadas, as visitas às salas do Museu são só guiadas em casos especiais, de preferência quando se trata de visitas de colegiais.	Curso de Museus (1932)	Média anual de 35.000 (1955-57)
Museu Municipal do Folclore	Inaugurado em 1956, atualmente (1958) fechado				
Museu Nacional	12h-17h, excetos 2ª e feriados	Revista Nacional de Educação nº1-25 (1932-34); Revista do Museu Nacional 1-5 (1944-45)	Por solicitação de escolas e desde 1941, contudo sem programação sistemática	Desde a fundação do Museu	255.486 (1955); 269.306 (1956)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
Museu Nacional de Belas Artes	3ª-6ª, 12h-21h; Sab e dom, 12h-18h	Diversos, entre eles Anuário do Museu, vol I-XII (esg.),	Realização de visitas-guiadas e visitas-conferências sobre algumas exposições apresentadas pelo corpo técnico. Periodicamente são convidados vários estabelecimentos para visitaçã. Para guiar colegiais há sempre um ou mais conservadores.		
Museu Postal Filatélico	Criado em 1949, porém ainda não instalado.				
<u>TERRITÓRIO DO AMAPÁ</u>					
Macapá					
Museu Territorial do Amapá		Catálogo do Museu			
<u>ALAGOAS</u>					
Maceió					
Museu do Instituto Histórico de Alagoas					
Penedo					
Museu do S. Francisco	Em organização.				
<u>AMAZONAS</u>					
Manaus					
Museu do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas					

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Seção Numismática do Estado do Amazonas	Dias úteis, 8h-12h	Catálogo, 3 vols. e suplemento			Média anual de 618 (1955-57)
<u>BAHIA</u>					
Salvador					
Coleção Nelson de Oliveira	Dias úteis, 9h-12h; 15h-18h, Em certos feriados, à tarde e à noite, com exposições comemorativas de efemérides	Folhetos avulsos e circulares, de distribuição gratuita		Aulas e palestras.	Média anual de 3.000 (1955-57)
Museu de Arte Antiga	Dias úteis, 9h-12h, 14h-17h, Sab. 9h-12h	Notícias anuais sobre o tema das exposições	Por pessoal do Instituto Feminino		Média anual de 9.000 (1955-57)
Museu de Arte Popular	Dias úteis, 9h-12h, 14h-17h, Sab. 9h-12h	Folhetos	Por pessoal do Instituto Feminino		Média anual de 9.000 (1955-57)
Museu de Arte Sacra	Em reorganização				
Museu do Estado da Bahia	Diariamente, inclusive dom, 15h-18h	Diversos livros	O Museu tem realizado eventualmente visitas guiadas, quando solicitado por estabelecimento de ensino		Média anual de 6.000 (1955-57)
Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia					Média anual de 5.000 (1955-57)
Museu do Instituto Nina Rodrigues	Dias úteis, 12,30h-17,30h; dom, 14h-16h		A cargo do pessoal técnico e auxiliares		Sem dados numéricos

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
<u>CEARÁ</u>					
Fortaleza					
Museu Histórico e Antropológico do Ceará	Diariamente, excetos 2ª e fer., 13h-17h		Para colégios e instituições		1.180 (1957)
Museu Rocha (particular)					
Juazeiro do Norte					
Museu Cívico-Religioso Padre Cícero	Diariamente, 8h-11h; 14h-17h	Álbum ilustrado	Freqüentes, em forma de catequese instrutiva, pelo Diretor ou encarregados, para as escolas locais e dos povoados vizinhos.		Média 60.000 (1955-57), quase todos durante meses de romaria (set-fev)
<u>ESPÍRITO SANTO</u>					
Vitória					
Museu Capichaba	Dias úteis, 11h-16h				
Museu de Arte Religiosa	Dias úteis, 12h-17h	Boletim do Museu de Capichaba, nº1, Arte Religiosa			Média anual de 1.555 (1955-57)
<u>GOIÁS</u>					
Goiânia					
Museu do Estado de Goiás	Diariamente, exceto 2ª e dias santos, 8h-17h				Média anual de 8.000 (1955-57)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
Museu das Bandeiras					
<u>MARANHÃO</u>					
São Luís					
Museu da Biblioteca Pública do Estado	No horário de funcionamento da biblioteca				
Museu Pio XII	Domingos, manhã e tarde				
Pinacoteca do Palácio do Governo	Nas horas do expediente, mediante autorização				
<u>MATO GROSSO</u>					
Cuiabá					
Museu do Instituto Histórico de Mato Grosso					
Campo Grande					
Museu Regional Dom Bosco	Diariamente, 8h-11h e 14h-17h	Projetada a edição de Álbum e Anuário	Todas as visitas são guiadas por um membro da diretoria ou funcionário competente.	Casos particulares ditam-se conferências, sempre com projeções luminosas, de diapositivos coloridos ou filmes, editados pelo Museu	

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
<u>MINAS GERAIS</u>					
Belo Horizonte					
Museu Histórico	Diariamente, exceto 2ª, 13h-17h		Explicações sobre a história de Belo Horizonte, com projeções de slides, dadas aos grupos escolares e escolas de BH		8.340 (1956), 9.070 (1957)
Campanha					
Museu Dom Inocêncio Obs. As coleções de Ciências Naturais são utilizadas em aulas práticas de prof. locais	Diariamente, 8h-10h e 12h30-16h	Boletim			
Cêrro					
Casa dos Ottoni					
Diamantina					
Museu do Diamante	Diariamente, exceto 2ª, 11h-17h		Quando solicitadas		
Juiz de Fora					
Museu Mariano Procópio	Diariamente, menos 2ª, 13h-17h			Ocorrem todo ano.	

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Ouro Preto					
Museu da Inconfidência	Diariamente, (incl. Dom, fer, e dias santos), exceto 2ª, 11h-17h	Anuário do Museu da Inconfidência vol I-III (1952-54)	Realizam-se, a cargo do conservador, por ocasião de caravanas, congressos e visitas coletivas		Média anual de 27.975 (1954-1956); dos quais 3.637 crianças
Sabará					
Museu do Ouro	Diariamente, exceto 2ª, 12h-17h		Quando solicitadas		
Santa Luzia					
Museu de Variedades					
São João Del Rei					
Museu Histórico					
<i>PARÁ</i>					
Belém					
Museu Paraense Emilio Goeldi	Dias úteis, 8h-11h e 13h-17h; Sab, 8h-11h; Dom, 8h-12h e 14,30h-17h	Diversos, álbuns, boletins. Encontra-se em preparo guia ilustrado do Museu	Esporadicamente, sendo realizadas por ocasião de visitas de caravanas, congressistas, etc. As exposições são organizadas com esclarecimentos suficientes para orientar o público e o guia em organização terá por finalidade sugerir roteiro de visita com esclarecimentos detalhados.		Média anual de 206.000 (1955-1957)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
<u>PARAÍBA</u>					
João Pessoa					
Museu do Estado	Não está aberto a visitação				
Areia					
Casa Pedro Américo	Dias úteis, 13h-17h				Média anual de 710 (1955-1957)
<u>PARANÁ</u>					
Curitiba					
Museu Alfredo Andersen	Em organização				
Museu David Carneiro Obs. Museu particular		Catálogo 1940 (esgotado)			
Museu de História Natural					
Museu Paraense	3ª,5ª,Sab e Dom, 13h-17h	Diversas, entre estes catálogos	Aos visitantes que o solicitam, proporciona-se um acompanhamento que esclarece os pormenores da exposição. Serviço de Cinema Educativo.		Não foram proporcionados dados numéricos
Ponta Grossa					
Museu Campos Gerais	Diariamente, 13h-17h				Média anual de 1.100 (1955-57)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
<u>PERNAMBUCO</u>					
Recife					
Museu de Arte Popular					
Museu do Estado	Diariamente, exceto às 4 ^a , 10h-17h	Mapas, plaquete da Sala da Guerra Holandesa	Explicações às turmas visitantes e pedidos de interessados	Em 1955, Curso de Cultura Popular	Média anual de 13.701 (1955-57)
Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano	Dias úteis, 10h-12h e 14h-17h, dom, 14h-17h				
Goiana					
Museu de Arte Sacra					
Olinda					
Museu Regional de Olinda	Suspendida para reparos gerais				
<u>PIAUI</u>					
Teresina					
Casa Anísio Brito. Biblioteca, Arquivo e Museu Histórico do Piauí	Dias úteis, 7h-12h				Sem dados numéricos

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
<u>RIO DE JANEIRO</u>					
Niterói					
Museu Antônio Parreiras	Dias úteis, 12h-17h	Cadernos de divulgação cultural do Museu Antônio Parreiras; Guia de Museu, 1950; Catálogo da Primeira Expo. Retrosp. de Niterói			
Museu do Crime					
Museu do Serviço de Educação Sanitária	Museu móvel, exposto, periodicamente, em unidades sanitárias, escolas e exposições				
Campos					
Museu Silva Arcos	A combinar pelo telefone	Guia do visitante, 11p.	Para alunos do Ensino Normal e Secundário		Média anual de 150 (1955-57)
Itatiaia					
Museu Regional do Pq. Nac. do Itatiaia	Diariamente, 8h-17h				9.835 (1954); 11.198 (1955); 13.480 (1956)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
Petrópolis					
Museu Imperial	Dom-6ª, 12h-17h; Sab. 12h-16h	Diversos, entre catálogos de exposições	Em grupo, de instituições ou colégios, sempre acompanhadas pelos conservadores ou servidores especializados do Museu	Diversas	Média anual de 146.890 (1955-57)
Museu Santos-Dumont	Diariamente, menos 2ª, 11h-17h				Média mensal de 250 a 300 desde Fev (1958)
Resende					
Museu de Arte Moderna				Promove conferências	
Vassouras					
Museu da Chácara da Hera					
<u>RIO GRANDE DO NORTE</u>					
Natal					
Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte					
Mossoró					
Museu Municipal	Diariamente, 12h-17h e 18h-21h				

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
<u>RIO GRANDE DO SUL</u>					
Porto Alegre					
Museu da Brigada Militar do Estado	Em organização				
Museu de Arte	Diariamente, exceto 2ª, 14h-18h e 20h-22h				
Museu Júlio de Castilhos	3ªe 5ª, 14h-17h; Sáb, 9h-11h, Para colégios, a combinar, em qualquer dia dentro do horário das 13-17h	Revista do Museu Júlio de Castilhos (esg), catálogos	Ocasionalmente		Média anual de 20.000 (1955-57)
Museu Rio- Grandense de Ciências Naturais		Fascículos enviados a intuições			
Bagé					
Museu Dom Diogo de Souza	5ªf e domingos				
Caxias do Sul					
Museu Municipal					Média anual de 4.250 (1955-57)
Livramento					
Museu Municipal David Canabarro	2ª as 6ª, 9h-11,30h e 13,30h-17h; sab, 8h-11,30h				Média anual de 6.000, quase todos estudantes

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	N° de visitantes
Pelotas					
Museu da Cúria Diocesana	Em organização				
Museu e Biblioteca Pública Pelotense	3ª, 4ª, 6ª, 14h-17h				
Piratini					
Museu Histórico Farroupilha					
Rio Grande					
Museu Oceanográfico Obs. Museu particular, mantido por Soc. científica				Conferência durante a Semana Oceanográfica de Rio Grande	
Rio Pardo					
Museu Barão de Santo Ângelo					
Santa Maria					
Museu Victor Bersani	Dias úteis, 14h-17h (colégios) e 20h-21h (público geral)				
Santa Rosa					
Museu Municipal					

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Santo Ângelo					
Museu das Missões	Diariamente, sem horário fixo, havendo um guarda residente no local		Quando solicitadas		
São Gabriel					
Museu João Pedro Nunes	Desde 1943 foi suspendida a sua visitação				
São Leopoldo					
Museu Colonial Visconde de São Leopoldo	Em organização o Museu				
Triunfo					
Museu Farroupilha				Concursos instrutivos e educativos entre os alunos do grupo escolar da cidade	
Venâncio Aires					
Museu Histórico Venâncio Aires					
<u>SANTA CATARINA</u>					
Florianópolis					
Casa de Vitor Meireles	Diariamente, 14h-18h				
Museu de Arte Moderna					

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Blumenau					
Museu Fritz Muller					
Laguna					
Museu Anita Garibaldi					
<u>SÃO PAULO</u>					
São Paulo					
Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues	3ª e 6ª				
Museu da Cúria Metropolitana	2ª-6ª, 13h-16h				
Museu de Arte	Diariamente, exceto 2ª, 15h-19h	O Museu (boletim mensal); catálogo do Museu de Arte		Diversos	Sem dados numéricos
Museu de Arte Moderna	Diariamente, 15,30h-22,30h	Diversas, entre elas monografias ilustradas		Diversos	Sem dados numéricos
Museu de Caça e Pesca	Dias úteis, exceto 2ª e dia posterior a um feriado, 8h-10h e 12h-18h; dom e feriados		Quando solicitadas		Média anual de 20.000 (1955-57)
Museu de Ciência	Em organização				

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Museu do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura de São Paulo	3ª, 5ª, dom e fer., 12h-18h	Diversos	Caravanas de alunos dos estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário, e as vezes caravanas de estudantes do interior do Estado. Os biólogos do departamento são assistência aos estudantes, ministrando-lhes ensinamentos e orientando-os no estudo da fauna brasileira		Média anual de 165.210 (1955-1957)
Museu do Instituto Butantan	Dias úteis e Sab, 8h-16h		Há um guia para os visitantes		Cerca de 100.000 (1957)
Museu Florestal Octavio Vecchi Obs. Fornecem-se coleções de madeiras, herbários escolares e material de frutos e sementes para fins didáticos	Dias úteis		As visitas são acompanhadas de indicadores. Os colégios e universitários são atendidos pelo encarregado do Museu, havendo palestras, conferências e exibição cinematográfica no auditório do Museu	Nas visitas guiadas; ocasionalmente cursos e aulas	Média anual de 12.000 (1955-57)
Museu Folclórico da Discoteca Pública Municipal	2ª-6ª, 11,30h-17,30h; Sab 9h-12h				
Museu Folclórico do Centro de Pesquisas Mário de Andrade Obs. Museu particular					

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Museu Paulista	5ª, dom e feriados nacionais 12h-17h	Anais, Boletim, Revista do Museu Paulista, Guia da Seção de História do Museu Paulista			Média anual de 280.000 (1955-57)
Pinacoteca do Estado de São Paulo	Dias úteis, exceto 3ª, 12h-18h, dom e fer, 14-17h	Catálogo ilustrado – última edição 1954	Não há guia ou monitores. Quando há caravanas de estudantes o próprio diretor acompanha os visitantes dando-lhes as explicações necessárias. No caso de impedimento, outro funcionário é encaminhado para função.	Não há visitas-conferências devido à falta de verbas.	Média anual de 4.000 (1955-57)
Atibaia					
Museu Municipal	Diariamente, exceto 2ª e 6ª, 12h-17h	Guia do Museu Municipal de Atibaia			3.202 (1954); 2.470 (1955); 7.015 (1956)
Campinas					
Museu Carlos Gomes	Dia úteis, 14h-18h		Modalidade usual das visitas, que são acompanhadas pelo Diretor do Museu ou sua auxiliar		3.500 (1955-57)
Museu Municipal	5ª, dom e fer, 13h-17h				271,155 (1954-56)
Itú					
Museu Republicano Convenção de Itú	5ª e dom, 12h-16h	Guia do museu (esg)			Média anual de 20.000 (1955-57)

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
Mirassol					
Museu Municipal	Diariamente, exceto 2ª, 19h-21,30h				12.500 (1955). Fechado de 1956 a 58, ocupado pelo Colégio Estadual
Pinhal					
Museu e Biblioteca Dr. Abelardo Vergueiro Cesar	Dom, fer e pontos facultativos, 14h-17h				
Ribeirão Preto					
Museu do Café Francisco Schmidt	2ª-6ª, 7h-11h e 13h-17h; Sab, 7h-11h; Dom e fer, 14h-17h				
Museu Municipal	2ª-6ª, 7h-11h e 13h-17h; Sab, 7h-11h; Dom e fer, 14h-17h				
Museu do Horto Florestal Navarro de Andrade					
Museu Geológico e Mineralógico Rioclarense	Sab e Dom, 8h-18h				86 (1955); 152 (56), 284 (57)
Santos					
Museu de Pesca	Diariamente, 12h-18h				200 por mês, em média
Museu Santista	Diariamente				

Nome do Museu	Visitação	Algumas publicações	Visitas guiadas	Conferências/ Cursos	Nº de visitantes
São Carlos					
Museu Histórico Municipal	Dias úteis, 12h-17h; dom, 13h-16h; 3ª, 5ª e Sab, 19h-21h				
São Vicente					
Museu de Arte				Curso de Pintura infantil e desenho livre	
<u>SERGIPE</u>					
Aracajú					
Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	Dias úteis, 9h-12h; 14h-17h				
Museu Sergipano de Arte e Tradição	Diariamente				Média anual de 800 a 2.000 (1955-57)
Laranjeiras					
Museu Horácio Hora	Sem horário regular				

Fonte: Dados de pesquisa, elaborados a partir da adaptação livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (HOLLANDA, 1958).

ANEXOS

ANEXO A

Quadro referente à criação dos museus brasileiros, produzido por Chagas (2009)

REPERTÓRIO DOS MUSEUS BRASILEIROS (segundo Guy de Hollanda, 1958) ²⁶	
<i>Século/ década</i>	<i>Quantidade de museus criados</i>
SÉCULO XIX	
1811 a 1820	01
1841 a 1850	01
1861 a 1870	02
1871 a 1880	01
1881 a 1890	01
1891 a 1900	02
Obs. Dois museus do grupo sem indicação de data de criação podem ter sido criados no século XIX.	
Subtotal (incluindo os citados na observação)	10
SÉCULO XX	
1901 a 1910	08
1911 a 1920	04
1921 a 1930	07
1931 a 1940	25
1941 a 1950	29
1951 a 1958	31
Museus em organização em 1958	09
Museus sem indicação de data de criação	22
Subtotal	135
Total (século XIX e século XX até 1958)	145

Fonte: CHAGAS, 2009, p.71.

²⁶ Quadro produzido pelo museólogo Mário de Souza Chagas a partir da publicação de Guy de Hollanda intitulada *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, publicado em 1958 com o apoio do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM). Chagas (2009) informa em seu livro que alguns museus aparecem nos dados produzidos por Hollanda sem indicação da data de criação, sendo complementado por ele devido à disponibilidade destas informações na atualidade.

ANEXO B

Bolsistas do Curso de Museus (SÁ; SIQUEIRA, 2007)

QUADRO DE BOLSISTAS DO CURSO DE MUSEUS - 1942 a 1967			
Recorte: 1944 a 1959 (gestão Gustavo Barroso)			
Estado	Bolsista	Matrícula	Formatura
BA	Maria Auxiliadora Tosta Santos Silva de Siqueira	1945	1947
	Herundina Ferreira Baptista	1946	1948
	Amazília Atua Negrão	1948	1950
	Florisvaldo dos Santos Trigueiros	1949	1951
	Celina Salles Trigueiros	1950	1952
	Gisélia Antonia Gomes Leite	1951	1953
	Raymundo Martins da Costa	1952	1954
	Mariá Saraiva	1953	-----
	Lúcia Bittencourt Marques de Oliveira	1954	1956
	Maria Mercedes de Oliveira Rosa	1954	1961
Maria de Lourdes da Silva	1955	-----	
RS	Ritta Gomes Soares	1946	-----
	Yedda Teixeira de Oliveira	1946	1948
	Almerinda Veríssimo Corrêa	1954	1956
	Janina Armando de Azevedo	1956	-----
	Maria José Soares Daudt	1957	1959
	Julieta Pinto Sá Brito	1958	1960
	Olga Gudolle Cacciatore	1959	1961
CE	Maria Afonsina de Albuquerque Furtado	1946	1948
	Lucy Altiva Seraine	1952	1954
	José Luiz Gonzaga de Lavor Campos	1954	-----
	Eneida Assunção Simões	1956	-----
	Maria Elys Olimpo Costa	1957	-----
	Auta Rojas Barreto	1958	1960
SP	Mabel Vargas	1946	-----
	Marcelina Alves Brandão	1946	1948
	Maria Barreto	1946	1948
	Maria Leontina Mendes de Almeida Franco	1946	1948

SP	Nara Tormi Jordão	1949	1951
	Fernanda Camargo-Moro	1954	1956
MG	Paulo Krüger Corrêa Mourão	1943	1944
	Arlette Corrêa Netto	1948	1950
	Clara Botelho Martins Pereira	1949	1951
	Eunice Guimarães Vasconcellos	1955	-----
	Décio de Souza Ferreira	1956	-----
	Maria Rita Figueiredo Pereira	1956	-----
MA	Maria de Jesus Muniz Lima	1948	-----
	Lucy de Jesus Teixeira	1949	1951
	Maria do Perpétuo Socorro e Sousa	1950	1952
	Maria Liz de Jesus Machado Bacelar	1952	1954
	Therezinha de Jesus Marques Martins	1953	1955
PR	Cleon Faria Affonso da Costa	1956	1958
AM	Nair Alves Ferreira	1949	1951
PE	Dinaldo Buarque de Gusmão	1951	1953
RJ	Maria Marlene Mattos da Silva	1956	1958
SC	Aldo Domingues	1952	1954
	Selma Sfeir	1954	1956
ES	Neyla Toledo de Macedo	1958	1960
SE	Maria Thethis Nunes	1957	1959
MT	Clara Pastora Leite	1955	1957

Fonte: SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.268-269.

ANEXO C

Excursões de estudo do Curso de Museus (SIQUEIRA, 2010)

EXCURSÕES DE ESTUDO DO CURSO DE MUSEUS - 1942 a 1969		
Recorte: 1944 a 1959 (gestão Gustavo Barroso)		
Ano	Estados	Cidade
1945	MG	Ouro Preto, Mariana, Congonhas.
1946	MG	São João Del Rey, Tiradentes e arredores.
1947	MG	Cidades históricas do Estado.
1948	MG	Baependi, São Tomé das Letras e Campanha.
1949	BA	Salvador.
1950	PE	Recife, Olinda, Igarassú e Goiana.
1951	MG	Belo Horizonte, Sabará, Caeté, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Ouro Preto e Mariana.
1952	MA	São Luís, Alcântara e Rosário.
1953	SC	Cidades históricas de Estado.
1954	MG	Diamantina, Serro, Santa Luzia, Sabará e Ouro Preto.
1955	PA, CE, AP	Belém; cidades do Ceará; cidades do Estado do Amapá.
1956	ES	Nova Almeida, Jabaeté, Santa Leopoldina, Santa Tereza, Vale do Cnaan, Araçatuba, Guarapari, Anchieta e Cachoeira de Itapemirim.
1957	RS	Cidades do Estado do Rio Grande do Sul, entre as quais as ruínas históricas e o Museu das Missões.
1958	MG	Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, Sabará e Codisburgo.
1959	MG	Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo e Sabará.

Fonte: SIQUEIRA, 2010, p.174.